UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

Hugo Gaspar Rezende Emerick

CLUBE YPIRANGA, MEMÓRIA E ESQUECIMENTO: Uma análise sobre a Comissão Municipal da Verdade de Macaé-RJ e o passado ainda presente da Ditadura Empresarial-Militar (1964-1985)

Campos dos Goytacazes–RJ
2026

Hugo Gaspar Rezende Emerick

CLUBE YPIRANGA, MEMÓRIA E ESQUECIMENTO: Uma análise sobre a Comissão Municipal da Verdade de Macaé-RJ e o passado ainda presente da Ditadura Empresarial-Militar (1964-1985)

Dissertação de mestrado apresentado ao Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.

Orientador: David Maciel de Mello Neto.

Campos dos Goytacazes–RJ
2026

FICHA CATALOGRÁFICA
UENF - Bibliotecas
Elaborada com os dados fornecidos pelo autor.

E53 Emerick, Hugo Gaspar Rezende.

Clube Ypiranga, Memória e Esquecimento : Uma Análise sobre a Comissão Municipal da Verdade em Macaé-RJ e o Passado Ainda Presente da Ditadura Empresarial-Militar (1964-1985) / Hugo Gaspar Rezende Emerick. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2026.

130 f. : il.
Bibliografia: 126 - 130.

Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2026.
Orientador: David Maciel de Mello Neto.
Coorientador: Lucas Pedretti Lima.

1. Ditadura Empresarial-Militar. 2. Memória. 3. Esquecimento. 4. Comissão da Verdade. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 320

Hugo Gaspar Rezende Emerick

CLUBE YPIRANGA, MEMÓRIA E ESQUECIMENTO: Uma análise sobre a Comissão Municipal da Verdade de Macaé-RJ e o passado ainda presente da Ditadura Empresarial-Militar (1964-1985)

Dissertação de mestrado apresentado ao Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.

Aprovado por:

Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
gov.br
DAVID MACIEL DE MELLO NETO
Data: 20/04/2026 08:35:02-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. David Maciel de Mello Neto (Orientador)
Universidade do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - (UENF)

Documento assinado digitalmente
gov.br
LUCAS PEDRETTI LIMA
Data: 18/04/2026 06:17:29-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Lucas Pedretti Lima (Coorientador)
Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ)

Documento assinado digitalmente
gov.br
MARCIA REGINA DA SILVA RAMOS CARNEIRO
Data: 15/04/2026 17:20:53-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. Márcia Regina da Silva Ramos Carneiro
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Documento assinado digitalmente
gov.br
ALEJANDRA LUISA MAGALHAES ESTEVEZ
Data: 17/04/2026 15:37:48-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. Alejandra Luisa Magalhães Estevez
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Documento assinado digitalmente
gov.br
NATALIA CINDRA FONSECA
Data: 16/04/2026 11:35:36-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. Natália Cindra Fonseca
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Dedico esta dissertação de mestrado à minha mestra e amiga Professora Doutora Marcia Regina da Silva Ramos Carneiro.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à CAPES pela bolsa concedida, cujos recursos foram fundamentais para a realização desta pesquisa. Agradeço também à coordenação do PPGSP/UENF e ao Laboratório de Gestão e Políticas Públicas, em especial à Thaisa Tavares, pelo apoio institucional e pela disponibilidade constante.

Ao meu orientador, Prof. Dr. David Maciel de Mello Neto, ao meu coorientador, Prof. Dr. Lucas Pedretti Lima, e à minha mestra de vida e amiga, Profa. Dra. Márcia Regina da Silva Ramos Carneiro, expresso minha profunda gratidão pelo acompanhamento intelectual, pela generosidade e pela confiança ao longo desta trajetória.

Aos membros da banca examinadora, agradeço por terem aceitado o convite e pela leitura atenta e qualificada deste trabalho.

Aos professores do PPGSP, em especial à Profa. Dra. Wania Mesquita, agradeço pelas contribuições fundamentais à minha formação acadêmica.

Sou imensamente grato aos entrevistados que compartilharam suas memórias comigo: Aluizio dos Santos Junior, Elizabeth Franco de Azevedo, Gisele Muniz Moreira dos Santos Cautiero, Luciano Antônio Diniz, Luiz Simões, Marcel Silvano da Silva Souza, Natália Cindra Fonseca e Rubem Gonçalves Almeida. Registro um agradecimento especial a Lauro Martins, Meynardo Rocha de Carvalho e Ivânia Ribeiro, pela confiança, generosidade e sensibilidade no compartilhamento de suas histórias.

Aos amigos que construí ao longo desta jornada: Mateus Augusto, Isabella Carvalho, Natália Codeço, Caio Paes, Renan Carneiro e todos do grupo "*a galera legal*", agradeço pela parceria, pelas trocas e pelos afetos. A Potiara Lopes e Patrícia Terra, meu muito obrigado por todo o apoio e carinho até aqui.

Agradeço ainda ao Laboratório de Imanência e Transcendência (LEIT/UFF), em especial a Letice Aguiar, pelo acolhimento e pelas trocas intelectuais.

Aos amigos que trago da vida: Stella Rodrigues, Yvilling Costa, Amanda Marins, Maria Eduarda Sampaio, Vinicius Nery, Lidia Rosa, Roger Lemos, Paula Ribeiro, Bruna Nascimento, Marcelo Jabor, Karel Leal, Natália Lima e Thais Andrade, agradeço pela

presença, pelo afeto e pela constância.

Aos grandes mestres que me conduziram até aqui, Aliani Emerich (in memoriam) e Eliane Lobão, minha gratidão por pavimentar caminhos e inspirarem trajetórias.

À minha família, que me apoiou dentro de suas possibilidades, agradeço especialmente a Lia Rezende Emerick, Eduardo Emerick Neto (in memoriam), Jaira Santuchi, Leonara Gaspar, Giovanna Santuchi, Leandro Emerick, Fernanda Silva, Maria Eduarda Emerick, Evandro Emerick, Heloisa Gomes, Gabriel Rezende e Ricardo Rezende.

A João Marques, agradeço por todo amor.

A Elza, por sua luz; a Malèna, pela saudade; a Bartholomeu, pelo carinho; e a Juninha, pelos ensinamentos.

Por fim, agradeço à espiritualidade, pela oportunidade de caminhar e, sobretudo, de ter o que agradecer.

Não cortaremos os pulsos, ao contrário, costuraremos com linha dupla todas as feridas abertas

(Lygia Fagundes Telles)

RESUMO

Esta dissertação tem como objeto a construção social da memória, tomando como objeto de estudo o Clube Ypiranga no município de Macaé, compreendido como um fio condutor a partir do qual se articulam eventos, disputas de sentido, silêncios e esquecimentos na história local. O trabalho está estruturado em quatro capítulos. No primeiro capítulo é feita a descrição das visitas ao Clube Ypiranga, discutindo o conceito de memória, entendida aqui, como fato social nos termos de Maurice Halbwachs, enfatizando as disputas políticas e simbólicas que atravessam os processos de lembrança e esquecimento. No segundo capítulo se busca construir, por meio de memórias e fontes históricas, a trajetória do Clube Ypiranga, desde sua constituição como espaço lúdico e associativo da classe média macaense até sua ressignificação durante a Ditadura Empresarial-Militar (1964–1985), quando passou a ser utilizado como local de prisão temporária e práticas sistemáticas de tortura. No terceiro capítulo é apresentado um breve histórico de Macaé a partir de 1886, privilegiando a perspectiva dos ferroviários e a centralidade da Estrada de Ferro Leopoldina na conformação econômica e social do Trabalho no município. No quarto capítulo, analisa-se a Comissão Municipal da Verdade de Macaé (CMVM), abordando seu processo de criação, atuação e extinção, bem como seus limites e potencialidades na produção de narrativas públicas sobre as violações de direitos humanos ocorridas nesse contexto. O objetivo central do estudo é evidenciar como as transformações econômicas e sociais decorrentes da inserção do capital estrangeiro e da organização do movimento operário no Norte Fluminense foram violentamente interrompidas pela ditadura, que se apropriou de espaços de sociabilidade para fins repressivos. Ao lançar luz sobre um passado quase apagado da história local, a pesquisa mobilizou os registros da CMVM como instrumento fundamental para a reconstrução da memória e o enfrentamento do esquecimento institucionalizado.

Palavras-chave: Ditadura Empresarial-Militar; Memória; Esquecimento; Comissão da Verdade.

ABSTRACT

This dissertation examines the social construction of memory, taking as its case study the Ypiranga Club in the municipality of Macaé. The club is understood as a guiding thread through which events, disputes over meaning, silences, and acts of forgetting in local history are articulated. The study is structured into four chapters. The first chapter describes visits to the Ypiranga Club and discusses the concept of memory, understood here as a social fact in the sense proposed by Maurice Halbwachs, emphasizing the political and symbolic disputes that permeate processes of remembering and forgetting. The second chapter seeks to reconstruct, through memories and historical sources, the trajectory of the Ypiranga Club, from its establishment as a recreational and associative space for Macaé's middle class to its resignification during the Corporate-Military Dictatorship (1964–1985), when it came to be used as a site for temporary detention and systematic torture practices. The third chapter presents a brief history of Macaé from 1886 onward, privileging the perspective of railway workers and highlighting the centrality of the Leopoldina Railway in shaping the municipality's economic and social organization of labor. The fourth chapter analyzes the Municipal Truth Commission of Macaé (CMVM), addressing its process of creation, operation, and dissolution, as well as its limits and potential in producing public narratives about human rights violations that occurred in this context. The central objective of the study is to demonstrate how the economic and social transformations resulting from the influx of foreign capital and the organization of the labor movement in Northern Fluminense were violently interrupted by the dictatorship, which appropriated spaces of sociability for repressive purposes. By shedding light on a nearly erased past in local history, the research mobilizes the records of the CMVM as a fundamental instrument for reconstructing memory and confronting institutionalized forgetting.

Keywords: Business-Military Dictatorship; Memory; Forgetting; Truth Commission.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa que demonstra a posição do Clube Ypiranga no centro da cidade
Figura 2 - Foto do Clube Ypiranga
Figura 3 - Foto do Clube Ypiranga em 2012 abrigando a Exposição
Figura 4 - Foto do Clube Ypiranga em 2012 abrigando a Exposição
Figura 5 - Foto do Clube Ypiranga em 2012 abrigando a Exposição
Figura 6 - Foto do Museu do Legislativo
Figura 7 - Foto da lateral do Clube Ypiranga
Figura 8 - Foto da parte interna do Clube Ypiranga
Figura 9 - Foto do palco do Clube Ypiranga
Figura 10 - Foto do teto do Clube Ypiranga
Figura 11 - Foto do teto do Clube Ypiranga
Figura 12 - Foto do salão do Clube Ypiranga
Figura 13 - Foto das paredes mofadas do Clube Ypiranga
Figura 14 - Foto das paredes mofadas do Clube Ypiranga (2024)
Figura 15 - Foto de uma sala do Clube Ypiranga, com o nome do presidente Riverton Mussi
Figura 16 - Foto da entrada do banheiro central do Clube Ypiranga
Figura 17 - Foto das pias do banheiro central do Clube Ypiranga
Figura 18 - Foto das divisórias do banheiro central do Clube Ypiranga
Figura 19 - Foto dos azulejos do banheiro central do Clube Ypiranga
Figura 20 - Foto do bar do Clube Ypiranga
Figura 21 - Foto da cantina do Clube Ypiranga
Figura 22 - Foto da cantina do Clube Ypiranga
Figura 23 - Foto do jardim de inverno do Clube Ypiranga
Figura 24 - Foto do jardim de inverno do Clube Ypiranga
Figura 25 - Foto da pichação a parede da quadra do Clube Ypiranga
Figura 26 - Foto da quadra do Clube Ypiranga
Figura 27 - Foto da quadra do Clube Ypiranga
Figura 28 - Foto das ferragens da antiga cobertura - lado esquerdo - da quadra do Clube Ypiranga
Figura 29 - Fotos das entradas alternativas - lado esquerdo - da quadra do Clube Ypiranga
Figura 30 - Fotos das entradas alternativas - lado esquerdo - da quadra do Clube Ypiranga
Figura 31 - Foto das ferragens da antiga cobertura - lado direito - da quadra do Clube Ypiranga
Figura 32 - Foto da vista da arquibancada - lado direito - da quadra do Clube Ypiranga
Figura 33 - Foto do Museu Legislativo - fachada de frente para o Rio Macaé
Figura 34 - Foto do Museu Legislativo - fachada de frente para a Av. Rui Barbosa
Figura 35 - Foto do Forte Marechal Hermes
Figura 36 - Foto da entrada do Clube Ypiranga
Figura 37 - Foto da entrada do Clube Ypiranga
Figura 38 - Foto da entrada do Clube Ypiranga
Figura 39 - Foto da entrada lateral ao salão do Clube Ypiranga
Figura 40 - Foto da entrada lateral ao salão do Clube Ypiranga
Figura 41 - Foto do Clube Abaetés/Ypiranga Futebol Clube
Figura 42 - Foto do estandarte do Ypiranga Futebol Clube
Figura 43 - Time do Clube Ypiranga Campeonato Fluminense de Campeões (1961), jogo: Ypiranga X S. Pedro da Aldeia
Figura 44 - Jane Maria Martins Figueira durante o reinado em Macaé, em fotografia que

registra ela na companhia de jogadores de futebol.
Figura 45 - Carteirinha de Sócio Atleta do Clube Ypiranga
Figura 46 - Show do Roberto Carlos no Clube Ypiranga em 1977
Figura 47 - A Estação da Leopoldina
Figura 48 - Hotel de Imbetiba e o antigo cais da Companhia Estrada de Ferro Macahé e Campos dos Goytacazes
Figura 49 - Alfândega do Porto de Imbetiba
Figura 50 - Sr. Lauro visitou a Delegacia da Polícia Federal onde ficou preso com a CNV e CEV-Rio
Figura 51 - Alfândega do Porto de Imbetiba
Figura 52 - Sr. Lauro na quadra do ginásio do Clube Ypiranga, onde ficou preso

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental;
ALERJ – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro;
A.M.E.A. – Associação Macaense de Esportes Atléticos;
CEJIL – Centro pela Justiça e o Direito Internacional;
CEMDP – Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos;
CEV-Rio – Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro;
CGT – Comando Geral dos Trabalhadores;
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho;
CMVM – Comissão Municipal da Verdade de Macaé;
CNV – Comissão Nacional da Verdade;
COOEX – Coordenadoria Extraordinária Macaé 2000 anos;
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social;
DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna;
E.C.A.D – Escritório Central de Arrecadação e Distribuição;
ESG – Escola Superior de Guerra;
EOP – Estrutura de Oportunidade Política;
IAPFP – Instituto de Previdência e Assistência Social (referente aos Ferroviários);
LEIT/UFF – Laboratório de Estudos da Imanência e da Transcendência – Universidade Federal Fluminense;
L.D.M. – Liga Desportiva Macaense;
L.M.E. – Liga Macaense de Esportes;
MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização;
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil;
PCB – Partido Comunista Brasileiro;
PIS – Pacto Intersindical;
PNDH – Programa Nacional de Direitos Humanos;
PRP – Partido de Representação Popular;
PSB – Partido Socialista Brasileiro;
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira;
PT – Partido dos Trabalhadores;
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro;
PUIS/PUA – Pacto de Unidade Intersindical / Pacto de Unidade e Ação;
PV – Partido Verde;
RFFSA – Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima;
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial;
SINDIPETRO – Sindicato dos Petroleiros;
STF – Supremo Tribunal Federal;
SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito;
UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro;
UFF – Universidade Federal Fluminense;

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro;
UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro;
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas;

LISTA DE ENTREVISTADOS (EXCLUSIVA PARA ESTE TRABALHO)

Aluizio dos Santos Junior - Macaense, médico, ex-prefeito de Macaé.

Elizabeth Franco de Azevedo - Macaense, professora aposentada, sobrinha do célebre advogado Dr. Cláudio Moacyr de Azevedo (falecido), defensor dos presos políticos em Macaé em 1964.

Gisele Muniz Moreira dos Santos Cautiero - Macaense, professora de História.

Ivânia Ribeiro - Macaense, professora de História, ex-vereadora, sindicalista.

Lauro Martins - Macaense, ferroviário aposentado, sindicalista, ex-preso político, foi Presidente da Comissão Municipal da Verdade de Macaé.

Luciano Antônio Diniz Caldas - Macaense, engenheiro eletricista, vereador de Macaé.

Luiz Simões - Macaense, Ex-presidente do Ypiranga Futebol Clube

Marcel Silvano Da Silva Souza - Macaense, ex-vereador de Macaé.

Meynardo Rocha de Carvalho - Professor de História, foi o coordenador da Comissão Municipal da Verdade de Macaé, atual diretor da Escola do Legislativo de Macaé, e diretor do Centro Cultural do Legislativo.

Natália Cindra Fonseca - Socióloga, professora, pesquisadora e assessora política. Foi pesquisadora da Comissão da Verdade do Rio de Janeiro e coordenadora da criação de uma rede de Comissões Municipais da Verdade no Estado do Rio de Janeiro, incluindo Macaé.

Rubem Gonçalves Almeida Pereira - macaense, produtor cultural, professor de música e memorialista.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 17
CAPÍTULO 1 - YPIRANGA FUTEBOL CLUBE 24
1.1. Construção social da memória 51
CAPÍTULO 2 - DAS JOGATINAS DO ABAETÉS AOS CRIMES NO YPIRANGA 61
2.1. Histórico do futebol macaense 66
2.2. O lúdico 67
2.3. As dores dos anos 1960 70
2.4. Ypiranga, das cinzas renascer 75
2.5. O Ypiranga na virada do século 77
2.6. Macaé 200 anos 79
2.7. Um elefante branco 80
CAPÍTULO 3 - A PRINCESINHA DO ATLÂNTICO 81
3.1. Macaé “Moscouzinha Brasileira” 89
3.2. 1964 92
3.3. Memórias de um ferroviário torturado 95
CAPÍTULO 4 - COMO NASCE UMA COMISSÃO DA VERDADE? 98
4.1. O início 98
4.2. Comissão Nacional da Verdade à Brasileira 103
4.3. Os fluminenses contam sua Verdade 106
4.4. Macaé e sua Comissão da Verdade 109
4.5. Forma-se a Comissão Municipal da Verdade de Macaé - CMVM 110
4.6. Comissão da verdade no Ypiranga F.C. 115
4.7. A montagem de um quebra-cabeças incompleto 118
4.8. Afinal, como nasce uma Comissão da Verdade? 119
CONSIDERAÇÕES FINAIS 122
REFERÊNCIAS 127
DOCUMENTOS OFICIAIS E RELATÓRIOS 128
JORNAIS E PERIÓDICOS (ARTIGOS) 129
FONTES ELETRÔNICAS E ICONOGRÁFICAS 130

INTRODUÇÃO

A Ditadura Empresarial-Militar brasileira, que entre 1964 e 1985 constituiu-se como um período de profunda ruptura com a frágil democracia brasileira, sendo evidenciada pela violência sistemática do Estado contra seus cidadãos, pela supressão de direitos políticos e pela implementação de um projeto autoritário de desenvolvimento articulado com setores empresariais e militares. A escolha pela perspectiva analítica de "Ditadura Empresarial-Militar" decorre da constatação de que, desde 1961, sob influência do IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) empresários e oficiais militares, apoiados por recursos do governo estadunidense, organizaram-se para tomarem a direção do Estado Brasileiro. Esta perspectiva se baseia na tese elaborada pelo cientista político uruguaio René Dreifuss com base em documentação do IPES depositada no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro (cf. Carneiro; Emerick & Pereira, 2025).

Sendo o objeto de estudo a construção de memórias disputadas sobre o uso de um Clube social na cidade de Macaé como território carcerário e de tortura, um espaço cedido por consentimento de empresários locais ao governo ditatorial, a análise sob o prisma "empresarial-militar" encontra-se ressonante com as condições estruturais que permitiram a violência estatal, especialmente, sobre a oposição trabalhadora, configurando evidente luta de classes por alcançar a hegemonia política do país neste contexto (cf. Carneiro; Emerick & Pereira, 2025).

Embora amplamente estudada em âmbito nacional, as especificidades regionais e municipais desse regime ainda carecem de investigação aprofundada, especialmente no que tange aos mecanismos locais de repressão, à dinâmica das resistências e aos processos de construção e apagamento da memória. Esta dissertação se insere nesse esforço analítico, tomando como objeto as construções de memórias deste contexto político no município de Macaé, na região do Norte Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro.

O objeto central deste trabalho é a construção social da memória, compreendida como um processo coletivo, conflitivo e historicamente situado. Ao referenciar o Clube Ypiranga, localizado no município, o demonstramos como o fio condutor da análise. Mais do que um simples estudo de caso, o Clube Ypiranga é tomado como um espaço privilegiado para a observação da articulação entre memória e esquecimento, uma vez que concentrou, ao longo de sua trajetória, funções lúdicas, associativas, políticas e, durante a Ditadura Empresarial-Militar, repressiva. Por fim, também foi lócus de disputas de memórias políticas

que atravessam, atualmente, o edifício, entre a patrimonialização e a destruição.

A periodização e a regionalização se justificam pela singularidade histórica da cidade de Macaé como bem situada acima. Conhecida como a *Moscouzinha Brasileira* nas décadas de 1940 e 1950, devido à forte organização sindical e à influência de partidos de esquerda aos quais aderiram lideranças da categoria dos trabalhadores da Estrada de Ferro Leopoldina, a cidade tornou-se alvo do golpismo de 64.

A violência repressiva em Macaé não se limitou a ações pontuais, mas se valeu de um espaço simbólico da sociabilidade local, o Clube Ypiranga, para encarcerar e torturar mais de 160 presos políticos, segundo dado em sua maioria trabalhadores ferroviários, intelectuais e lideranças sindicais. Esse episódio, no entanto, permanece à margem da historiografia oficial sobre a ditadura, soterrado por um duplo movimento: o esquecimento ativo promovido pelas elites locais e a fragilidade das instituições encarregadas de seu resgate. O caso de Macaé revela, o alcance nacional do terror de Estado e os desafios persistentes da justiça de transição no Brasil, especialmente em âmbito municipal, no qual disputas políticas locais, falta de recursos e descontinuidades administrativas inviabilizam frequentemente as políticas públicas de memória.

O problema central que orienta esta investigação pode ser assim formulado: Como a memória social em torno do Clube Ypiranga é construída e por que episódios dessa memória não devem ser esquecidos?

Para atingir tais objetivos, a pesquisa adota uma abordagem metodológica qualitativa e interdisciplinar, articulando procedimentos da pesquisa histórica, da sociologia política e da análise documental. A investigação considerou a importância da ordenação metodológica da extensa documentação que se encontra fragmentada entre arquivos do município de Macaé e as que se encontram no Museu Solar dos Mellos, que revelaram informações escassas e incompletas sobre o Clube Ypiranga.

Para superar essa lacuna e compor o corpus necessário para a compreensão dos eventos em sua longa duração, o trabalho se valeu de um conjunto diversificado de fontes primárias encontradas em arquivos municipais; acervos da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional; o Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Macaé (2016); entrevistas semiestruturadas concedidas ao autor por onze atores-chave, incluindo ex-presos políticos, historiadores locais, vereadores e membros da Comissão.

Também foram examinados alguns dos poucos documentos oficiais restantes sobre a CMVM na Câmara Municipal de Macaé (leis, decretos, processos); registros fotográficos históricos e contemporâneos do Clube Ypiranga; e a tese de doutorado do historiador e

coordenador técnico da Comissão, Meynardo Rocha de Carvalho. A obra do jornalista Antônio Alvarez Parada e outras memórias de munícipes foram igualmente consultadas para a reconstituição histórica local. O pluralismo de fontes apresentado pretende capturar as múltiplas camadas de memórias que se encontram tanto nos documentos oficiais quanto nos testemunhos orais e nas marcas materiais do abandono.

A análise desse material é conduzida por demarcação teórica tripartite que dialoga com:

a) Estudos filosóficos, sociológicos e históricos sobre concepções que se referem à Memória como fenômeno do espírito e como elemento passível de apuração metódica. A análise desenvolve-se em diálogo com as contribuições de Henri Bergson (1999), Maurice Halbwachs (2003), Michael Pollak (1989), Pierre Nora (1993) e Ulpiano Meneses (1992), que contribuem para a reflexão dos processos de resgate/construção, silenciamento e disputa das narrativas sobre o passado.

Demonstra-se especial atenção ao conceito de "memórias subterrâneas" (Pollak, 1989) e aos "lugares de memória" (Le Goff, 2011; Nora, 1993), categoria na qual o Clube Ypiranga se insere de modo conflituoso, entre o lazer e a tortura. A leitura de Paul Ricouer (2007) sobre "A memória, a história e o esquecimento", contribui em sua fenomenologia da memória. O autor discorre sobre a "posse" e a "propriedade" da memória, apontando a importância de se priorizar o objeto memorizado. O "que lembrar" ante a perspectiva egoica de "quem lembra". Neste trabalho, no entanto, se reconhece que "quem lembra" escolhe o que se deve lembrar ou esquecer. Tal como reconhece Elizabeth Jelin (2012, p. 10),

> La urgencia de trabajar la memoria no fue una inquietud aislada de un contexto político y cultural específico. Las reflexiones de carácter analítico general se hacen siempre desde una localización particular. En ese programa, la preocupación urgente estaba centrada en comprender las huellas de las dictaduras del Cono Sur de América Latina y de la violencia política de América Latina entre las décadas del sesenta y ochenta, y lo que se estaba elaborando en los procesos post dictatoriales posteriores.

Ao se tratar de um tema que aborda o uso de um espaço utilizado comumente para uso lúdico social e cujo uso, durante a ditadura militar, serviu aos propósitos de tortura, a análise depara-se com a categoria "terrorismo de Estado" que Virginia Vecchioli (2001, p. 85) utiliza ao tratar das "Políticas de la Memoria y Formas de Clasificación Social. ¿Quiénes son las "Víctimas del Terrorismo de Estado"en la Argentina?". O contexto histórico, as práticas utilizadas nas Ditaduras de países configurados enquanto "Cone Sul", conferem ao Brasil a inclusão entre as nações que entre os anos 1960-1980, exerceram repressão, tortura e, em

alinhamento aos Estados Unidos no âmbito da Guerra Fria, operaram o "terrorismo de Estado" como forma de empreender perseguições, prisões e torturas aos seus opositores. De acordo com Vecchioli (2001, p. 85), é entendido que "Reconocer que dicha conexión de sentido es resultado de un proceso social, es justamente lo que habilita la presente indagación sociológica.".

b) a Sociologia Política e os estudos sobre movimentos sociais. Para examinar a formação e o desmonte da Comissão Municipal como resultado de Estruturas de Oportunidade Política, consultou-se Tarrow (2009) e Tilly (1978) e Alonso (2009) sobre a mobilização de capital social em um campo político local; as teorias do lúdico e da sociabilidade, orientada por Johan Huizinga (2000), Maurice Agulhon (1998), Jean Baechler (1192), os quais foram fundamentais para analisar a perversão do espaço clubístico.

A obra *Homo Ludens* (Huizinga, 2000) fornece uma chave analítica para interpretar a transformação do ginásio do Ypiranga espaço consagrado ao jogo, ao esporte e à festa, em instrumento de terror. Uma violência que atacou os corpos e os próprios fundamentos simbólicos da sociabilidade comunitária que foram torturados neste ambiente.

Entre as fontes históricas selecionadas para este trabalho, algumas são apresentadas nos termos da concepção paradigmática de construção de memórias. De acordo com essa perspectiva, apreendida a partir da noção de percepção, o filósofo Henri Bergson (1999), cuja análise sobre a memória contribui significativamente para a Psicologia Social e para as Ciências Humanas e Sociais, compreende que, ao considerar a matéria como o conjunto das imagens e a percepção como apreensão dessa matéria, tais imagens se relacionam à ação possível do corpo que lembra. Nesse sentido, Bergson (1999, p. 30) articula percepção e lembrança ao afirmar:

> Aos dados imediatos e presentes de nossos sentidos misturamos milhares de detalhes de nossa experiência passada. Na maioria das vezes, essas lembranças deslocam nossas percepções reais, das quais não retemos então mais que algumas indicações, simples 'signos'.

Essa contribuição analítica constitui uma referência para a compreensão de como o exercício de rememorar é atravessado pela percepção imagética, entendida como representação da materialidade. Tal compreensão da materialidade, concebida como imagem e como "corpo que lembra", implica considerar o relato do ferroviário torturado no ambiente do Clube Ypiranga como materialização de seu sofrimento, inscrito em suas memórias e corporificado no "corpo que lembra".

Embora Henri Bergson considere que o distanciamento entre o acontecimento e o ato de lembrar possa provocar “esquecimentos” em relação à percepção original, durante as entrevistas com o Sr. Lauro Martins, sua percepção do sofrimento físico e mental provocado pela prisão ditatorial mostrou-se atual. Nesse sentido, o “corpo presente” pareceu “materializar” imagens que constituem sua própria história de vida. Essa história de vida, embora particular e interiorana, e, à primeira vista, passível de ser compreendida como isolada, torna-se, entre as diversas memórias reveladas, exemplar para o entendimento de que a violência do Estado Ditatorial Brasileiro utilizou estratégias seriais como meio de punir e reproduzir técnicas e tecnologias violentas contra os opositores do regime militar.

A narrativa detalhada de Lauro Martins transcende o individual para se tornar um documento da memória coletiva de Macaé. Sua trajetória de líder estudantil, que usava o xadrez para a politização, ao professor sindicalista que alfabetizava companheiros, ao homem que enfrentou a escuridão da tortura sem delatar seus camaradas é um microcosmo das lutas e dos sofrimentos de uma geração.

Seu relato não se restringe à violência do Estado, mas evidencia também a resiliência, a solidariedade de classe e o processo de construção de uma classe *per si*, bem como de um projeto de país mais justo, brutalmente interrompido. A história do Sr. Lauro constitui um lembrete pungente de que o preço da liberdade é incalculável e que sua memória é um patrimônio a ser preservado contra o esquecimento.

A estrutura da dissertação organiza-se em quatro capítulos, que desenvolvem a argumentação central.

No Capítulo 1, *Ypiranga F. C*, realiza-se uma análise sociológica e histórica desse emblemático espaço. Combina-se a pesquisa documental (revistas do clube, jornais locais e acervos fotográficos) com a observação direta e o registro fotográfico da fotógrafa Yvilling Costa (realizados em 2024 e 2025). Para além da reconstrução empírica da trajetória do Ypiranga, o capítulo introduz o arcabouço teórico-conceitual que unifica e confere profundidade à análise dos capítulos empíricos. Nele, são sistematizadas as principais contribuições da Sociologia da Memória e da História Oral que fundamentam esta pesquisa. Partindo de Maurice Halbwachs e sua noção de memória coletiva como fato social, avança-se para as reflexões de Michael Pollak sobre o silêncio e as memórias subterrâneas, bem como para as contribuições de Jacques Le Goff (2021) e Pierre Nora (1993) acerca dos lugares de memória. A metodologia da História Oral é apresentada como ferramenta crucial para acessar essas memórias soterradas e questionar narrativas históricas oficiais. Desse modo, o capítulo articula um instrumental teórico que permite interpretar a luta pela memória em Macaé não

como um mero resgate do passado, mas como um campo de conflito no presente, no qual se confrontam projetos políticos antagônicos acerca do que e de quem deve ser lembrado ou esquecido.

Já no Capítulo 2, *Das jogatinas do Abaetés aos crimes no Ypiranga*, traça-se a trajetória do edifício: de cassino da elite (Clube dos Abaetés) a centro da vida social e esportiva da cidade. Sob a perspectiva de Johan Huizinga (2000), analisa-se sua função lúdica original, de caráter congregador da comunidade. O núcleo da análise, contudo, reside no abrupto desvirtuamento dessa função, em abril de 1964, quando o então presidente do clube, Rômulo Lago Leite, cedeu o ginásio para servir como prisão temporária e centro de tortura para mais de 160 presos políticos, com o apoio da Associação Comercial local. A perversão do lúdico em instrumento de terror é interpretada como uma forma de violência simbólica profunda, destinada a romper a coesão comunitária e a humilhar publicamente a classe trabalhadora no próprio espaço de seu lazer. O capítulo também acompanha a decadência material e social do clube nas décadas seguintes, suas tentativas frustradas de revitalização e sua condição atual de "elefante branco" em ruínas, configurando-se como símbolo material do abandono da memória. As fotografias contemporâneas do edifício, integradas à análise, funcionam como evidência visual contundente desse processo de esquecimento materializado.

No Capítulo 3, *A Princesinha do Atlântico*, dedica-se à reconstituição sócio-histórica de Macaé entre o final do século XIX e o golpe de 1964, com ênfase no papel central da Estrada de Ferro Leopoldina. Utilizando como fontes principais o livro Estação Bendegó (Fonseca, 1996), depoimentos de ferroviários e documentos da imprensa operária, o capítulo analisa a formação de uma classe trabalhadora organizada e combativa, que transformou a cidade em um polo de resistência sindical e política. Examina-se, ainda, a repressão imediata e brutal desencadeada após 1º de abril de 1964, quando a resistência liderada pelo Costa Braga, no Forte Marechal Hermes, foi vencida. O testemunho do ferroviário Lauro Martins — ex-preso político e posteriormente presidente da Comissão da Verdade — atua como fio condutor narrativo e como caso exemplar da violência estatal contra a classe trabalhadora. Do ponto de vista teórico, o capítulo ancora-se na tradição da história social do trabalho, demonstrando como a trajetória local de Macaé constitui um microcosmo das lutas e contradições do capitalismo dependente brasileiro.

No Capítulo 4, "Como nasce uma Comissão da Verdade?", desloca-se o foco para o período pós-ditatorial, investigando os processos que levaram à criação da Comissão Municipal da Verdade de Macaé (CMVM). Com base em análise documental e entrevistas com seus articuladores, como o vereador Luciano Diniz e o historiador Meynardo Carvalho, o

capítulo demonstra que a CMVM não emergiu de uma mobilização popular robusta, mas de uma articulação política circunstancial, mediada por capital social (Alonso, 2009) e inserida nas disputas partidárias locais. A análise contextualiza essa gênese local no âmbito mais amplo da luta nacional por memória, verdade e justiça, passando pela Lei de Anistia (1979), pelas descobertas das valas clandestinas e pela criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 2011, no contexto do fenômeno do comissionismo (Hollanda, 2018). São detalhados os entraves institucionais que marcaram a curta existência da CMVM: a falta de formalização, o desinteresse de membros nomeados, a remuneração informal da equipe, as pressões políticas e, por fim, seu encerramento precoce, em 2014, após um desentendimento político na Câmara Municipal. A publicação solitária de seu relatório, em 2016, fruto do esforço filantrópico de seu coordenador, simboliza a desconexão entre a retórica nacional sobre memória e as frágeis estruturas locais para sua implementação. Do ponto de vista teórico, o capítulo dialoga com a sociologia dos movimentos sociais, especialmente com as contribuições de Charles Tilly (1978) e Sidney Tarrow (2009), bem como com os estudos sobre justiça de transição.

CAPÍTULO 1 - YPIRANGA FUTEBOL CLUBE

Está amaldiçoado, está acabando, está ficando liquidado.
Lauro Martins, em 2022.

Figura 1 - Mapa que demonstra a posição do Clube Ypiranga no centro da cidade



Fonte: GOOGLE. Google Earth. [S.l.]: Google, 2024. Disponível em:< https://earth.google.com/>. Acesso em: 15 jan. 2026.

Localizado na encruzilhada da Avenida Presidente Feliciano Sodré com a Rua Tenente-Coronel Amado, no centro de Macaé, encontra-se o clube mais emblemático da cidade: o Clube dos Abaetés, posteriormente denominado Ypiranga Futebol Clube (Figura 2). Atentemos aos nomes das ruas que o circundam, uma realidade comum na Macaé de outrora, quando diversas figuras influentes da cidade possuíam vínculos com a formação militar. Os nomes dessas vias, nesse sentido, preservam as memórias desses militares macaenses.

Figura 2 - Foto do Clube Ypiranga



Fonte: Costa, 2024.

Em 1926, Dorival de Souza encontrou o futebol do município completamente paralisado, existindo apenas o Clube Americano. Reuniu-se, então, com Érico e Osmar Sardenberg, Ozéas Patrocínio, Moadyr e outros companheiros. Em um encontro realizado na sede da Sociedade Musical Nova Aurora, foi fundado o Sport Club Fluminense. Entretanto, alguns dos presentes, que haviam participado do extinto Macahé F.C., não concordaram com a denominação "Club" e se retiraram. Posteriormente, tentaram fundar outra agremiação, denominada Payssandu, que não obteve êxito. Somente em 19 de maio, "no vasto salão do Hotel Avenida, então erguido nos jardins entre a Prefeitura e o Banerj[1], foi fundado o Ypiranga Foot-ball Club (Parada, 1995), por Dorival, Érico, Osmar, José Peixoto, Archimedes Marques, Juventino Pacheco, Epaminondas Soares, Moadyr Santos e diversos outros.

Após a fundação do Ypiranga F.C., seus fundadores passaram a buscar um campo para a realização de treinos e jogos. Nesse contexto, os dirigentes do rubro-negro macaense estabeleceram um acordo com o Americano, a fim de viabilizar um espaço para suas atividades. Ambas as diretorias entraram em contato com a família Queiroz Mattoso,

[1] Extinto Banco Público do Estado do Rio de Janeiro, posteriormente comprado pelo atual Banco Itaú.

proprietária de um amplo terreno na Praça da Luz[2]. Por meio de empréstimo, o Ypiranga tornou-se responsável pela administração e pela direção do campo, cabendo ao Americano o pagamento de metade das despesas. No entanto, a sociedade teve curta duração. Na inauguração do campo, o Ypiranga F.C. não convidou o Americano para a primeira partida, apesar de este ser coproprietário do espaço, optando por convidar uma equipe de Santo Antônio de Pádua, que não pôde comparecer. Contrariado com o ocorrido, o Americano relutou em aceitar o convite para substituir a equipe do outro município. Ainda assim, o Americano saiu vencedor daquela que seria a primeira e última partida disputada no campo da Praça da Luz na condição de coproprietário. Nas semanas seguintes, o clube indenizou o Ypiranga e se retirou da sociedade (Parada, 1980).

Em 1943, Lacerda Agostinho[3], empresário do ramo de bebidas (licores e refrigerantes) e proprietário da Fábrica Lynce, tornou-se presidente do Ypiranga Futebol Clube, permanecendo no cargo por onze anos. Durante sua gestão, o clube adquiriu a atual sede social, anteriormente pertencente ao Clube dos Abaetés. Atualmente, o Ypiranga serve, de forma esporádica, como abrigo para pessoas em situação de rua que ali projetam a possibilidade de um lar. O clube, em seu estado presente, traduz-se em um processo de esquecimento memorialístico, caminhando, em seu lento e contínuo “despedaçar-se”, para um possível apagamento da memória cultural e política da população de Macaé.

Meu primeiro contato com o Clube Ypiranga ocorreu ainda na infância, quando passava em frente ao prédio a caminho da escola, diariamente. Em 2012, durante um passeio promovido por essa mesma instituição (Escola Alfa), conheci seu interior por meio de uma exposição fotográfica que retratava Macaé na década de 1970, com imagens de Luiz Cláudio Bittencourt. Àquele momento, o espaço aparentava estar bem conservado.

[2] Local onde Mota Coqueiro foi enforcado e atual Colégio Estadual Luiz Reid.
[3] Eleito vereador em 1954, atuou como parlamentar durante 16 anos, sendo eleito presidente da Câmara por dois mandatos. Fundador e 1° Presidente do MDB, atual PMDB. Disponível em: <https://macae.rj.gov.br/noticias/leitura/noticia/solenidade-homenageia-empreendedor-lacerda-agostinho>. Acessado em: 20/10/2025

Figura 3 - Foto do Clube Ypiranga em 2012 abrigando a Exposição



Fonte: Bittencourt, 2012.

Figura 4 - Foto do Clube Ypiranga em 2012 abrigando a Exposição



Fonte: Bittencourt, 2012.

Figura 5 - Foto do Clube Ypiranga em 2012 abrigando a Exposição



Fonte: Bittencourt, 2012.

Posteriormente, tive a oportunidade de conhecê-lo presencialmente, após algumas mensagens trocadas com um professor de Sociologia do município, de quem fui aluno durante o ensino médio. À época, o professor era candidato a vereador pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e, em sua campanha, vinha denunciando, por meio das redes sociais, o descaso das instituições políticas em relação ao prédio histórico. Aproveitando a boa relação que mantinha com o professor, solicitei sua ajuda para acessar as instalações do clube, a fim de observar, diretamente, o estado de abandono da estrutura.

No dia 6 de abril de 2024, encontramo-nos, eu, o professor e uma amiga fotógrafa, em frente ao Museu do Legislativo, situado defronte ao Clube Ypiranga, em Macaé (Figura 6).

Figura 6 - Foto do Museu do Legislativo



Fonte: Costa, 2024.

O prédio encontrava-se “sob a guarda” de dois indivíduos que, aparentemente, residiam no local e, durante o dia, trabalhavam como “flanelinhas”. O professor adiantou-se para conversar sobre a possibilidade de entrada, como já havia feito anteriormente, oferecendo alimentos e roupas em troca da autorização.

Nos muros externos, observavam-se diversas pichações, entre as quais se destacava, ao lado dos portões de entrada, a mensagem: “SE TODO POLÍTICO É CORRUPTO, TODO ELEITOR É CÚMPLICE”.

Ao adentrarmos no prédio, deparamo-nos com uma varanda que contorna as paredes internas da construção. Nesse espaço, encontravam-se dispostos produtos de limpeza utilizados por seus ocupantes na prestação de serviços a motoristas que estacionavam seus veículos no entorno do prédio (Figura 7).

Figura 7 - Foto da lateral do Clube Ypiranga



Fonte: COSTA, 2024

Havia, ainda, fotos de um varal onde se estendia roupas. Na entrada principal, deparamo-nos com a cúpula alta da construção. Neste saguão se encontrava uma tábua de passar roupa sobre a qual se equilibrava uma garrafa de vidro com duas flores, uma vermelha e uma amarela (Figura 8).

Figura 8 - Foto da parte interna do Clube Ypiranga



Fonte: COSTA, 2024

Ali se evidenciava a tentativa de transformar aquele espaço em um lar. À frente, já nos deparamos com as infiltrações e as degradações causadas pelo tempo, decorrentes da ausência de manutenção e de intervenções humanas. Encontramo-nos em um grande salão, cujo piso de madeira corrida outrora sustentara os passos dos bailes e das festas ali realizados. Havia também um pequeno palco, com uma coxia que provavelmente servira aos espetáculos promovidos no clube (Figura 9).

Figura 9 - Foto do palco do Clube Ypiranga



Fonte: COSTA, 2024

Ao fim do trajeto encontramos um portão de grade dando acesso à rua Tenente-Coronel Amado. Neste palco se encontrava um sofá, guarda-roupas, móveis pequenos, caixas de isopor, garrafas pets, latas de tintas, latas de leite para recém-nascidos, sacos pretos, possivelmente com roupas, uma caixa de sapato, baldes e diversos objetos. O pequeno palco era o único lugar possível para dormir e se proteger dos ventos frios que convergiam no encontro do Rio Macaé e da Praia da Barra, que entravam pelas grandes do prédio.

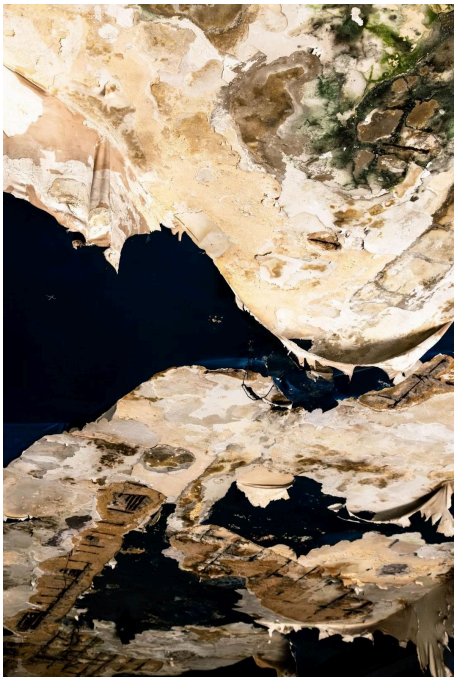
Elevando os olhos ao teto do grande salão, pelo mesmo se descascava a tinta azul que um dia abrilhantou a vida social do município e agora se percebia pelos vestígios. O teto mostrava os vergalhões enferrujados, de onde minava água, o que se repetia em todos os cômodos (Figura 10).

Figura 10 - Foto do teto do Clube Ypiranga



Fonte: COSTA, 2025

Figura 11 - Foto do teto do Clube Ypiranga



Fonte: COSTA, 2025

Grandes portas arqueadas circulam neste grande salão, dando acesso às varandas

laterais. No interior, outras portas levavam à uma sala com paredes de madeira ainda muito bem conservadas, apesar das intempéries (Figura 12).

Figura 12 - Foto do salão do Clube Ypiranga



Fonte: COSTA, 2024.

As paredes com infiltrações desenhavam formas grotescas (Figura 14), e alguns espaços preservam algumas placas com o nome do seu respectivo presidente da época (1995): Riverton Mussi (Figura 15).

Figura 13 - Foto das paredes mofadas do Clube Ypiranga



Fonte: COSTA, 2025.

Figura 14 - Foto das paredes mofadas do Clube Ypiranga (2024)



Fonte: COSTA. Yvilling. (2024).

Figura 15 - Foto de uma sala do Clube Ypiranga, com o nome do presidente Riverton Mussi



Fonte: COSTA. Yvilling. (2024)

O chão revestido por madeiras corridas abria espaço para um carpete de veludo vermelho mofado, empesteando todo o espaço com um cheiro de algo em decomposição. O banheiro central, com as pias quebradas (Figura 17), as cabines sem portas (Figura 18) e vasos entupidos de sujeiras. Revelados por uma raio de luz que entrava pela janela conseguimos ainda assim, admirar a beleza dos azulejos e notar as ferragens expostas do teto (Figura 19).

Figura 16 - Foto da entrada do banheiro central do Clube Ypiranga



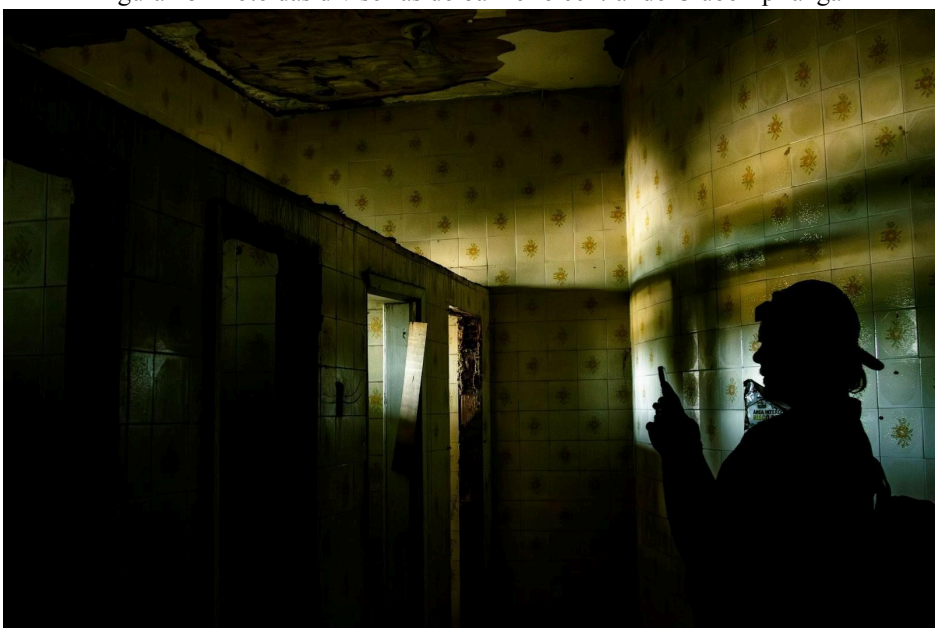
Fonte: COSTA. Yvilling. (2025)

Figura 17 - Foto das pias do banheiro central do Clube Ypiranga



Fonte: COSTA. Yvilling. (2025)

Figura 18 - Foto das divisórias do banheiro central do Clube Ypiranga



Fonte: COSTA. Yvilling. (2025)

Figura 19 - Foto dos azulejos do banheiro central do Clube Ypiranga



Fonte: COSTA. Yvilling. (2025)

No bar central, o que restou foram as largas prateleiras.

Figura 20 - Foto do bar do Clube Ypiranga



Fonte: COSTA. Yvilling. (2025)

Já a cantina se transformou em um depósito de lixo, com muitos sacos ali

depositados (Figura 21).

Figura 21 - Foto da cantina do Clube Ypiranga



Fonte: COSTA. Yvilling. (2025)

Figura 22 - Foto da cantina do Clube Ypiranga



Fonte: COSTA. Yvilling. (2024)

No jardim de inverno, o mato se alastrou (Figura 22) no meio dele amarrando um fio que desempenhava o papel de um varal no qual estavam penduradas muitas

roupas. O professor advertiu para não tocar em nada, pois alguma doença de gato estava presente dentro do prédio. Abaixamo-nos, passamos pelo varal e fomos em direção à antiga quadra de futebol de salão.

Figura 23 - Foto do jardim de inverno do Clube Ypiranga



Fonte: COSTA. Yvilling. (2025)

Figura 24 - Foto do jardim de inverno do Clube Ypiranga



Fonte: COSTA. Yvilling. (2025)

Chegando ao acesso da quadra, existe ali uma espécie de palco, com escadas em suas laterais. Na parede atrás desse palco, a tinta azul estava completamente desgastada.

Entre as pichações, uma se destacava “DEUS ACIMA DE TODOS” (Figura 25).

Figura 25 - Foto da pichação a parede da quadra do Clube Ypiranga



Fonte: COSTA. Yvilling. (2025)

Figura 26 - Foto da quadra do Clube Ypiranga



Fonte: COSTA. Yvilling. (2025)

Olhando de uma forma panorâmica, não era possível ver o chão, pois a quadra por completa foi tomada por mato. Nele cresciam flores brancas dentre as quais borboletas batiam suas asas.

Figura 27 - Foto da quadra do Clube Ypiranga



Fonte: COSTA. Yvilling. (2025)

Era possível olhar o céu através das estruturas de ferro corroídas pela maresia. No passado, elas sustentavam um grande telhado que protegia a quadra. Havia grandes arquibancadas posicionadas à direita e à esquerda, pela arquibancada da esquerda era possível subir e observar o que teria sido o estacionamento do Ypiranga. Uma entrada alternativa para quadra, onde se vendia ingressos para os bailes funks na década de 1990, que se igualava ao restante da estrutura, completamente abandonada (Figura 29).

Figura 28 - Foto das ferragens da antiga cobertura - lado esquerdo - da quadra do Clube Ypiranga



Fonte: COSTA. Yvilling. (2025)

Figura 29 - Fotos das entradas alternativas - lado esquerdo - da quadra do Clube Ypiranga



Fonte: COSTA. Yvilling. (2025)

Figura 30 - Fotos das entradas alternativas - lado esquerdo - da quadra do Clube Ypiranga



Fonte: COSTA. Yvilling. (2025)

Do lado de fora desta entrada alternativa, o reboco se precipitava na calçada, revelando tijolos coloniais da parede. No que resta dela, acima dos portões de madeira de um azul desbotado pelo tempo, mais um picho se destacava dentre os demais: “TENTANDO ENTENDER O MUNDO”.

Ao lado direito da arquibancada, avista-se o encontro do Rio Macaé com as águas da Praia da Barra, as pontes que se erguem ligando os dois lados do município e o Forte Marechal Hermes. Subimos com dificuldade, pois o matagal tomou conta de boa parte do acesso. A vista pelos tijolinhos deste lado foi de tirar o fôlego (Figura 31). Descendo as arquibancadas, nos deparamos com tacos desgastados pelas intempéries, outrora um signo do Clube Ypiranga, que preservam os resquícios das cores amarela, laranja e azul.

Figura 31 - Foto das ferragens da antiga cobertura - lado direito - da quadra do Clube Ypiranga



Fonte: COSTA. Yvilling. (2025)

Figura 32 - Foto da vista da arquibancada - lado direito - da quadra do Clube Ypiranga



Fonte: COSTA. Yvilling. (2025)

Ao sair pelos portões do Ypiranga, deparo-me com o Museu do Legislativo[4], cuja presença suntuosa parece, paradoxalmente, demarcar sua impotência diante da

[4] O prédio do atual Museu do Legislativo foi edificado por Francisco Domingues de Araújo, pai do Visconde de Araújo no século XIX. Funcionou como sede do poder Executivo e Legislativo de 1910 a 1993. Em 2013 o prédio deixou de ser sede do Legislativo, marcando mais de um século na memória política do município. Em 2019 o edifício se tornou Museu.

memória que se pretende preservar junto à população de Macaé. A antiga sede da Prefeitura e da Câmara dos Vereadores, atual Museu do Legislativo, restaurada, apresenta-se adornada por flores e por imponentes palmeiras imperiais, que, de certo modo, desviam o olhar da população do estado de abandono que se impõe ao lado (Figura 33).

Figura 33 - Foto do Museu Legislativo - fachada de frente para o Rio Macaé



Fonte: COSTA. Yvilling. (2025)

Figura 34 - Foto do Museu Legislativo - fachada de frente para a Av. Rui Barbosa



Fonte: COSTA. Yvilling. (2025)

Do outro lado do Rio Macaé, na direção do Clube Ypiranga podemos ver o Forte Marechal Hermes, como um guardião da ordem (Figura 35).

Figura 35 - Foto do Forte Marechal Hermes



Fonte: COSTA. Yvilling. (2025)

Entrar no Clube Ypiranga foi um misto de sentimentos. Presenciar uma estrutura que ainda preserva traços de seu antigo glamour arquitetônico, ainda que completamente

abandonada, provocou em mim revolta, tristeza e, ao mesmo tempo, certo desconforto. O prédio, apesar de inundado pela iluminação natural, mostrava-se escuro, com grandes sombras encobrindo cantos e salas.

Estar dentro do Ypiranga, em 2024, arremessou-me ao passado de Macaé, hoje em ruínas — um espaço marcado pelo tempo, pelas memórias e pela história de todos aqueles que ali vibraram, festejaram e, também, daqueles que sofreram as dores incuráveis do Regime Militar.

Foi necessário retornar ao clube em 2025 para registrar, com maior detalhamento, a estrutura do edifício, uma vez que, no primeiro encontro, fomos tomados por sentimentos difíceis de descrever. No retorno, o Sr. Jorge — então morador do clube — já nos conhecia e, mesmo sem o acompanhamento do professor, conseguimos acessar o espaço (eu, João Marques e a fotógrafa Yvilling Costa). A situação havia se agravado: o curto intervalo de um ano resultou em danos ainda mais intensos à estrutura do Ypiranga. Algumas fotografias produzidas nesse segundo momento evidenciam avarias inexistentes em 2024, sobretudo nas entradas do prédio (central e laterais) (Figura 36).

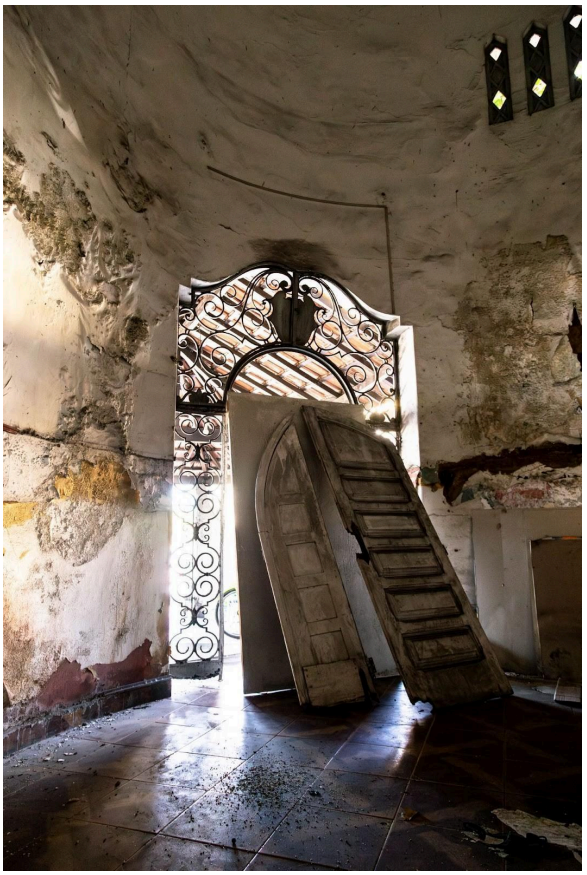
Ao nos debruçarmos sobre um dos produtos da pesquisa — as fotografias —, observa-se que tais “escolhas imagéticas” da decadência material do edifício devem ser compreendidas como representações múltiplas, que exigem análise conjuntural e contextual ao longo do tempo. A investigação detalhada dessas representações será desenvolvida em outro trabalho. Por ora, é possível formular uma observação inicial, orientada por uma leitura indutiva, em diálogo com a noção de “contemplação” elaborada por Georges Didi-Huberman.

Figura 36 - Foto da entrada do Clube Ypiranga



Fonte: COSTA. Yvilling. (2025)

Figura 37 - Foto da entrada do Clube Ypiranga



Fonte: COSTA. Yvilling. (2025)

Figura 38 - Foto da entrada do Clube Ypiranga



Fonte: COSTA. Yvilling. (2025)

Figura 39 - Foto da entrada lateral ao salão do Clube Ypiranga



Fonte: COSTA. Yvilling. (2025)

Figura 40 - Foto da entrada lateral ao salão do Clube Ypiranga



Fonte: COSTA. Yvilling. (2025)

Ao sair do prédio após catalogar o Ypiranga mais uma vez, me coloquei a pensar: até quando a estrutura do nobre Clube Ypiranga se aguentará de pé? Sr. Lauro estaria certo ao afirmar que o mais amado da cidade guarda agora uma maldição?

1.1. Construção social da memória

A memória é comumente compreendida como a materialização do passado no presente por meio da imagem lembrada. Trata-se de uma apropriação simplificada da perspectiva de Henri Bergson, frequentemente difundida pelo senso comum, embora o próprio filósofo se contrapusesse a essa leitura, sobretudo à tradição cartesiana que estabelece a dualidade entre espírito e matéria. No contexto do cientificismo do final do século XIX e início do século XX, é possível aproximar o pensamento bergsoniano da ideia de representação material do trabalho da memória, na forma de imagem, frequentemente entendida como "resgate de memória". No entanto, essa reconstrução de natureza neurológica e intelectual é seletiva: a imagem que a mente humana mobiliza corresponde àquilo que se deseja conservar e lembrar. Assim, segundo Bergson, a memória se materializa por meio de imagens sustentadas tanto pela experiência individual quanto por quadros coletivos.

No âmbito da Sociologia, a partir da concepção durkheimiana de fato social, Maurice Halbwachs desenvolve a noção de memória coletiva, segundo a qual as memórias individuais se articulam às coletivas, sendo condicionadas por quadros sociais específicos. Essas memórias encontram-se circunscritas a determinadas temporalidades, cuja duração, em geral, não ultrapassa o tempo médio da vida humana.

Ao distinguir memória coletiva e memória histórica, Halbwachs argumenta que a primeira retém, sobretudo, as semelhanças. Nesse sentido, sua perspectiva contribui para a compreensão dos grupos que frequentaram, voluntária ou compulsoriamente, o espaço do Clube Ypiranga. Mesmo em períodos distintos ou concomitantes, tais grupos constroem suas memórias coletivas por meio da identificação de elementos comuns, produzindo vínculos identitários entre aqueles que compartilham determinadas experiências.

O ato de lembrar, enquanto fenômeno mediado pelo corpo presente que relembra, mobiliza, por intermédio da memória, conteúdos imagéticos e materiais que possibilitam a reconstrução de experiências compartilhadas. Conforme Bergson, a percepção sensorial insere o indivíduo portador dessas memórias em múltiplos contextos, sejam eles familiares, políticos, sociais ou ideológicos (Ferreira; Amado, 2006, p. 94). Por sua vez, a formulação de

Halbwachs reforça que a experiência individual está sempre imersa na memória coletiva. Esta, entendida como fato social, caracteriza-se por sua exterioridade em relação aos indivíduos, por exercer coerção social e por apresentar um caráter generalizado.

No entanto, nota-se que as particularidades das experiências de vida também são, no sentido bergsoniano, retidas na memória individual. Cada indivíduo constrói suas percepções de mundo em sua particularidade, a partir das experiências acumuladas ao longo de sua trajetória. Partindo desse pressuposto, compreende-se que cada sujeito é atravessado de modo distinto pelas situações que compõem o cotidiano. Ainda assim, existem marcos que integram a memória de diferentes indivíduos, independentemente de seus afetos, receios ou temores particulares.

Noutra abordagem, no campo da História, Jacques Le Goff, em sua obra *História e Memória*, analisa o conceito de memória sob o prisma da ciência histórica, afirmando que a formação da identidade, seja coletiva ou individual, está diretamente vinculada aos dispositivos da memória. É nela que se preservam as histórias de um povo, os valores ancestrais e as experiências vividas, elementos fundamentais para a constituição da identidade.

Considerando a influência da memória na formação dos indivíduos e dos grupos sociais, Le Goff a compreende também como um instrumento de poder, disputado por diferentes grupos sociais com vistas à orientação — e, em certos casos, à manipulação — das massas, de acordo com interesses específicos (LE GOFF, 2021, p. 435–436).

Em suas considerações finais, o autor ressalta a responsabilidade dos profissionais da memória, historiadores, antropólogos, sociólogos e jornalistas, em promover sua democratização, de modo que ela sirva à emancipação humana, e não ao seu aprisionamento (LE GOFF, 2021, p. 436).

A discussão acerca da "democratização da memória" constitui, assim, um pilar fundamental nos debates contemporâneos, tendo como um de seus objetivos o resgate de elementos mnemônicos ocultos ou soterrados. Nessa direção, Michael Pollak, em *Memória, Esquecimento, Silêncio*, destaca a importância da análise das chamadas memórias subterrâneas.

No que se refere à construção social da memória, esta pesquisa a compreende, no âmbito da Sociologia do Conflito, como um processo que pode ser analisado à luz das contribuições de Georg Simmel, especialmente no que tange à positividade do conflito enquanto busca por consenso. Todavia, em contextos autoritários, como os regimes ditatoriais, essa busca é interrompida ou suprimida pelo exercício do poder coercitivo.

Nesse sentido, a construção social das memórias associadas a um “corpo” comum o Clube Ypiranga, “resgatadas” através dos corpos cujas experiências particulares preservam relações singulares com o edifício, deve ser compreendida a partir de diferentes escalas de produção de consenso em esferas sociais específicas. Tais escalas articulam-se aos múltiplos usos do território “Clube Ypiranga”, que, ao longo do tempo, abrigou práticas de lazer, trabalho, repressão, prisão e tortura.

A memória coletiva, portanto, não pode ser apreendida como consenso. Ao contrário, o conflito persiste nas disputas em torno daquilo que se julga memorável. De um lado, setores hegemônicos buscam “preservar” uma memória supostamente isenta de tensões; de outro, grupos sociais lutam para que memórias de violência, que muitas vezes soterradas nos destroços do Clube, submersas pelo abandono, subterrâneas em sentido literal e metafórico, sejam trazidas à tona. Esse movimento não visa à supressão do conflito e à constituição de um espaço democrático no qual possam emergir expressões diversas e antagônicas das memórias aqui mobilizadas, múltiplas, desiguais e, por isso mesmo, profundamente reveladoras das experiências dos indivíduos que contribuíram para esta pesquisa.

Nesse sentido, é possível articular a importância dos profissionais da memória, conforme destacado por Jacques Le Goff, historiadores, sociólogos, antropólogos, jornalistas, com a necessidade apontada por Michael Pollak de trazer à análise as memórias silenciadas. Trata-se de um esforço crítico voltado a evidenciar a parcialidade inerente à construção das memórias coletivas, o qual pode ser operacionalizado por meio da metodologia da História Oral. Um dos fundamentos da História Oral reside justamente no compromisso de acessar memórias que não foram incorporadas à chamada “memória oficial”.

A afirmação de Jacques Le Goff sobre a memória como instrumento de poder, principalmente no que se refere à possibilidade de manipulação de grupos sociais, é, nesse ponto, aprofundada por Michael Pollak, ao enfatizar a dimensão conflitiva das disputas pela memória. Enquanto, em Le Goff, a ênfase recai sobre os mecanismos de poder que subordinam indivíduos e coletividades, Pollak evidencia a existência de resistências no interior dessas mesmas relações, seja em níveis coletivos, seja nos individuais.

As memórias não publicamente reveladas, mantidas em silêncio, são aquelas abafadas tanto pelo tempo quanto pelo poder exercido por grupos hegemônicos. Essas memórias subterrâneas tendem a emergir, sobretudo, em contextos de crise, uma vez que, em seu processo de rememoração, carregam a angústia do silêncio, o ressentimento da exclusão e, simultaneamente, a potência de sua enunciação. Por “tempos de crise”, entende-se, conforme Carlos Bastien:

> Tal noção [crise] assume correntemente um significado aberto e mesmo ambíguo, tendendo normalmente a designar uma súbita, acidental e mais ou menos passageira rotura de harmonias e de equilíbrios mecânicos, a designar uma quebra de estabilidade e de uma certa normalidade que o senso comum atribui aos diversos objectos sociais. (Bastien, 1989, p. 10).

Os "tempos de crise" aqui delimitados são compreendidos em sua longa duração, constituindo-se, sob uma ótica processual, entre a formação de uma classe trabalhadora atuante no município de Macaé e o período em que os chamados "porões da ditadura" se transmutaram em salões festivos e quadras esportivas.

Neste trabalho, as disputas em torno das memórias desses "tempos de crise" manifestam-se tanto nas recordações cristalizadas nas colunas sociais quanto, sobretudo, naquelas que emergem por meio de "comportas clandestinas", forjadas sob experiências de violência e punição, e que aqui passam a ocupar os espaços de enunciação que lhes foram historicamente negados. Memórias antes submersas vêm à tona por meio das artes, difundidas em salas de cinema, exposições museológicas, meios de comunicação e outras mídias, viabilizando a construção de narrativas sobre o passado (Pollak, 1989).

No que se refere ao objeto desta pesquisa, as memórias coletivas encontram um referente material a partir do qual se organizam: o Clube Ypiranga, cujas imagens rememoradas articulam-se ao seu uso como território carcerário e espaço de tortura. As memórias construídas por aqueles que se relacionaram com esse espaço, seja como grupo cedente ou cessionário, independentemente de seu estatuto jurídico, ou mesmo na ausência deste, inscrevem-se nesse processo, revelando a pluralidade de experiências e significações atribuídas ao lugar. O Clube Ypiranga, em sua historicidade, não se constitui como objeto desta pesquisa em si mesmo, mas como mediação material das relações sociais que nele se produziram. De um lado, foi apropriado por segmentos sociais com finalidades recreativas e associativas; de outro, converteu-se em espaço de dor, repressão e desesperança. Tal leitura pode ser pensada, em chave analógica, a partir da crítica de Karl Marx a Pierre-Joseph Proudhon, desenvolvida em *Miséria da Filosofia*, na qual se problematizam as contradições das relações sociais e os diferentes níveis de participação política das classes sociais.

No campo teórico-metodológico, é em Ulpiano Bezerra de Meneses que a História Oral encontra um importante suporte para a análise dos depoimentos, ao compreender a rememoração como um ato de construção de memória. Nesse sentido, ao dialogar com Ecléa Bosi, Meneses (1992) ressalta que a memória não pode ser confundida com seus vetores ou referências objetivas, tampouco reduzida a um conjunto fixo e acabado de recordações; ao

contrário, trata-se de um processo contínuo de construção e reconstrução (Meneses, 1992, p. 10).

Nos dias atuais, aquilo que Michael Pollak caracterizou como manifestação exacerbada das memórias subterrâneas tende a se tornar cada vez mais recorrente. No Brasil, em particular, a história da ditadura tem sido reescrita e reavaliada a partir da emergência dessas "memórias clandestinas". No entanto, para que isso se realizasse, inúmeros grupos sociais foram compelidos a manter suas memórias em silêncio, transmitindo-as apenas no interior de seus círculos, por meio da oralidade (Pollak, 1989), sob o risco permanente de seu desaparecimento.

Comprometidas pelo tempo, as memórias subterrâneas referentes ao período da ditadura empresarial-militar brasileira passaram por um longo processo de silenciamento. Se o primeiro de abril de 1964 marca a gênese desse processo, que se estendeu por vinte e um anos da história brasileira, fundando uma temporalidade demarcada pela mudez forçada dos marginalizados, ele não teve seu fim em 1985, com o processo de redemocratização. Pelo contrário, o silenciamento atravessou esse período, permanecendo esquecido nos calabouços do governo e, até mesmo, sendo reforçado pela destruição de arquivos patrocinados pelo Estado.

O processo de construção de memórias da ditadura, sob a ótica dos vencidos, enfrenta dificuldades variadas, dentre as quais se destaca a própria estrutura de validação de acontecimentos silenciados ao longo do tempo. Uma das dificuldades encontradas por aqueles que detêm memórias individuais e coletivas da opressão, enquanto vítimas da violência do Estado ditatorial, é o fato de muitos escolherem não lembrar (Pollak, 1989), a fim de evitar que seus sucessores sejam assombrados pelos fantasmas do passado. Assim, muitos levam suas vivências para o túmulo, enquanto outros optam por narrá-las ao perceberem a iminência da morte, transmitindo-as de forma informal e incorporando-as ao legado familiar e às redes de sociabilidade daqueles que padeceram com ausências involuntárias, marcadas pelo sofrimento decorrente do desconhecimento ou, ainda, pela dolorosa consciência de que o desaparecimento do ente querido esteve, fatalmente, submetido à tortura do sistema vigente.

O processo de silenciamento é mais profundo do que aparenta. Como já mencionado, Le Goff argumenta que a memória é um instrumento inseparável no processo de construção da identidade; por sua vez, sua negação reverbera na renúncia de si.

A construção de memórias, quando conduzida por elites, tem como efeito central a exclusão de grupos marginalizados, como será discutido. As elites que exercem controle sobre o Estado empenham-se continuamente na manutenção desse cenário. Em ocasiões nas quais

grupos silenciados pelas forças estatais conseguem sobreviver aos constantes boicotes do sistema, as memórias subterrâneas vêm à tona, demonstrando sua persistência no tempo e aguardando momentos propícios para se expressarem nas praças públicas. Deixam, assim, de ser histórias familiares dolorosas para se tornarem eloquentes instrumentos de reivindicação e, até mesmo, de transformação social (Pollak, 1989). Nesse sentido, tais memórias só podem ocupar o espaço de forma revolucionária se seus detentores estiverem vivos.

A construção de memórias e seu uso para a transformação, como instrumento revolucionário, carrega consigo não apenas o desejo de tornar público as memórias dos oprimidos que portam, em cada manifestação do rememorar, uma histórica de resistência de luta contra mecanismos de extermínio. Promover a divulgação de memórias de grupos marginalizados pelo Estado é um dever dos profissionais que se dedicam aos estudos da memória como fonte das Ciências Sociais e Humanas.

Uma questão abordada por Pollak em sua análise é a ausência das memórias subterrâneas em momentos de paz. Quando as disputas hegemônicas não se fazem presentes de forma marcante, tais memórias dificilmente se materializam na sociedade (Pollak, 1989). Predominantemente, dar voz aos grupos marginalizados ocorre em função de interesses políticos; na ausência de conflitos, a luta para trazer à tona as memórias subterrâneas tende a ser ignorada, sobrevivendo apenas nos meios em que circulam anseios comuns de rememoração.

Ao dar visibilidade aos grupos minoritários, historiadores documentalistas alegavam que as memórias não seriam confiáveis como fonte legítima para a construção da História, uma vez que estariam fadadas à influência de nostalgias, ideologias, interesses e até mesmo preconceitos. Em contraposição, os historiadores que se utilizam da metodologia da História Oral dispõem de teorias e métodos que visam selecionar memórias que se convertem em fontes documentais, de acordo com critérios científicos da disciplina histórica, refutando as críticas que buscavam inviabilizar as memórias subterrâneas obtidas por meio da história oral (Ferreira, Janaína, 2006, p. 66).

A defesa da História Oral enquanto metodologia constituiu um movimento fundamental para que ela passasse a ser reconhecida como confiável e digna de legitimidade acadêmica. A concepção da História Oral como mera técnica limitaria sua aplicação aos procedimentos de entrevista e arquivamento de depoimentos; por outro lado, entendê-la como disciplina autônoma poderia reduzi-la a pesquisas superficiais, desprovidas de problematização, sendo utilizada apenas como instrumento de validação de conhecimentos previamente estabelecidos. Na atualidade, tais questionamentos já não ocupam posição central

no debate acadêmico: a história oral foi amplamente difundida, reconhecida em sua legitimidade e capaz de superar preconceitos academicistas, demonstrando sua relevância por meio dos trabalhos produzidos por seus adeptos e de seus impactos positivos para a História, além de reverberar em outras áreas das Ciências Humanas.

A História Oral foi responsável por desenvolver críticas consistentes à história tradicional, sobretudo ao possibilitar a emergência de memórias coletivas e individuais. Desse modo, tornou-se uma ferramenta fundamental para questionar as motivações subjacentes a determinadas narrativas históricas, problematizando, por exemplo, o "que" e o "quem" importam na história, bem como "como" e "por quem" são produzidos e mobilizados os discursos registrados nos documentos (Ferreira, Janaína, 2006, p. 75).

A abordagem da memória proposta pelos historiadores orais foi essencial para a superação de antigos dogmas no interior da historiografia. Nesse sentido, podem-se citar como exemplos dos avanços produzidos por essa área: o questionamento dos critérios que definem o que é considerado História; a problematização dos juízos de valor acerca do que deve ser registrado ou esquecido por suposta irrelevância; a revisão dos marcos que delimitam períodos históricos relevantes; e a reinterpretação de personagens históricas, com o intuito de questionar suas ações e, assim, retirar ou reiterar os títulos que lhes foram atribuídos pela tradição historiográfica (Ferreira, Janaína, 2006, p. 76).

A revitalização da história oficial, impulsionada pelos questionamentos levantados pelos historiadores orais por meio do uso da memória, tem, nos últimos tempos, desencadeado uma série de transformações em estruturas antes consideradas consolidadas, bem como na forma de ensinar História nas escolas (Ferreira, Janaína, 2006, p. 76). A memória não foi simplesmente incorporada aos instrumentos de que os historiadores dispõem para suas pesquisas e análises sobre diferentes períodos; ao contrário, passou a ser compreendida como um fenômeno dotado de historicidade própria.

Na obra *Entre memória e história*, Pierre Nora aprofunda a perspectiva da História-Problema ao complexificar as relações entre memória e história. O autor argumenta que a memória, tal como difundida socialmente, não corresponde de forma direta à realidade, uma vez que se trata de algo vivo, constantemente sujeito a transformações por parte de seus detentores, sendo atravessada tanto pelas lembranças quanto pelos esquecimentos. Assim, segundo Nora, a memória se nutre também de recordações vagas, pertencentes simultaneamente à coletividade e à individualidade, ocupando lugares específicos nos mais variados grupos sociais (Nora, 1993, p. 9). No mesmo sentido, o autor sustenta que a História, por sua vez, constitui-se como uma ciência social que se manifesta por meio da

problematização dos fatos que investiga, dedicando-se ao estudo daquilo que já não existe e à análise crítica dos discursos que as classes dominantes buscaram preservar, apesar das barreiras e da deterioração impostas pelo tempo (Nora, 1993, p. 9).

A História exerce, nesse sentido, um poder analítico que pode ser entendido como "destrutivo" em relação às memórias, na medida em que as submete a um exame crítico rigoroso. No entanto, sem ela, a sociedade estaria fadada a experienciar museus, praças, objetos e outros signos apenas como vestígios esvaziados de humanidade, dissociados dos grupos que outrora lhes atribuíram sentido (Nora, 1993, p. 9). Dessa forma, pode-se afirmar que a história, sem a memória, é manca, e a memória, sem a história, é cega: ambas devem caminhar em conjunto, sem, contudo, serem tratadas como equivalentes ou indistintas.

Jacques Le Goff apresenta, em sua obra História e Memória, afirmativas como a de Fustel de Coulanges que, em 1862, defende a necessidade de a História ir além dos registros escritos, recorrendo aos mitos, às fábulas, às crenças e até às línguas mortas, caso necessário, para que seja possível reconstruir o passado com maior complexidade. Por onde o ser humano passa, deixa rastros de sua existência, e é nesses vestígios que a história se materializa. Lucien Febvre, em 1949, também sustenta que a História se constrói fundamentalmente a partir de documentos escritos, mas, na ausência destes, deve recorrer a tudo aquilo que é próprio do homem. De forma semelhante, em 1941, Marc Bloch defendeu que tudo aquilo que o homem toca é capaz — e deve — comunicar algo sobre ele (Le Goff, 2021, p. 105).

A Sociologia da Memória, por sua vez, tem em Maurice Halbwachs sua principal referência. Em sua obra A Memória Coletiva, o autor contribui para a análise de fenômenos que têm a memória social compartilhada como elemento central, abrangendo desde eventos traumáticos até manifestações festivas, nas quais a coesão social se estabelece por meio da rememoração coletiva de experiências comuns.

A partir dessas perspectivas, o presente trabalho se apoia em abordagens da Sociologia e da História que compreendem as construções de memórias individuais que, por semelhanças (Halbwachs, 2003), equilibram-se na composição de memórias coletivas compartilhadas por vítimas da ditadura empresarial-militar brasileira. Busca-se, assim, identificar as ausências presentes nos textos e estudos referentes a esse período, com o objetivo de levantar questionamentos acerca de grupos sociais que sofreram, ao longo de vinte e um anos, de forma mais intensa, o abafamento de suas memórias por meio das forças de controle do Estado — processo que não se limitou ao período formal do regime.

Os crimes contra os direitos humanos ultrapassaram os limites temporais da ditadura e se manifestaram como luta por democracia. No entanto, a chamada "abertura lenta e gradual"

— ainda sob a ingerência do regime militar — contribuiu para a contenção de possíveis revoltas e promoveu o silenciamento das oposições mais radicalizadas. A lentidão e a gradualidade projetadas por Golbery do Couto e Silva concederam tempo ao aparato repressivo para ocultar e destruir documentos, esconder corpos, ameaçar sobreviventes e operar diversas outras formas de encobrimento.

Cabe aos profissionais da memória mobilizar os conhecimentos aqui discutidos para evidenciar tais ausências e, assim, dar voz às vítimas negligenciadas por livros e pesquisas. Compreender que o Estado, em sua ampla capacidade de influência, alcança e condiciona as memórias individuais conforme seus interesses permite reconhecer que a chamada História Oficial pode ser constituída por uma série de silenciamentos e processos de extermínio simbólico e material de diferentes grupos sociais.

A utilização dos conceitos aqui apresentados para a análise de grupos sociais que vivenciaram e sofreram com a violência da ditadura brasileira — justamente por exigirem o exercício da democracia — conduz ao questionamento da História e da memória construídas desde o processo de redemocratização até os dias atuais.

As memórias subterrâneas da ditadura brasileira ainda se encontram em processo de revelação, uma vez que a maioria dos estudos produzidos sobre o tema não concentra sua atenção nos grupos marginalizados, invisibilizados pelo governo militar com o intuito de impedir que, no futuro, se tornasse possível conhecer as experiências de operários, camponeses e, sobretudo, a amplitude da violência estatal nos municípios mais distantes das capitais. A memória das violências impingidas aos opositores do regime militar nas dependências de um clube de uma cidade do Norte Fluminense demonstra, na contramão da História Oficial, que a resistência democrática não se restringiu aos setores médios da sociedade brasileira. Evidencia-se que a classe trabalhadora do interior também resistiu à ditadura e, tal como os sujeitos mais frequentemente rememorados, foi igualmente torturada, desaparecida e, sobretudo, esquecida.

O controle sobre a memória e sobre a História constitui um interesse permanente das classes dominantes, independentemente do período histórico ou do território. Nesse sentido, é possível afirmar que aqueles que detêm poder sobre o passado dispõem dos elementos "factuais" necessários para moldar o presente e projetar o futuro. O ocultamento de determinados grupos sociais nos "calabouços" da memória, com a finalidade de promover seu esquecimento, configura-se como condição sine qua non para a sustentação de uma narrativa única, funcional aos poderes estabelecidos. Cabe a trabalhos como este propor o movimento inverso.

Ressalta-se que, ao se construir um diálogo interdisciplinar entre Sociologia Política, Sociologia da Memória e História Social, o uso de metodologias igualmente interdisciplinares torna-se indispensável. Nesse sentido, mobilizam-se diferentes procedimentos para a constituição das fontes memorialísticas, tanto por meio de entrevistas semiestruturadas — nas quais a elaboração das respostas dos entrevistados compõe parte do corpus analítico da pesquisa — quanto por meio de fontes orais oriundas de encontros presenciais entre pesquisador e depoente, cujas transcrições são utilizadas na redação do texto analítico. As fontes orais encontram-se arquivadas em ambiente virtual no Laboratório de Estudos da Imanência e da Transcendência da Universidade Federal Fluminense (LEIT/UFF).

CAPÍTULO 2 - DAS JOGATINAS DO ABAETÉS AOS CRIMES NO YPIRANGA

Está amaldiçoado, está acabando, está ficando liquidado.
Lauro Martins, em 2022.

O prédio erguido no centro da cidade, à época ao lado da sede dos poderes Executivo e Legislativo, inicialmente servia como residência da Família Paes, pertencendo ao fazendeiro e empresário Manequinho Paes, pai do deputado federal Márcio Moreira Paes (UDN)[5] (Garcia; Carvalho (org.), 2019).

Figura 41 - Foto do Clube Abaetés/Ypiranga Futebol Clube



Fonte: Acervo Solar dos Mellos, Macaé/RJ.

A obra do prédio é atribuída a Joaquim da Silva Murteira, arquiteto-construtor de grande prestígio no município, responsável pela reforma estrutural do atual Museu do

[5] Ex-integrante da UDN, foi deputado federal pelo Arena-RJ e algumas vezes chegou a se candidatar para prefeito de Macaé, não obtendo êxito. Proprietário da M. Paes & Cia. Ltda., concessionária automotiva. Acessado 20/10/2025. Disponível em: < https://www.camara.leg.br/deputados/131460/biografia>.

Legislativo (1927), bem como pelo projeto e construção do Teatro Tabuada (1930–1932), do Abrigo da Velhice Desamparada (1944–1945) e do Colégio Luiz Reid (1956)[6].

Após um desentendimento entre Manequinho e os demais sócios do Tênis Clube[7], em 1941, a residência da família Paes passou por reformas e adaptações, transformando-se na sede do Clube Abaetés[8]. Tratava-se de um espaço voltado para jogos de azar: o cassino dos Abaetés, frequentado pela elite macaense, rapidamente se consolidou como ambiente privilegiado para a realização de grandes bailes.

O Clube dos Abaetés também se tornou local de recepção de importantes lideranças políticas. O jornal Correio da Manhã (RJ), em 1943, relata a visita do presidente Getúlio Vargas ao Norte Fluminense e sua passagem pelo município de Macaé, após a inauguração da Rodovia Amaral Peixoto (atual RJ-106). Na ocasião, o presidente foi calorosamente recebido com um almoço "em nome da população", realizado nas dependências do clube. O evento contou com a presença das elites e lideranças locais, incluindo o próprio presidente e seu genro, Amaral Peixoto, sendo marcado por brindes e celebrações em sua homenagem.

Com o Decreto-Lei nº 9.215, de 30 de abril de 1946, o então presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, proibiu os jogos de azar em todo o território nacional. Diante disso, Manequinho vendeu o clube para Lacerda Agostinho, importante empresário e político local, então presidente do Ypiranga Futebol Clube. A partir desse momento, o antigo Clube dos Abaetés passou a abrigar a sede do Ypiranga Futebol Clube, destacando-se por ser a primeira sociedade recreativa macaense a adotar o futebol de salão como prática esportiva. Com a mudança de gestão, o clube passou a atrair predominantemente a classe média, incluindo profissionais liberais e comerciantes.

Agostinho, admirador do Clube de Regatas do Flamengo, incorporou as cores preto e vermelho ao estandarte do Ypiranga Futebol Clube. A partir de então, a população macaense passou a referir-se ao clube como "Clube do Rubro-Negro".

---

[6] Nascido em 19 de maio de 1888 em Ovar, no Reino de Portugal. Aos 21 anos resolve seguir os passos de seu pai, que meses após seu nascimento se mudou para o Brasil, e permaneceu até sua morte. Murteira chegou ao Rio de Janeiro em 15 de maio de 1910, mas é no centenário de Macaé, em 1913, que o jovem português escolheu a Princesinha do Atlântico como seu novo lar, "o mais macaense dos portugueses que conhecemos" (Parada. 1995).

[7] Fundado em 1928, com o nome de Atlântico Clube.

[8] O termo "Abaeté" é polêmico. Originário da língua Tupi, seu significado varia entre: 'o bravo', 'homem de respeito', 'honrado' e 'corajoso' - aba (homem) + eté (verdadeiro). Disponivel em: <https://dicionariotupi.com.br/palavras/abaete/ acessado em: 26/06/2025>.

Figura 42 - Foto do estandarte do Ypiranga Futebol Clube



Fonte: Disponível em: <https://www.facebook.com/Ypirangafcmacae>. Acesso em: 23/10/2025.

A cidade de Macaé sempre teve muito destaque em atividades esportivas, desde o futebol tradicional até o basquete e o vôlei. Ganhar competições estaduais era um lugar comum para os atletas locais. Principalmente, porque o Colégio Estadual Luiz Reid (que chegava a ter 4 mil alunos) investia muito na preparação de jovens para tal área. Dessa forma, o Clube Ypiranga se sobressai porque possuía uma ampla quadra, bem localizada no Centro da cidade, e os alunos do C.E. Luiz Reid treinava nesse local (Parada. 1995).

Figura 43 - Time do Clube Ypiranga Campeonato Fluminense de Campeões (1961), jogo: Ypiranga X S. Pedro da Aldeia



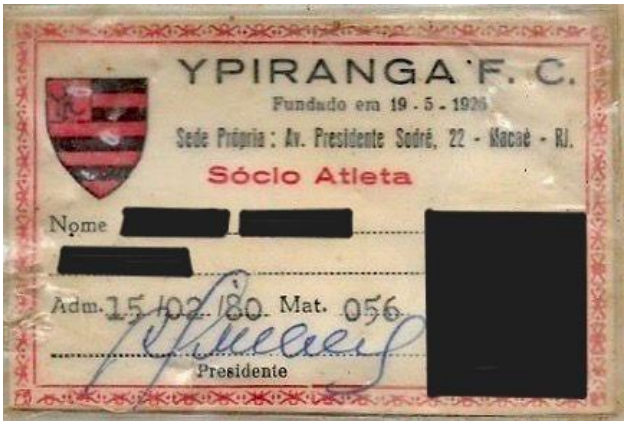
Fonte: Acervo Solar dos Mellos, Macaé/RJ.

Figura 44 - Jane Maria Martins Figueira durante o reinado em Macaé, em fotografia que registra ela na companhia de jogadores de futebol.



Fonte: Disponível em: <https://jornalorebate.com.br/obituario/6657-em-memoria-da-vice-miss-estado-do-rio-1964-a-macaense-jane-martins74>. Acessado: 25/10/2025.

Figura 45 - Carteirinha de Sócio Atleta do Clube Ypiranga



Fonte: Disponível em: https://www.facebook.com/groups/macaedasantigas/ Acessado: 25/10/2025.

Os clubes que se destacavam na esfera futebolística eram o Tênis Clube[9], o Americano Esporte Clube[10], o Fluminense Futebol Clube[11] e o Clube Ypiranga. Este último não se restringia ao futebol, incentivando também a prática de vôlei, basquete, tênis de mesa e xadrez. O Tênis Clube foi fundado em 13 de junho de 1928, sob o nome original de Atlântico Club, sendo renomeado no ano seguinte. Os clubes macaenses, na década de 1940,

[9] Fundado em 13 de junho de 1928 sob o nome original de Atlântico Club. Em 1929, o clube foi renomeado para Tênis Clube.
[10] Fundado em 06 de novembro de 1917, na sede do Clube Carnavalesco Flor do Abacate nasceu mais um grêmio para o município Americano Futebol Clube. Nome proposto por Octávio Batista, por conta de sua admiração ao Americano de Campos dos Goytacazes-RJ.
[11] Fundado em 25 de dezembro de 1917.

alcançaram significativa popularidade ao obterem vitórias em campeonatos locais e estaduais. O Ypiranga Futebol Clube, por exemplo, chegou à decisão do Campeonato Fluminense de Futebol, embora tenha sido derrotado por uma equipe de Niterói. No âmbito municipal, destacou-se ao conquistar oito títulos do campeonato macaense.

Na década de 1950, foi fundada a rádio local ZYP-21, denominada Rádio Princesa do Atlântico, inicialmente estruturada como um serviço de alto-falantes de rua, idealizado pelo empresário Dantas Filho. Comprometida com os interesses das elites do município, a emissora promovia programas musicais de auditório, alcançando ampla audiência e exercendo forte influência na formação da opinião pública. Sua sede localizava-se no Ypiranga Futebol Clube. Nesse período, considerando que o rádio constituía um dos principais meios de comunicação de massa, a população costumava aglomerar-se nas imediações do clube com o objetivo de ouvir músicas e notícias provenientes da capital. Em 1958, o Clube Ypiranga contava com uma frequência social que variava entre 900 e 1.000 associados (Franco, 2014).

As festas e bailes no Clube Ypiranga mantiveram-se como elementos centrais de sua dinâmica social. Para abrilhantar suas comemorações, especialmente durante o período carnavalesco, o clube recebeu artistas locais e nomes de projeção nacional, como Cauby Peixoto, Ângela Maria, Ivan Lins, Alcione e Roberto Carlos, que, ao longo dos anos, lotaram o *majestoso ginásio*[12] (Figura 46).

Figura 46 - Show do Roberto Carlos no Clube Ypiranga em 1977



Fonte: Foto registrada por Marilene Dutra Disponível em: <https://www.facebook.com/photo?fbid=7541040529250774&set=pcb.7244435795652921>. Acesso em: 23/10/2025.

[12] O ginásio do Ypiranga se diferenciava por possuir chão de taco coberto em estrutura metálica, com arquibancadas em cimento armado e com capacidade para 2.500 pessoas.

2.1. Histórico do futebol macaense

O registro histórico dos acontecimentos futebolísticos em Macaé tem início em 1919, com a criação da Liga Desportiva Macaense (LDM), por Eduardo Luz, contando com a filiação de quatro clubes: Macaé F.C., Fluminense F.C., Americano F.C. e Guarany F.C. A LDM foi responsável pela organização e direção dos campeonatos realizados entre 1919 à 1922, sendo extinta em 1923.

Entre os anos de 1923 e 1926, o futebol macaense não contou com um órgão regulador. Somente em 1927 foi criada a Liga Macaense de Esportes (LME), cuja existência se restringiu a dois anos. Em março de 1929, um grupo de desportistas fundou a Associação Macaense de Esportes Atléticos (AMEA), responsável pela organização dos campeonatos entre 1929 e 1933. Em 1934, a AMEA foi novamente extinta, e, até 1938, o esporte local permaneceu sem uma entidade diretora.

Em 13 de agosto de 1938, os clubes Fluminense F.C., Americano F.C., Ypiranga F.C. e Macaé F.C. recriaram a Associação Macaense de Esportes Atléticos (AMEA), que, nesse segundo momento, passou a organizar os campeonatos entre 1938 e 1942, com a participação dos clubes fundadores, além do Grêmio Duque de Caxias e do Clube do Forte Marechal Hermes. Em decorrência do Decreto-Lei Federal nº 3.199, de 14 de abril de 1941 — que regulamentava, incentivava e fiscalizava a prática esportiva no território nacional —, a AMEA passou a denominar-se Liga Macaense de Desportos (LMD), entidade que, desde 30 de setembro de 1942, passou a organizar oficialmente os campeonatos municipais.

Ao longo desse período, foram disputados quarenta e três campeonatos macaenses, com destaque para os seguintes clubes campeões:

- Americano F.C.: campeão em 1929, 1930, 1932, 1938, 1946, 1950, 1953, 1954, 1958, 1961, 1964 e 1967 (12 títulos);
- Fluminense F.C.: campeão em 1931, 1933, 1939, 1942, 1951, 1970 e 1973 (7 títulos);
- Ypiranga F.C.: campeão em 1940, 1941, 1943, 1944, 1959, 1960 e 1966 (7 títulos);
- Macaé F.C.: campeão em 1919, 1920, 1921, 1922, 1968 e 1969 (6 títulos);
- A.A. Portuguesa: campeã em 1945;
- Quissamã F.C.: campeão em 1949 e 1952;
- Flamengo F.C.: campeão em 1962 e 1963;
- E.C. Atlético: campeão em 1972 e 1977;
- Carapebus F.C.: campeão em 1971.

O título de 1957 encontra-se em litígio entre o Ypiranga F.C. e o Americano F.C., cuja decisão foi encaminhada à Confederação Brasileira de Desportos (CBD), permanecendo sob análise.

Destaca-se que, nos anos de 1923 a 1928, 1934 a 1937, 1947, 1948, 1955, 1965 e 1974, não houveram disputas válidas por campeonatos no município. Por fim, Macaé ostenta o título de bicampeã de futebol amador do Estado do Rio de Janeiro, com as conquistas dos anos de 1962 e 1963, conforme noticiado no Jornal do Clube Ypiranga (1984), a partir de acervo pertencente ao ex-presidente do clube, Luiz Alberto Simões Pinheiro.

2.2. O lúdico

Ao analisar as estruturas socioeconômicas da formação do município de Macaé, é possível compreender a existência de características específicas de sociabilidade. Tais características serão examinadas a partir da definição de sociabilidade proposta por Maurice Agulhon. O autor define sociabilidade como a capacidade associativa em sentido amplo, englobando associações diversas, tais como salões, clubes, cafés, restaurantes e outros espaços nos quais os indivíduos se reconhecem como seres sociais (Agulhon, 1988).

Jean Baechler (1992), citando Robert, afirma que sociável é “aquele que é capaz de relações humanas amáveis e procura a companhia, o relacionamento com seus semelhantes”. Tal disposição resulta na formação de unidades de atividade, como associações, clubes, equipes esportivas, sindicatos, empresas e igrejas, o que o autor denomina *sodalidade*. Para Baechler, é por meio da constituição de redes sociais, estruturadas a partir dessas unidades, que circulam, em nível individual ou coletivo, informações relacionadas a interesses e ambições específicas, caracterizando a *sociabilidade*. A defesa dos interesses de seus integrantes, por meio dessas unidades, contribui para a manutenção de uma coesão interna, configurando o que o autor denomina *socialidade* (Baechler, 1992).

A formação de grupos, ainda que composta por indivíduos, permite a ação coletiva na medida em que estes compartilham objetivos comuns capazes de definir sua natureza. Tais grupos, contudo, não permanecem isolados, mas se colocam em relação — seja de cooperação, seja de competição — com outros grupos, de mesma natureza ou não (Baechler, 1992).

Tomando como referência o clube social como espaço privilegiado de constituição de redes de sociabilidade, e dialogando com o conceito de rede social em Georg Simmel (2026), considera-se que a análise de um território criado para o divertimento, no qual os indivíduos

se reúnem, a princípio, com essa finalidade, pode ser aprofundada à luz da reflexão de Johan Huizinga, em sua obra *Homo Ludens* (2000). O autor compreende o "jogo" como um fenômeno cultural fundamental e matriz para a formação de diferentes formas de sociabilidade, definindo-o como "um dos elementos espirituais básicos da vida", sendo:

> Uma atividade ou ocupação voluntária, exercida dentro de certos e determinados limites de tempo e de espaço, segundo regras livremente consentidas, mas absolutamente obrigatórias, dotado de um fim em si mesmo, acompanhado de um sentimento de tensão e de alegria e de uma consciência de ser diferente da "vida quotidiana" (Huizinga, 2000, p. 34).

Huizinga discorre sobre as limitações das línguas indo-europeias no que se refere à capacidade de expressar as múltiplas variações de sentido que o termo "jogo" assume em línguas do extremo Oriente. Em razão da ausência de vocábulos que articulem adequadamente as diversas dimensões das atividades lúdicas, a categoria, por vezes, distancia-se da compreensão plena de seu papel na sociabilidade dos grupos sociais.

Por esse motivo, o autor apresenta um amplo levantamento de expressões destinadas a nomear tais atividades, a fim de evidenciar a variedade de significados que compõem a categoria. Essas variantes manifestam-se em diferentes contextos culturais, como nas línguas grega, sânscrita, chinesa e inglesa, cujos repertórios semânticos revelam uma maior "sensibilidade" à ideia de jogo.

Com o objetivo de alcançar a influência das atividades lúdicas na construção da cultura, o autor apresenta que as atividades lúdicas rompem a designação de uma única palavra. O jogo apresentado por Huizinga, abrange o domínio da dança, da representação dramática, dos jogos de azar, das brincadeiras, do ato de contar piadas, de fazer trocas, ocupar-se, subir, ir e vir.

O autor define o jogo como uma função social anterior à própria cultura, presente nas civilizações mais antigas e ainda vigente na contemporaneidade. Trata-se de uma realidade relativamente autônoma, mesmo quando carece de uma definição linguística precisa. Nesse sentido, afirma: "é possível negar, se se quiser, quase todas as abstrações: a justiça, a beleza, a verdade, o bem, Deus. É possível negar-se a seriedade, mas não o jogo" (Huizinga, 2000, p. 6). E acrescenta: "reconhecer o jogo é, forçosamente, reconhecer o espírito, pois o jogo, seja qual for sua essência, não é material. Ultrapassa, mesmo no mundo animal, os limites da realidade física" (Huizinga, 2000, p. 6).

O jogo, portanto, persiste ao longo das gerações, constituindo um elemento agregador que reúne indivíduos e possibilita a formação de unidades de atividade — como os clubes

sociais — que se estruturam a partir de delimitações de tempo e espaço, de modo análogo aos rituais. Ao mesmo tempo em que produzem ordem, também são por ela regulados. Aqueles que não seguem suas regras são denominados por Huizinga de "desmancha-prazeres", sendo frequentemente excluídos e, não raro, responsáveis pela formação de novas comunidades.n Huizinga (2000, p. 6) conclui que:

> A verdadeira civilização não pode existir sem um certo elemento lúdico, porque a civilização implica a limitação e o domínio de si próprio, a capacidade de não tomar suas próprias tendências pelo fim último da humanidade, compreendendo que se está encerrado dentro de certos limites livremente aceites. De certo modo, a civilização sempre será um jogo governado por certas regras, e a verdadeira civilização sempre exigirá o espírito esportivo, a capacidade de fair play. O fair play é simplesmente a boa fé expressa em termos lúdicos. Para ser uma vigorosa força criadora de cultura, é necessário que este elemento lúdico seja puro, que ele não consista na confusão ou no esquecimento das normas prescritas pela razão, pela humanidade ou pela fé. É preciso que ele não seja uma máscara, servindo para esconder objetivos políticos por trás da ilusão de formas lúdicas autênticas. A propaganda é incompatível com o verdadeiro jogo, que tem seu fim em si mesmo, e só numa feliz inspiração encontra seu espírito próprio.

Parcela da sociedade macaense também se organizou ludicamente, estruturando sua sociabilidade por meio de atividades desenvolvidas em clubes. Destacam-se, nesse contexto, o Clube dos Abaetés, construído por Manequinho Paes, e o Ypiranga Futebol Clube, fundado por Dorival de Souza e seus companheiros. Este último, inclusive, surge a partir de disputas em torno das regras do próprio jogo, evidenciando o caráter conflitivo inerente às práticas associativas.

A sequência do trabalho evidenciará como uma unidade de atividade — no caso, o Clube Ypiranga —, em interação com grupos de pressão, pode constituir uma coligação, seja ocasional ou permanente, formada por atores sociais que visam à obtenção de poder político, isenções e privilégios (Baechler, 1992). Em articulação com instituições de outras naturezas, como a Paróquia São João Batista, a Associação Comercial, além de políticos, empresários e militares favoráveis ao golpe, tais agentes foram capazes de agir de maneira convergente para viabilizar a consolidação do regime ditatorial a partir de abril de 1964. Nesse processo, o clube, ao trair seu princípio original de espaço voltado às atividades lúdicas, passou a operar como instrumento de uma elite macaense alinhada a posições antidemocráticas, funcionando como uma espécie de máscara social que ocultava práticas e articulações políticas vinculadas à sustentação do regime.

2.3. As dores dos anos 1960

A Macaé do século XX manteve parte de sua estrutura política e econômica herdada do século XIX: a Loja Maçônica (1834), a aristocracia rural vinculada ao Engenho Central de Quissamã (1877) e a outros proprietários da região serrana, além da burguesia responsável pelo controle do comércio urbano, que fundou a Associação Comercial de Macaé (1916), instalada na sede da sociedade musical Nova Aurora[13]. A Nova Aurora constituía-se como um espaço privilegiado de articulação dessas lideranças, sendo o local onde se definiam candidaturas para os pleitos eleitorais, bem como estratégias de orientação do voto dos munícipes. A partir dessas instâncias de representação social, formavam-se clubes de serviço, associações beneficentes, bandas musicais e clubes esportivos e culturais (Parada, 1995), organizados em torno de um projeto hegemônico que atendia aos interesses da elite local.

Com a chegada da década de 1960, o clima festivo do Ypiranga Futebol Clube sofreria uma ruptura decisiva. Em 1º de abril de 1964, os militares assumiram o controle do Estado brasileiro, instaurando um novo regime político. No contexto local, a presença sindical dos ferroviários politizados, vinculados a partidos comunistas e socialistas e atuantes na Estrada de Ferro Leopoldina[14], passou a ser alvo das elites tradicionais macaenses. Essas elites, associadas à Associação do Comércio, Indústria e Lavoura de Macaé, detinham significativa influência sobre a vida política do município e demonstravam disposição para recorrer à força e à repressão como forma de conter qualquer manifestação associada à defesa de direitos e à organização popular na chamada "Moscouzinha". A partir dessa configuração hegemônica, a elite local incentivou a prisão imediata de mais de 160 cidadãos macaenses, ainda em 1964, evidenciando o alinhamento entre interesses locais e a lógica repressiva instaurada pelo regime.

Dentre os membros das elites tradicionais macaenses, o então presidente do Ypiranga Futebol Clube, Rômulo Lago Leite, atuou em consonância com os interesses desses grupos, contribuindo para a implementação do regime ao ceder o ginásio do clube ao governo militar. O espaço foi utilizado para "desafogar" a Delegacia de Polícia, atual sede da Polícia Federal[15], e a prisão do Forte Marechal Hermes[16], que já não comportavam o elevado número de detidos.

---

[13] Fundada em 06 de junho de 1873, sob a presidência de Manoel Guedes Junior e com seu nome proposto por Joaquim Roza, é fundada a Sociedade Particular de Música Nova Aurora (Parada. 1995).
[14] Desenvolvido no Capítulo I.
[15] Rua Governador Roberto Silveira, nº. 427.
[16] Praia das Conchas s/n.

Ao lado dessas forças conservadoras, destacou-se também a atuação da Igreja Católica, que, orientada por um forte posicionamento anticomunista, fez-se presente nas disputas políticas locais por meio dos sacerdotes da Paróquia São João Batista. Esses religiosos exerciam significativa influência sobre irmandades que pautavam ações sociais e políticas de caráter conservador, especialmente em um contexto de fragilidade das políticas públicas assistenciais. Durante o período da ditadura militar, o padre espanhol Jesús Montoto García, à frente da paróquia, tornou-se um opositor contumaz do padre português José Nabais, considerado "comunista" em razão de suas ideias progressistas. A tensão entre ambos atingiu tal nível que o padre Nabais foi forçado a deixar a cidade em 1968. O mesmo padre espanhol organizava grupos de mulheres para rezarem o rosário em frente ao Clube Ypiranga, com o objetivo declarado de "converter" os comunistas ali mantidos em prisão provisória (Ribeiro [LEIT], 2025).

No ginásio do Ypiranga Futebol Clube foram detidos diversos cidadãos macaenses vinculados a movimentos sindicais, bem como intelectuais, professores, jornalistas, médicos, advogados e, sobretudo, ferroviários — desde jovens até idosos com mais de setenta anos — muitos dos quais, segundo relatos, encontravam-se em estado de profundo abatimento, chegando a desejar a própria morte. Embora ocupassem posições profissionais distintas no município, todos foram submetidos ao cárcere no espaço do clube em razão da convergência de seus posicionamentos políticos, considerados subversivos pelo regime (Martins [LEIT], 2022).

Como narrou o Sr. Lauro em entrevista:

> A gente tinha um companheirismo fraterno todos um com o outro. A grande maioria eram ferroviários, então eram companheiros um do outro. Mas nós fundimos com um pessoal que tinha cultura bem maior do que a gente na época. Tanto política como conhecimento cultural. A gente dava um nome. Dizia, nós estamos aqui misturados com o pessoal de conhecimento cultural. Intelectuais. Grupos de intelectuais eram presos junto com nós. Principalmente professores e advogados, que eram combativos. (Martins [LEIT], 2024)

Sobre a prisão de numerosos macaenses inocentes, o presidente do Clube Ypiranga, Rômulo Lago Leite, declarou: "Eu acho que é a solução. Está muito bonito aquilo lá, com o pessoal todo preso; seria mais bonito se botassem fogo. Eu nem me incomodaria em perder o clube. Construiria tudo outra vez" (Fonseca, 1996, p. 72). De acordo com Walter Quaresma, em depoimento à Comissão da Verdade de Macaé: "Transformaram o estádio do Ypiranga Futebol Clube em verdadeiro campo de concentração, somente para encarcerar operários e

criar um clima propício à continuidade da exploração do proletariado macaense" (Quaresma, 1991, p. 64).

Segundo os relatos, todos os prisioneiros passaram por condições extremamente adversas, marcadas por frio, fome e constante preocupação com os familiares que permaneciam do lado de fora. Entre os presos políticos havia viúvos, pais de filhos pequenos, homens com esposas grávidas e outros com casamento marcado — indivíduos com projetos de vida em curso que foram abruptamente interrompidos. Submetidos à prisão sem qualquer previsão de libertação, desconheciam seu destino, sem saber se sairiam vivos ou sequer se deixariam aquele espaço. O Sr. Lauro Martins, então com 25 anos, destacava-se por confrontar os militares, evidenciando uma posição de liderança entre os ferroviários. Segundo seu relato, os presos mais idosos concentravam-se em um canto da quadra, espaço que ficou conhecido como "canto dos velhos" (Carvalho, 2020, p. 306). Em entrevista ao Laboratório de Estudos da Imanência e da Transcendência (LEIT/UFF), Martins afirmou ter compreendido o desânimo desses homens mais velhos não como expressão ideológica, mas como consequência de suas condições etárias e físicas. Ainda segundo Martins, ele assumiu uma postura que definiu como "missionária", buscando combater a melancolia que se instaurava entre os idosos, na tentativa de fortalecê-los emocionalmente e incentivá-los a resistir às condições do cárcere. Nesse sentido, Lauro Martins descreveu:

> Horrível! Eles não faziam nada, nem alimentação, nem roupa, nem nada. Era um banheiro coletivo com uma privada, as pessoas às vezes com dor de barriga tinham que esperar outro. Comida ia da casa da gente, eles metiam o dedo para ver se tinha algum aparelho, alguma coisa dentro da comida. A gente mandava recado escondido para uma irmã da gente, para ninguém ir lá, porque eles não respeitavam nada. (Martins/LEIT, 2022).

Martins narrou sua passagem pelo Ypiranga, descrevendo-o como um verdadeiro campo de concentração. Dormia no cimento das arquibancadas, sem travesseiros ou esteiras. Muitos companheiros chegaram a rolar das arquibancadas durante a noite, pois, segundo seu relato, o chão da quadra permanecia completamente tomado por presos. Privados de qualquer direito, os detidos dependiam do apelo de parentes e amigos para conseguir alimentação. Em alguns casos, familiares enviavam comida por meio de crianças, na tentativa de evitar represálias diretas aos adultos.

Em depoimento à Comissão Municipal da Verdade (CMV), a Sra. Elizabeth Franco de Azevedo, sobrinha do advogado dos presos políticos — ex-prefeito e ex-deputado estadual Cláudio Moacyr[17] —, relembra os episódios que marcaram profundamente sua memória:

> — Beth: (...) ao mesmo tempo que a minha avó queria que o filho (Cláudio Moacyr) defendesse os presos políticos, ela tinha medo de perder esse filho para a ditadura. Quando o Exército prendeu e levou todos para o Clube Ypiranga, a única arma que a minha avó tinha para tirar o meu tio lá de dentro, era a de me colocar chorando, aos 7 anos, na porta do Clube e ele (tio Cláudio Moacyr) vinha me acalmar. E o Exército ali, todo armado. E a minha avó mandava eu continuar chorando. Eu chorava copiosamente. Às vezes ele tinha que levar e buscar cartas para as famílias dos presos políticos. Era um trabalho muito árduo tanto pela viagem Macaé x Rio x Macaé, quanto para descobrir quem e onde estava preso no Rio, e trazer notícias para os familiares. E o Exército todo ali, cheio de armas. Um dia, o meu tio Cláudio se cansou daquilo tudo e pediu licença ao Exército para que eu pudesse entrar no Ypiranga, e ele me mostrou tudo: as pessoas, o ambiente, e me acalmou dizendo que ali não tinha bandidos. Que todos eram pessoas conhecidas e até amigos do meu pai, nossos amigos. E eu vi que a minha avó exagerava e me colocava para chorar. Dali em diante eu ia à porta do Clube Ypiranga, mas não conseguia mais chorar.
> — CMV: Beth, quando você entrou no YPIRANGA, o que você viu? Beth - Muita gente sentada naquelas arquibancadas, muita polícia, muita arma, aquelas armas...
> — CMV: E você tinha uma noção do que se tratava? Beth - Eu ouvia dizer que era a revolução. Meu tio viajava para buscar notícias. Muitos foram presos e outros, deram sumiço. Mas eu era muito criança (Carvalho, 2020, 112).

Os militares determinaram que alguns presos não podiam receber nada de fora, dependendo da partilha de outros. As comidas eram reviradas. Os soldados colocavam as mãos na busca de armas e serras, que nunca encontrava, por não existir essa pretensão. Faziam para humilhar os presos. As práticas de tortura psicológica era bastante ultilizada, como narra Sr. Lauro:

> Aí o fulano vinha e dizia, bom, o outro já tá morto, agora é você. E o cara não sabia que eu não tinha morrido, que ele ainda ia me pegar. Tava lá em outra cela esperando a conversa (...), a primeira coisa que eles te falavam (...), "ih, rapaz, fulano te ferrou. Fulano disse que você é comunista, que você fez isso, fez aquilo". (...) Eles jogavam isso pra ver o que você fazia. Tinha uns que tinham tanto medo que, ao entrar, já botavam a boca gritando de desespero e já tentavam se suicidar, se jogar por cima da parede. Era uma coisa horrível. Você vendo aquilo tudo, sabendo que você (...) podia não amanhecer. Até você saber o que que eles estavam querendo, é que era o negócio. Você tinha que ter um controle emocional que não é mole, rapaz. Eu tô falando, já começou a me doer. (Martins [LEIT], 2024).
>
> E à noite era uma coisa dolorosa, (...) davam tiro, dizendo que no outro dia ia matar, ia sortear quem ia morrer ali, e aquilo causava um tremendo horror que a pessoa chegava à noite para dormir era difícil. A gente passava a noite acordado com medo de levar um companheiro nosso para torturar. (Martins [LEIT], 2024).

[17] Dr. Cláudio Moacyr de Azevedo, tradicionalmente de família macaense. Advogado formado pela Universidade Federal Fluminense.

O Ypiranga foi utilizado como prisão temporária, funcionando como um espaço de triagem, no qual se realizava a separação e a qualificação dos presos políticos sobre os quais recai interesse para a instauração de inquéritos policial-militares, civis-militares e administrativos, especialmente no âmbito da rede ferroviária. Esses procedimentos eram conduzidos na Delegacia de Polícia, que recebia agentes especializados responsáveis por aplicar sanções, incluindo demissões e outras formas de punição. Os detidos permaneciam no clube até serem transferidos para o Ginásio Caio Martins[18] e, posteriormente, encaminhados ao DOPS, no Rio de Janeiro[19], onde se deliberou sobre seus destinos e se deu continuidade aos inquéritos.

Durante o período em que o ginásio do Clube Ypiranga serviu como cárcere para presos políticos, as atividades sociais do clube mantiveram-se em funcionamento regular. O Ypiranga, tradicional palco dos desfiles das chamadas “beldades macaenses”, que disputavam o título de Miss Macaé, deu continuidade a essa prática em 1964. Naquele ano, a representante do clube foi Jane Maria Martins Figueira[20], vencedora do concurso, que recebeu sua coroa nos salões do Ypiranga — enquanto seu irmão, Lauro Martins, encontrava-se preso no ginásio ao lado.

O Clube se tornou um local controverso, abrigava os concursos de miss, abrigava um segmento da juventude, de certa rebeldia nas tardes dançantes era o mesmo espaço que

[18]O Estádio Caio Martins, em Niterói, foi o primeiro estádio destinado à prisão em massa na América Latina. Após o golpe de 1º de abril de 1964, o regime passou a prender arbitrariamente indivíduos acusados de oposição, que eram encaminhados ao ginásio do estádio com o objetivo de desafogar a superlotação de presídios e delegacias. Coordenado pelas Forças Armadas, o chamado “estádio-presídio” mantinha articulação com o DOPS/RJ e com a Polícia Militar, configurando-se como um dispositivo repressivo integrado. Trata-se de uma situação análoga à observada no caso do Clube Ypiranga, evidenciando a utilização de espaços originalmente destinados ao esporte e ao lazer como instrumentos de controle e repressão política (RIO DE JANEIRO (Estado). Comissão da Verdade do Rio. Relatório. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015).

[19] Situado na esquina da Rua da Relação com a Rua dos Inválidos no Rio de Janeiro, o prédio que por mais de um século foi usado como símbolo da repressão no estado do Rio de Janeiro, já foi cárcere de personalidades da política nacional como Nise da Silveira, Olga Benário, Carlos Marighella, Apolônio de Carvalho, Graciliano Ramos, Luiz Carlos Prestes e Carlos Lacerda . Em 1962 é ocupado pelo recém criado Departamento de Ordem Política e Social (DOPS/GB) Desde os primeiros momentos do golpe de 64, a estrutura do Departamento foi incorporada à ação violenta da ditadura, comandada pelas Forças Armadas, tornando-se um dos endereços mais emblemáticos da longa história de repressão política cometida pela Ditadura, local de imediata identificação dos integrantes dos grupos “subversivos”, servindo como uma espécie de centro de triagem de presos e também como um local de prisão, tortura e morte (RIO DE JANEIRO (Estado). Comissão da Verdade do Rio. Relatório. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015.).

[20] Depois de eleita Miss Macaé, Jane teve a missão de defender a sua cidade natal no concurso Miss Estado do Rio 1964, no dia 20 de junho daquele ano, no Ginásio Caio Martins , chegando a ser coroada vice miss Estado do Rio de Janeiro no ano de 1964, Niterói. Tornando-se então uma verdadeira celebridade reconhecida e com compromissos em todo Estado, carregando para todos os lugares a marca do Clube Ypiranga, já que fora a escolhida para ser a representante do clube entre outras belas jovens macaenses. Na ocasião, o então prefeito Antônio Curvelo Benjamim entregou-lhe a chave da cidade, um gesto que simbolizava um "mandato" de um ano ao seu lado na prefeitura. A homenagem se integrou às comemorações do 151º aniversário de Macaé. https://jornalorebate.com.br/obituario/6657-em-memoria-da-vice-miss-estado-do-rio-1964-a-macaense-jane-martins74 Acessado 24/10/2025

abrigava presos políticos (Ribeiro/LEIT, 2025). Como narra a Historiadora Ivania Ribeiro em entrevista:

> A história do Ypiranga é muito viva na minha memória, porque na época da ditadura militar, eu era adolescente, estudante do Colégio Estadual Luiz Reid, e o grande barato naquela época era a gente frequentar tarde dançante no Fluminense, que terminava exatamente às 16 horas, e pegar um restinho do Ypiranga que ia até às 17 horas. Mas isso hoje não tem mais. O Ypiranga tinha uma coisa diferente. A tarde dançante do Ypiranga era chamada de inferninho, porque era no escuro. Então ali aconteciam coisas que no Fluminense não eram permitidas com a moral e com os costumes. A gente pegava esse restinho do Ypiranga, ficava lá na calçada, pra ver quem estava dançando com quem, quem namorou quem, quem flertou com A, B, C. E no dia seguinte, o grande assunto do Colégio Luiz Reid, que era um colégio com 5 mil alunos, era o que aconteceu no inferninho do Ypiranga. (Ribeiro/LEIT, 2025).

No ginásio, os encarcerados ouviam gritos vindo do interior do Clube, de que iam jogar gasolina nos presos e atear fogo. Os militares faziam as transferências dos pesos para inquérito, promoviam eventos para causar terror e humilhação aos encarcerados (Martins/LEIT, 2024).

2.4. Ypiranga, das cinzas renascer

Após a retirada dos presos políticos do Ginásio Roberval Pereira da Silva, conhecido como a quadra do Ypiranga, o clube não se tornou mais um local de festejo após os macaenses tomarem conhecimento dos crimes cometidos dentro de suas instalações. O Clube entraria em fase de decadência social, perdendo o status de clube da elite, caracterizando o início do processo de apagamento da memória relacionada ao Clube Ypiranga.

Com a chegada dos anos de 1970, o município passaria por mudanças significativas em sua formação social, já que a Petrobrás escolheu Macaé para ser a sede da extração de petróleo da Bacia de Campos dos Goytacazes-RJ, se instalando oficialmente em 1977. A cidade se modernizou e teve seu eixo de atividades lúdicas deslocado para a região da praia, especialmente a Praia dos Cavaleiros (O DEBATE, 2009).

Em 1975 o Clube Ypiranga começou a demonstrar falta de adesão de seus sócios. Declarou em sua revista dirigida pelo até então presidente Luiz Alberto Simões Pinheiro, em maio de 1975:

> É necessário que voltemos a falar da má fama, do descrédito em que achamos o YPIRANGA. Toda a sua estrutura se achava abalada profundamente; seu esteio, obra máxima erguida com muito sacrifício e amor, levando o nome de um dos maiores lutadores deste clube, o Ginásio Roberval Pereira da Silva, sendo paulatinamente depedra. do por pseudo-sócios atletas. Seu quadro social crescendo sem proporção e sem critério realmente seletivo, levando a que os antigos sócios se afastassem, solução lógica, pois o novo ambiente que se formava não permitia que

> você, sócio de fato e direito, frequentasse os salões em festividades. O desligamento com a venda sumária de ações foi também uma solução encontrada por sócios que não mais acreditavam na reabilitação do Ypiranga. A Sede Social necessitando de pintura, banheiro feminino sem a mínima condição de uso. Enfim o cáos total. Em poucas palavras, este foi o quadro triste e deplorável em que encontramos o YPIRANGA. Mas, mesmo assim, sabedores da situação, resolvemos aceitar o desafio de tomar a direção do clube, e com uma vontade enorme de vencer, pois não podíamos continuar mais tempo omissos, não só como ru-bre-negros, mas sobretudo como macaenses. Seria desnecessário dizer que estamos encontrando grandes obstáculos em nosso caminho, mas doa a quem doer, custe o que custar, haveremos de levar a bom termo nossa missão. Os primeiros passos já foram iniciados. Cortamos sumariamente todos os sócios atletas e sócios do departamento fe-minino; o ingresso dos não-sócios dia a dia tornar-se-á mais difícil; iniciamos a remodelação dos banheiros femininos, com sua ampliação e substituição de azuleijos e peças; a contabilidade pouco a pouco ganha corpo; a sociedade em si já começa a tomar conhecimento das mudanças que ora se processam dentro do YPIRANGA. Começam os pedidos para aquisição de títulos de sócios proprietários; os incentivos morais tornam-se realidade. Assim sendo, prezado sócio, é necessário que você também participe, para que a grande família que forma a YPIRANGA volte a se encontrar, para que todos juntos possamos ver o YPIRANGA DAS CINZAS RENASCER (O DEBATE, 2009).

Nas revistas do clube, Luiz Alberto Simões Pinheiro[21] apelava para que os sócios voltassem a participar das atividades alegando que a nova diretoria era composta por jovens e com uma nova mentalidade, alegando possuir uma vontade férrea de reformular completamente o Clube Ypiranga.

Ainda assim, o Ypiranga entreteu muitos jovens macaenses nos anos de 1970 e 1980, que, ao sair do cinema, iam para o famoso bailinho que acontecia aos domingos. Mas já era um tempo diferente, a cidade também já passava por grandes mudanças. Não era mais a mesma. O desejo de fazer que o Ypiranga fosse restabelecido na sociedade macaense como o mais amado não conseguiu alcançar seu objetivo.

Nos anos de 1980 e 1990, o clube chegava a receber 1.000 pessoas. Chegou à quantidade de 2.100 pessoas o frequentando socialmente, entre associados, dependentes e visitantes que participavam das atividades esportivas e de suas programações semanais (Franco, 2014). Neste mesmo período, o Clube passaria a receber bailes funks e forró, com diversidade de pessoas e etnias, que nas décadas anteriores eram proibidas pela alta classe macaense de frequentar os salões do Ypiranga. Eram estigmatizados pela elite macaense que não mais o frequentavam. O clube chegou a ser alcunhado de *Ypiranha*, numa triste alusão às *mulheres de vida fácil* que dominaram suas últimas noites (Franco, 2014).

A decadência foi cada vez mais tornando-se presença em sua estrutura e em sua administração, como afirma O Debate em sua publicação em 2009:

---

[21] Luiz no momento que assume a direção do Clube estava ligado com partidos de centro-esquerda.

> Nesse período, a beleza de um dos prédios mais, importantes de Macaé acabou sendo substituído por paredes descascadas, rachadas e com infiltrações. Mesmo com as pequenas reformas estruturais, realizadas pelas últimas diretorias do Clube, os salões do Ypiranga perderam o glamour.

O Ypiranga passou por altos e baixos em sua história, como se pode notar, após o exposto. Em entrevista, Rubinho destaca que o edifício, outrora locus de repressão, foi local onde se contava votos para as eleições em sua quadra, o que marcou a vida dos macaenses

2.5. O Ypiranga na virada do século

Em virtude das dívidas acumuladas ao longo de 11 anos junto ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD), o Clube Ypiranga foi alvo, em 2007, de medida de penhora, em uma manobra que visava à preservação do patrimônio histórico do município. Em maio de 2007, o então prefeito de Macaé e ex-presidente do Clube Ypiranga, Riverton Mussi, com base no art. 92, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, decretou a desapropriação do imóvel por necessidade ou utilidade pública, bem como por interesse social.

Por meio do Decreto n.º 097/2007, declarou-se, em seu art. 1º, o Clube Ypiranga como de utilidade pública, com fundamento nos arts. 2º e 6º, bem como na alínea "n" do art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365 de 1941. Determinou-se, assim, a desapropriação — mediante composição amigável ou procedimento judicial — do imóvel situado na Avenida Presidente Feliciano Sodré, nº 22, esquina com a Rua Tenente-Coronel Amado, sede do Ypiranga Futebol Clube, no município de Macaé. A desapropriação foi declarada, no art. 3º do referido decreto, em caráter de urgência, com a finalidade de viabilizar a construção de um edifício público.

A desapropriação tinha como objetivo a instalação, no edifício, das sedes das secretarias de Esporte e Lazer, o que, no entanto, não se concretizou. Nos dois anos subsequentes, a Prefeitura não realizou qualquer intervenção. Diante disso, o clube instituiu uma comissão composta por sete sócios proprietários, responsável pelo levantamento financeiro e patrimonial, com o objetivo de demonstrar o valor que consideravam adequado para a desapropriação (O Debate, 6 de março de 2009). Em abril de 2009, foi expedido, pelo juiz titular da comarca de Macaé, mandado de imissão na posse da sede do Ypiranga Futebol Clube, determinando que:

> O Oficial de Justiça designado que, em cumprimento ao presente mandado, extraído dos autos do processo acima referido, dirija-se ao local da diligência ou onde lhe for apontado e proceda à IMISSÃO NA POSSE do bem situado no endereço acima, podendo, se necessário, efetuar arrombamentos, devendo, neste caso, fazer-se

> acompanhar de outro Oficial de Justiça, e requisitar o auxílio de força policial, perante duas testemunhas que deverão também assinar o auto. Dado e passado nesta cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro (O DEBATE, 2009).

Em abril de 2010, as chaves do imóvel-sede do Ypiranga Futebol Clube foram entregues à Coordenadoria Extraordinária Macaé 2000 Anos (COOEX), coordenada pelo artista plástico Ely Peron Frongilo, no município de Macaé[22].

2.6. Macaé 200 anos

Em 2011, foi fundada a Coordenadoria Extraordinária Macaé 200 anos, para auxiliar a Fundação Macaé de Cultura no bicentenário do município. A Coordenadoria teve como sede administrativa o prédio Clube Ypiranga. A programação idealizado para o Bicentenário do município, através de propostas de projetos e concursos, como o concurso "Pintando Macaé"; "Fotografando Macaé"; "Cantando Macaé" (escolha de hino alusivo aos 200 anos e festival de música); "Crie o Selo 200 anos"; "Crie o Monumento Comemorativo dos 200 anos"; e "Crie o Bolo Comemorativo dos 200 anos".

O coordenador geral do programa, Ely Peron Frongilo, contou com uma equipe formada por 16 pessoas e planejou todas as atividades a serem desenvolvidas até chegar a data do aniversário de Macaé. O clube Ypiranga abrigou a exposição "Di Cavalcanti visita Macaé", em parceria com uma instituição francesa que ocorreu de 31 de maio à 4 de julho de 2011, expondo 80 desenhos serão expostos, mostrando a diversidade de temáticas abordadas por Di Cavalcanti, principalmente sobre a temática brasileira[23]; "Macaé dos anos 70", de autoria do fotógrafo Dunga, que registrou, por iniciativa própria os últimos cinco anos da década de 1970 e o início dos anos 1980 com sua Olympus OM-1[24].

A reforma do Clube Ypiranga, sede da coordenadoria do programa, passou por um processo de licitação da reforma, com a perspectiva de colocar o mais próximo possível do que o prédio era no passado. Após a reforma, o local funcionou como o Museu dos 200 anos de Macaé. Os projetos não foram concluídos devido à mudança de de prefeito empossado em janeiro de 2013, Dr. Aluizio dos Santos Junior.

Em janeiro de 2013, a defesa civil interditou o ginásio do Clube Ypiranga, que

---

[22] Disponível em: <https://odebateon.com.br/artista-plastico-ely-peron-frongilo-morre-aos-69-anos>. Acesso em: 04/11/2025.

[23]Disponível em: <https://macae.rj.gov.br/noticias/leitura/noticia/exposicao-de-di-cavalcanti-estreia-comemoracoes-aos-200-anos-de-macae>. Acesso em 04/11/2025.

[24] Disponível em: <https://macae.rj.gov.br/noticias/leitura/noticia/exposicao-mostra-a-macae-dos-anos-70>. Acesso em 04/11/2025.

estava com ameaça de desabamento, alerta sobre as vigas com ferragens expostas e determina a reconstrução do telhado do ginásio, recuperação estrutural das vigas e lajes que apresentaram ferragem exposta, impermeabilização das áreas, reforma no telhado do prédio principal, reformar as instalações elétricas, implementando sistema de combate a incêndio. No prazo estipulado de 90 dias que nunca aconteceu.

Em decorrência da situação física do espaço do Ypiranga Futebol Clube em relação a intempéries, a Fundação Macaé de Cultura resolveu tomar a iniciativa de retirar de suas dependências o acervo do Coronel Sizenando (Prefeito de Macaé na década de 1920) e os quadros da artista plástica Lecy Navega para compor a reserva técnica do Solar dos Mellos - Museu da Cidade de Macaé e retirar a Coordenadoria Extraordinário do prédio por motivos de segurança.

Na tentativa de fazer com que o município protegesse o patrimônio histórico, em 2014, por solicitação da vice-presidente do Acervo e Patrimônio Histórico, Gisele dos Santos Muniz Cautieiro, o Museu da Cidade de Macaé, o Solar dos Mellos recorreu-se, também, à historiadora Maria da Conceição Vilela Franco para emissão de parecer sobre o valor histórico-cultural do Prédio e do Ypiranga Futebol Clube pela, que concluiu:

> Considerando que a identificação com um passado recente, cuja atuação contribuiu para o desempenho das atividades sociais e esportivas em Macaé e a importância material do seu prédio representado por sua majestosa sede construída próxima ao rio e ao mar, concluímos e reconhecemos o valor histórico, cultural, arquitetônico e simbólico identificado, pelo seu relevante serviço e contribuição para o desenvolvimento das atividades desportivas macaenses. Assim sendo, atribuímos ao Ypiranga Futebol Clube a sua reconhecida relevância como patrimônio histórico-cultural macaense e, por isso mesmo, recomendamos medidas para a sua preservação (Franco, 2014).

Apesar das tentativas de demonstrar as instituições públicas sobre o valor patrimonial do edifício, o mesmo seguiu abandonado correndo risco de ser demolido pelo poder público do município.

2.7. Um elefante branco

Ainda em 2014 a Procuradora Executiva de Assuntos Urbanísticos e Ambientais, Janine dos Santos Parente Martins, nos autos do Processo n° 0014026-02.2009.8.19.008, determinou o respectivo auto de imissão na posse, bem como o recibo de entrega das chaves do Clube Ypiranga, para uso do Município nos moldes do decreto DECRETO N.° 097/2007.

O Clube permaneceu fechado, sem reparos, deixando que o tempo se encarregou de destruir ainda mais o edifício. Em junho de 2016, por conta de um frio intenso que assolou o município, o Ypiranga se tornou abrigo emergencial para população de rua. Com reparos apenas aparentes o Clube abrigou durante todo o inverno cerca de 30 cidadãos[25].

Após este período o Clube foi fechado novamente pelo poder público, abandonado, o Ypiranga começou a virar ponto de apoio para população de rua, sem liberação da prefeitura o prédio se torna em um lar temporário para alguns e fixos para outros, como é o caso do Sr. Jorge, que mora no Ypiranga.

Em 2019 o então vereador Marcel Silvano (PT) conseguiu aprovar por unanimidade dos vereadores presentes, sendo muito defendido por diversos parlamentares na Câmara dos Vereadores, o projeto de transformar o Clube Ypiranga em um centro de memória das vítimas da Ditadura Militar. A matéria foi enviada para o Executivo. O prefeito da época Aluízio dos Santos Júnior se reelegeu no partido MDB, nada fez sobre o projeto[26].

O Ypiranga permaneceu abandonado pelos poderes públicos até que, em 2022, sob o mandato do prefeito Welberth Rezende (Cidadania), declarou-se que o Clube já havia sido comprado e que se transformaria em mais um polo de cultura do município. O Ypiranga F.C. se transformaria em uma escola de dança[27]. A tradição de abandono do edifício permaneceu, as promessas não saíram dos discursos. No centro do município de Macaé existe um elefante branco, chamado Clube Ypiranga, abandonado e aguardando cair sob a cabeça dos que o tornaram um lar.

O processo de desapropriação segue em andamento e o prédio ainda não foi efetivamente comprado pela prefeitura. O advogado e sócio proprietário do Ypiranga F.C., Sebastião Carneiro da Silva, informou que antes o clube possuía 600 sócios, no qual muitos não quiseram investir para quitar as dívidas do edifício e assim salvá-lo da desapropriação. Apenas 169 sócios mantiveram seus direitos de proprietários e aguardam a posição da prefeitura sobre o destino do *mais amado* da cidade.

---

[25] Disponível em: <https://macae.rj.gov.br/noticias/leitura/noticia/prefeitura-cria-abrigo-emergencial-para-populacao-de-r ua>. Acesso em: 05/11/2025.

[26] Disponível em: <https://cliquediario.com.br/politica/camara-de-macae-aprova-pedido-para-transformar-o-clube-ypiranga-em-centro-de-memoria-das-vitimas-da-ditadura/amp>. Acesso em: 05/11/2025.

[27] Disponível em:<https://macae.rj.gov.br/cultura/leitura/noticia/prefeitura-quer-implantar-mais-10-polos-de-cultura-e-arte>. Acesso em: 05/11/2025.

CAPÍTULO 3 - A PRINCESINHA DO ATLÂNTICO

Ao norte do litoral do estado do Rio de Janeiro se encontra o município de Macaé[28]. Conhecida pelos antigos moradores como Princesinha do Atlântico[29]. Por sua classe operária organizada tornou-se referência nacional na luta por Direitos trabalhistas, ganhando o título de Moscouzinha Brasileira em 1940.

O longo processo de formação da classe trabalhadora brasileira encontra-se em campos de disputa, tanto no interior das especificidades das Ciências Humanas e Sociais, quanto entre as disciplinas. Em linhas gerais, ainda se disputam aquelas referências teóricas que Bergson apontou como presença no senso comum: a disputa entre idealismo e empirismo. Neste aspecto, duas correntes se destacam nas análises sobre a classe trabalhadora brasileira: a que entende que sua formação de deu e continua tendo a intervenção do Estado e seus intelectuais, que observa "de cima", a constituição de uma classe em si, concepção que, de acordo com o Pensamento marxista, ,é compreendida na amplitude das lutas de classe, como "objeto" homogêneo e passível de observação "pelo alto", a partir dos aspectos superestruturais.

Por outro lado, outros estudos sobre a formação da classe trabalhadora brasileira intenciona demonstrar o processo de construção de uma classe trabalhadora per si, apontando a independência ideológica e organizacional da classe que se concebe nas experiências no trabalho e na luta de classe.

Neste sentido, a pesquisa aqui exposta busca demonstrar que a formação de uma classe *per si* em Macaé está intrinsecamente relacionada às lutas contra a Ditadura Militar brasileira e contra as Memórias oficiais que persistem em "relembrar" ilusórios tempos de "bonança e progresso".

A luta por democracia e, logo, em suas persistentes críticas, a classe trabalhadora de Macaé, em suas lideranças, continua mantendo o propósito de formação de uma classe per si, a que privilegia a consciência do trabalhador acerca das relações dialéticas que estão presentes nos conflitos entre concepções de classe *em si* e classe *per si*.

---

[28] Existem duas versões sobre o significado do nome Macaé: 1) que provém da corruptela de Macaé, que na linguagem nativa significa macaba doce ou coco doce extraído da palmeira macabaíba; 2) que provém de miquelê, que quer dizer "Rio de Bagres".

[29] "Um dia (não sei quando), alguém (não sei quem) cismou em colocar-me um apelido. Mas, por favor, não pensem mal. Esse desconhecido alguém não quis aborrecer-me. Nem ofender-me. Pelo contrário, fez isso para ser agradável a mim. Assim, como se quisesse dar-me um presente, um belo e rico presente." (PARADA, Antônio. Meu nome, crianças, é Macaé. s.d.)

A História da formação de uma classe per si, aqui apresentada começa em 1886, quando a Companhia Ferroviária The Leopoldina Railway Company Limited[30] adquiriu o ramal Rio Bonito-Macaé da Estrada de Ferro Cantagalo.

Em 1° de janeiro de 1889, foi então inaugurada a nova estação de Macahé, ao lado do rio Macaé e cercada por trilhos da linha férrea. A estação era apenas um barracão de madeira, sendo apelidado pelo nome de Bendegó[31] pelo historiador e jornalista Pereira de Siqueira (Figura 47).

Um ano mais tarde, em 1890 a Leopoldina consegue comprar 10 ações do ramal Macahé-Campos, iniciando-se a intervenção da companhia na vida dos macaenses. Em 9 de maio de 1898 os britânicos adquirem a Estrada de Ferro Central de Macahé, responsável por ligar a cidade ao distrito de Glicério, na região serrana do município. Em 1898, em 12 de novembro, The Leopoldina Railway Company Limited adquire o trecho total que unia a malha ferroviária. A aquisição fazia parte de um plano da companhia, que buscava monopolizar a operação da malha ferroviária ao norte de Niterói.

Figura 47 - A Estação da Leopoldina



Fonte: PARADA, Antonio Alvarez. Imagem da Macaé Antiga.Prefeitura Municipal de Macaé, 1982.

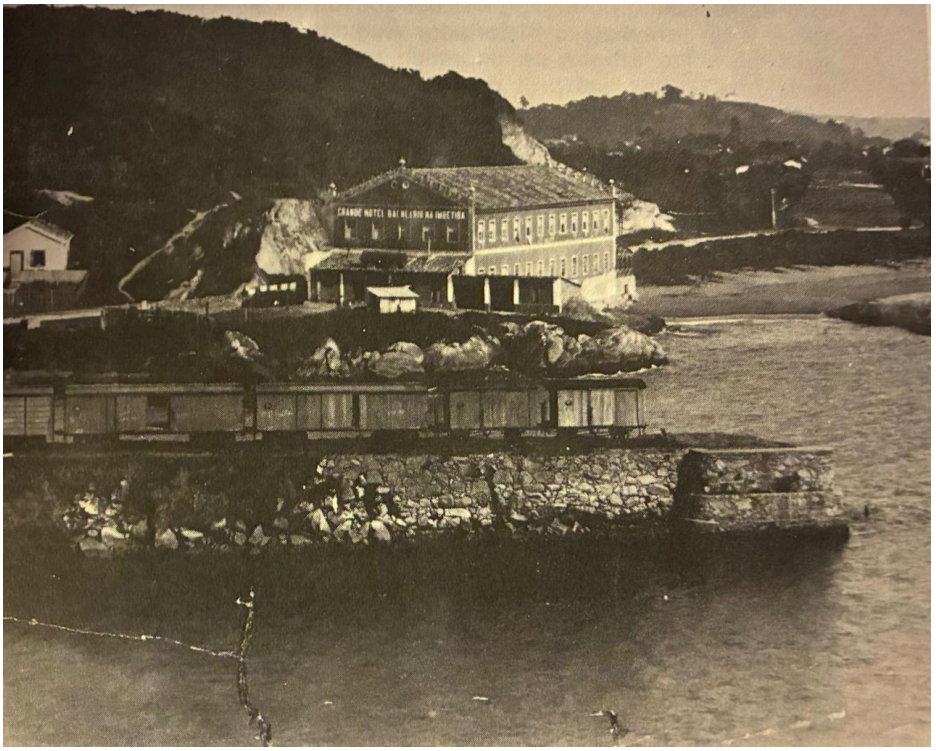
[30] Em 1871, foi criada a Cia. E. F. Leopoldina objetivando ligar Porto Novo, MG, onde já chegara os trilhos da E.F.D. Pedro II, com as cidades Leopoldina e Cataguases. Inaugurada em 1877 com 120km, foi batizada com o nome da cidade. Posteriormente a Cia. foi ampliando, construindo novos ramais e adquirindo ferrovias vizinhas, inclusive na região Rio-Campos. Em função da má administração, compras sob elevados custos, gastos com unificação de bitolas, acidentes, chuvas, epidemias, furtos, etc., a Cia. Leopoldina provoca a sua liquidação forçada em 1897. Neste mesmo ano, em 1897, é criada a The Leopoldina Railway Company Limited, de capital inglês, possuindo 2.118km de extensão, ampliando suas linhas e adquirindo todas as ferrovias vizinhas, nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, alcançando então 3.086km de extensão. A partir de 1907, praticamente não mais se expandiu.

[31] "Bendengó" era o nome pelo qual fora batizado um meteorito, que na época havia caído no interior da Bahia. A estação foi reformada em 1957.

Com a chegada dos britânicos, o porto de Macaé e todo sistema de locomoção fluvial, o canal Macaé-Campos e o Porto de Imbetiba (Figura 48), foi boicotado para que o transporte ferroviário se tornasse preferencial. O movimento na área do Porto de Imbetiba, antes utilizado pelos indígenas Goytacazes e posteriormente pelos europeus no escoamento do pau brasil, diminuiu consideravelmente. O canal Macaé-Campos projetado pelo inglês John Henry Freese, após vinte e oito anos (1844 - 1872) de construção por mãos escravizadas, deixou de ser utilizado três anos depois de sua conclusão em virtude das ferrovias. Lauro Martins, em depoimento cedido ao Laboratório de Estudos da Imanência e da Transcendência, da Universidade Federal Fluminense (LEIT/UFF), em 2022, relatou:

> Considerando que a identificação com um passado recente, cuja atuação contribuiu para o desempenho das atividades sociais e esportivas em Macaé e a importância material do seu prédio representado por sua majestosa sede construída próxima ao rio e ao mar, concluímos e reconhecemos o valor histórico, cultural, arquitetônico e simbólico identificado, pelo seu relevante serviço e contribuição para o desenvolvimento das atividades desportivas macaenses. Assim sendo, atribuímos ao Ypiranga Futebol Clube a sua reconhecida relevância como patrimônio histórico-cultural macaense e, por isso mesmo, recomendamos medidas para a sua preservação (Franco, 2014).

Figura 48 - Hotel de Imbetiba e o antigo cais da Companhia Estrada de Ferro Macahé e Campos dos Goytacazes



Fonte: PARADA, Antonio Alvarez. Imagem da Macaé Antiga.Prefeitura Municipal de Macaé, 1982.

Figura 49 - Alfândega do Porto de Imbetiba



Fonte: PARADA, Antonio Alvarez. Imagem da Macaé Antiga.Prefeitura Municipal de Macaé, 1982

A enseada da Imbetiba foi o local escolhido pela Estrada de Ferro Leopoldina para a construção de suas oficinas mecânicas, que incluíam caldeirarias, serrarias, carpintaria, almoxarifados, depósitos e armazéns de mercadorias em trânsito. A partir dessa instalação, acelerou-se a formação de um proletariado urbano em Macaé. Por longo período, a ferrovia foi responsável pela dinamização da economia do município, influenciando decisivamente seu crescimento e suas dinâmicas político-administrativas. A companhia empregava mais de 700 operários, além de trabalhadores vinculados às linhas, aos escritórios, à tripulação e à operação dos trens, bem como aos setores de estação e segurança. Com a instalação das oficinas da Leopoldina, foi fundado, em 1911, o Liceu Operário de Imbetiba, inicialmente voltado à alfabetização dos filhos de ferroviários. A instituição oferecia cursos que iam do ensino primário até a 4ª série ginasial, além de formação profissional destinada à qualificação de mão de obra para atender às demandas da própria companhia. Na década de 1940, o Liceu foi substituído pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), que, ao longo de cerca de 20 anos, formou profissionais tanto para a empresa quanto para o mercado de trabalho em geral. Eram oferecidos cursos especializados em marcenaria, tornearia, caldeiraria, ajustagem, ferraria e soldagem. Os alunos recebiam uma remuneração simbólica, e a formação era equivalente ao atual segundo segmento do ensino fundamental[32].

[32] As informações sobre a Estação Bendegó foram retiradas do livro Estação Bendegó, escrito por Eilton Fonseca, atendendo a solicitação do Sindicato dos Petroleiros (SINDIPETRO), em 1996. A descrição dos eventos relacionados por Fonseca contém percepções particulares, emocionais que, importantes para a

Com a chegada dos britânicos, o porto de Macaé e todo sistema de locomoção fluvial, o canal Macaé-Campos e o Porto de Imbetiba (Figura 48), foi boicotado para que o transporte ferroviário se tornasse preferencial. O movimento na área do Porto de Imbetiba, antes utilizado pelos indígenas Goytacazes e posteriormente pelos europeus no escoamento do pau brasil, diminuiu consideravelmente. O canal Macaé-Campos projetado pelo inglês John Henry Freese, após vinte e oito anos (1844 - 1872) de construção por mãos escravizadas, deixou de ser utilizado três anos depois de sua conclusão em virtude das ferrovias. Lauro Martins, em depoimento cedido ao Laboratório de Estudos da Imanência e da Transcendência, da Universidade Federal Fluminense (LEIT/UFF), em 2022, relatou:

Com a chegada dos britânicos, o porto de Macaé e todo sistema de locomoção fluvial, o canal Macaé-Campos e o Porto de Imbetiba (Figura 48), foi boicotado para que o transporte ferroviário se tornasse preferencial. O movimento na área do Porto de Imbetiba, antes utilizado pelos indígenas Goytacazes e posteriormente pelos europeus no escoamento do pau brasil, diminuiu consideravelmente. O canal Macaé-Campos projetado pelo inglês John Henry Freese, após vinte e oito anos (1844 - 1872) de construção por mãos escravizadas, deixou de ser utilizado três anos depois de sua conclusão em virtude das ferrovias. Lauro Martins, em depoimento cedido ao Laboratório de Estudos da Imanência e da Transcendência, da Universidade Federal Fluminense (LEIT/UFF), em 2022, relatou:

Com a chegada dos britânicos, o porto de Macaé e todo sistema de locomoção fluvial, o canal Macaé-Campos e o Porto de Imbetiba (Figura 48), foi boicotado para que o transporte ferroviário se tornasse preferencial. O movimento na área do Porto de Imbetiba, antes utilizado pelos indígenas Goytacazes e posteriormente pelos europeus no escoamento do pau brasil, diminuiu consideravelmente. O canal Macaé-Campos projetado pelo inglês John Henry Freese, após vinte e oito anos (1844 - 1872) de construção por mãos escravizadas, deixou de ser utilizado três anos depois de sua conclusão em virtude das ferrovias.

Lauro Martins, em depoimento cedido ao Laboratório de Estudos da Imanência e da Transcendência, da Universidade Federal Fluminense (LEIT/UFF), em 2022, relatou que “Na Leopoldina só se tinha o direito de morrer”, segundo os trabalhadores entrevistados para o livro Estação Bendegó (1996). Segundo os relatos, os brasileiros ganhavam três vezes cem mil réis e os ingleses, nas mesmas funções, dez vezes este valor. Os brasileiros ensinavam o serviço aos ingleses que já estavam ganhando mais do que eles, e seriam seus futuros chefes.

---

compreensão dos acontecimentos “no calor da hora”, devem ser atravessadas pelo crivo da análise de outras fontes.

Na época os ferroviários não tinham sapatos, trabalhavam de tamancos, sem a mínima proteção.

Os empregados da Leopoldina eram divididos pelas seguintes funções: tráfego, locomoção, via permanente, e trabalhadores.

As condições de trabalho nas oficinas da Leopoldina em Macaé eram precárias, estando os operários expostos às condições infectas das instalações, aos ruídos, ao calor das caldeiras, à longas jornadas de trabalho, em regime de semiescravidão, recebendo salários miseráveis, morando em condições sub-humanas, sendo comuns doenças infecto-contagiosas, em especial a tuberculose. Para o autor, os operários da Ferrovia eram consumidos pelos interesses imperialistas dos ingleses, "num ritmo frenético das caldeiras que a tudo consomem: lenha e homens." (Fonseca, 1996, p. 34).

O autor descreve os ingleses como patrões severos que tinham em mira somente explorar o trabalho brasileiro, até a última gota de sangue. Não existiam leis trabalhistas que amparasse o operário, por isso eles pagavam salários miseráveis. Não havia, nas oficinas, qualquer instalação sanitária. A oficina era administrada por chefes sem maiores instruções, analfabetos, reconhecidos como verdadeiros serviçais da administração inglesa que vivia perseguindo os operários.

Ainda em minoria, os trabalhadores começaram a frequentar o sindicato com a percepção de que tinham de lutar por uma vida mais digna e melhores condições de trabalho e salário, incentivando a participação do restante dos trabalhadores. Em 1934 as condições eram precárias. Havia muitas perseguições aos operários. Para se organizarem e se comunicarem uns com os outros, esses estabeleceram códigos. Em função dos baixos salários, os trabalhadores cumpriam muitas horas extras, chegando a trabalhar 18 horas diárias e, muitas vezes, dobrando o horário de serviço. As reivindicações eram por aumento salarial e plano de classificação de cargos e salários. Na época não se sabia quem era oficial ou ajudante de 1ª, 2ª e 3ª classes. Não existia um Plano de Cargos e Salários.

Uma senha usada para a declaração na greve de 1934 foi "Joana morreu". A organização da greve foi feita pelos próprios trabalhadores que contribuíram para a elaboração dos panfletos e formaram a comissão de greve.

Nas décadas de 1930/1940, os grupos que trabalhavam de sapatos e gravatas ainda tinham a ilusão de que pertenciam à área administrativa e que por isso não poderiam participar do movimento grevista. Ficava, então, a tarefa, por conta dos companheiros operários das oficinas de Imbetiba, que eram, na realidade, os verdadeiros defensores das reivindicações da classe.

A greve de 1934 durou cinco dias e os operários tiveram todas as reivindicações atendidas. Os trabalhadores passaram a adquirir maior confiança no movimento, que a partir de então, começou a se fortalecer cada vez mais. Quando terminou a greve, de acordo com Fonseca, os companheiros que trabalhavam nas bancadas pegavam um pedaço de pau e escreviam um nome de um "amarelo"[33]. O Sindicato da Leopoldina passou a ser considerado um dos mais fortes do Brasil. Porém, participar da luta sindical oferecia riscos à manutenção dos empregos.

3.1. Macaé "Moscouzinha Brasileira"

A década de 1950 foi marcada pela intensidade das greves e pela unificação das lutas trabalhistas, como as das categorias de professores e camponeses. Deste modo, a repressão aos trabalhadores e líderes sindicais foi intensificada e era comum a presença de policiais da cidade do Rio de Janeiro em Macaé, a mando do governador do Estado do Rio, Carlos Lacerda, para reprimir os operários (Fonseca, 1996, p. 41 [sic]).

Houve avanço na organização político sindical, no sentido da representação partidária. Destacavam-se a atuação do PCB, além de outros partidos que se organizaram no Pós-Guerra, com o fim do Estado Novo varguista.

Neste período, no contexto da Guerra Fria, o Partido Comunista do Brasil denominado, posteriormente, após o fim da URSS, Partido Comunista Brasileiro, durante a década de 1950 até o golpe de 1964, manifestou-se, sob a liderança de Luís Carlos Prestes, pela convocação dos seus correligionários contra a miséria e a fome crônica, como Prestes anunciou no "Manifesto de Agosto de 1950". Neste Manifesto, Prestes expunha a posição nacionalista do PCB ante o imperialismo norte-americano. Por outro lado, as forças anticomunistas, antes relacionadas aos fascismos europeus, assim como outros tipos de movimentos conservadores, se alinharam em torno da Democracia Cristã. O Partido de Representação Popular, o PRP, sob a liderança do antigo Chefe Nacional da Ação Integralista Brasileira (1932-1937), Plinio Salgado. O PRP, mantendo particularidades corporativistas católicas e fascistas em seu projeto ideológico de "Democracia Orgânica", com defesa da organização sindical como braços e pernas de um Estado autoritário, formou alianças com as forças liberais, assumindo posição junto ao pólo capitalista do "mundo polarizado" da Guerra Fria.

[33] O operário que "fazia o jogo do patrão", o "pelego" e o punia com plantões.

De acordo com Carneiro (2007): “num novo contexto, o da Guerra Fria, o foco priorizado pelos integralistas passou a ser a luta anticomunista e a tentativa de afastar qualquer relação anterior com o fascismo.” (Carneiro, 2007, p.43).

De 1953 a 1964 foram criados vários organismos sindicais sem a interferência do governo. O Pacto de Unidade Intersindical (PUIS), mais tarde transformado em Pacto de Unidade e Ação, o PIS (Pacto Intersindical)e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

> Tinha sempre agitadores infiltrados nas mesmas, que muitas vezes eram policiais disfarçados, cuja função era causar tumulto e identificar as lideranças. Durante as greves, nós procurávamos nos organizar de maneira a não precisar dos piquetes, pois as pessoas que participavam dos mesmos eram as mais visadas, sendo presas e demitidas (Entrevista de Milso Ferreira - 20-04-93.)

Houveram ainda várias suspensões e transferências de operários, que eram um recurso administrativo bastante utilizado pela Leopoldina, na tentativa de minar o movimento sindical. Alguns ferroviários não resistiram e recuaram nos movimentos.

Em 1954, houve uma greve muito importante, dada a conjuntura nacional, um período de efervescência política muito grande, marcada entre outros acontecimentos pelo suicídio do presidente Getúlio Vargas. Foi uma greve longa e desgastante. Apesar de algumas conquistas, 17 trabalhadores foram demitidos (Fonseca, 1996, p. 43).

Os ferroviários contribuíram para a luta em defesa do monopólio estatal do petróleo através de abaixo-assinados, moções de apoio ao sindicato, enviados aos comitês de defesa do monopólio sediados no Rio de Janeiro e São Paulo, além de pichações e participações em manifestações. Durante as pichações no muro, o ferroviário Altamir, de Barra Mansa, foi preso e espancado até a morte. Também quando participava de uma manifestação em defesa da controle da extração e distribuição do petróleo brasileiro, no Largo da Carioca, na cidade do Rio de Janeiro, a manifestante Zélia Magalhães, macaense, natural de Quissamã, foi assassinada com um tiro pelas costas disparado por um policial, Zélia estava grávida de sete meses.

Ainda na década de 1950, existiam grupos de pessoas organizadas no PSB, que davam assistência a várias áreas no campo. Na época havia muitas invasões de terras, com confronto entre grileiros e posseiros. Os operários davam apoio material e político aos camponeses, chegando às vezes a fabricar foices às escondidas nas oficinas. Havia outros grupos que davam apoio aos camponeses, um deles ligado ao PCB. Em Macaé as atuações desses grupos foram responsáveis pela invasão na fazenda “Virgem Santa” que dominava as terras da periferia do município.

Havia ainda o chamado "Grupo dos Onze", de orientação do PTB, inspirados pela atuação do político gaúcho, Leonel Brizola, Este grupo era constituído por onze pessoas com o objetivo de promover a educação política das massas, principalmente entre os camponeses e que tinha por obrigação formar um outro grupo de onze pessoas com o mesmo objetivo de expandir o movimento.

Desde a década de 1950, Macaé se destacava na organização político-sindical dos trabalhadores ferroviários, influenciando, inclusive, nas atuações dos marítimos e portuários, com influência marcante do Partido Comunista Brasileiro que adquiriu muita influência junto aos trabalhadores e aos sindicatos.

> As lutas passaram a sair do seu eixo economicista adquirindo uma conotação mais política, embora ainda não se pudesse afirmar que as lutas a partir de então se dessem no campo essencialmente político, a classe passou a ter um reconhecimento internacional. [...] Eu ingressei no movimento pelas mãos de Aristóteles de Miranda que emprestou-me alguns livros marxistas; ainda me lembro de um deles cujo título era “Linhas Marxistas” (Entrevista de Waldir Tavares em 20-04-93.).

Por volta de 1955 a 1956 o Congresso Nacional começou a discutir a necessidade da criação de uma Entidade Nacional de Transporte Ferroviário. Como os critérios e os objetivos não estavam claramente explicitados, os trabalhadores colocaram-se contra a criação da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima, a RFFSA, passando a fazer passeatas e atos públicos na cidade do Rio de Janeiro.

Os motivos da criação da RFFSA deviam-se ao que o Governo Federal via como necessidade de garantir a segurança nacional, visto que as 22 ferrovias existentes possuíam também 22 direções diferenciadas. O projeto baseou-se em experiências adquiridas na Segunda Guerra Mundial, levando em consideração a vulnerabilidade de nossas fronteiras. Estas direções, em caso de conflito externo ou interno poderiam, contrariando a orientação governamental, autorizar o transporte clandestino de material bélico ou outros materiais, colocando em risco a soberania e a segurança da nação. Esclarecidos os fatos, os trabalhadores não tiveram outra opção a não ser ficar de acordo com a criação da RFFSA.

Em 1957 é então criada a Rede Ferroviária Federal S.A., a ferrovia foi estatizada, agrupando inicialmente 18 ferrovias no Brasil, incluindo a Leopoldina que ficou sob a jurisdição da SR-3 (Superintendência Regional), com sede em Juiz de Fora. A Leopoldina, após anos de exploração e obtenção de lucros, ainda foi indenizada. Os trabalhadores passaram a ser regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e pelo estatuto da

Leopoldina, através de decreto presidencial, até mesmo os aposentados, adquiriram dupla personalidade jurídica e passaram a receber complementação salarial.

Na década de 1960, os ferroviários intensificaram a articulação com outras categorias, notoriamente os marinheiros e ferroviários. O primeiro grande marco dessa aliança foi a paralisação conjunta destes setores, reivindicando o mesmo aumento salarial concedido aos militares, em 1960. A greve da paridade, paralisou os portos marítimos e fluviais, as ferrovias e as embarcações em todo o país. Apesar da intensa repressão, a greve terminaria com a certeza da aprovação da paridade no Congresso Nacional. Esta greve significou um salto de qualidade na organização intersindical, fortalecendo o Pacto de Unidades e Ação Sindical PUA que atuou de forma significativa entre 1961 e 1964.

A década de 1960 marcou o ápice do movimento dos trabalhadores brasileiros, consolidando a unidade nacional com a criação do Comando Geral dos trabalhadores - CGT, que passaria a organizar e comandar todas as greves. Na gestão do líder sindical Demisthócledes Baptista, o Batistinha, houve o planejamento para se construírem diversas delegacias sindicais no interior de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Em Macaé, os operários iniciaram a construção de sua sede, localizada no bairro Visconde de Araújo, em regime de mutirão, Paralelamente, desenvolviam outras lutas de caráter assistencial, com aquisição de uma ambulância, a luta para a instalação em Macaé de uma agência para pagamento aos aposentados e pensionistas do antigo órgão Instituto de Previdência e Assistência Social (IAPFP), além de iniciarem a luta pela instalação da junta de conciliação e julgamento. Os ferroviários adquiriram um nível de organização e participação política e um papel tão destacado no cenário nacional que tinham como lema a frase: "Sem ferroviários, o Brasil para".

Fonseca descreve no seu livro algumas referências simbólicas da vida urbana marcadas pela Ferrovia no ano de 1963: “O som dos búzios, de sua caldeira mestra, com seu eco marcava também as horas da cidade” (Fonseca, 1996, p. 52)

3.2. 1964

No país inteiro, os trabalhadores se organizaram para resistir ao golpe deflagrando uma greve geral. Em Macaé houveram várias manifestações pela legalidade. Os camponeses apresentaram-se à resistência dispostos, inclusive, à luta armada, mas as forças oposicionistas já estavam neutralizadas e não havia condições de continuar resistindo. O presidente João Goulart já havia deixado o país.

O comandante do Forte Marechal Hermes, major Costa Brava, estava junto aos outros militares, aliados aos trabalhadores, participando também das manifestações. Os vereadores que apoiaram as manifestações foram cassados.

Com o golpe militar, estabeleceu-se um Comando militar provisório, representando as forças golpistas que passaram a prender os trabalhadores. Foram tantas prisões que eles requisitaram a quadra do clube do Ypiranga. A maioria dos presos eram trabalhadores ferroviários, havendo também advogados, médicos, professores, jornalistas, políticos e várias lideranças sindicais. Os ferroviários com mandato parlamentar foram presos e tiveram seus mandatos cassados. De acordo com Walter Quaresma[34], em suas recordações:

> Transformaram o estádio do Ypiranga Futebol Clube em verdadeiro campo de concentração, somente para encarcerar operários de Imbetiba e criar um clima propício para à continuidade da exploração do proletariado macaense". (Walter Quaresma - Recordações - 09-11-91.)

No dia 1° de abril de 1964 a agitação e o nervosismo tomavam conta das ruas e das casas em Macaé. Aviões cruzavam os ares em vôos rasantes. Os ferroviários, em greve, junto com camponeses, na rua Direita, em manifestações, faziam discursos inflamados para resistir ao golpe.

> O comandante do Forte mandou dizer que quem quiser, ele tem armas lá, pois já vem uma tropa para tomar Macaé."(Parada - Entrevista- O Século.)

Naquela data e nos dias que se sucederam, prisões foram feitas, até o ponto de não caber mais ninguém na cadeia, no forte Marechal Hermes: Então, resolveram prender o povo no Estádio do Ypiranga. Este serviu ao agente do Estado como centro de triagem ao receber em suas dependências os suspeitos de subversão contra a Ditadura.

Submetidos a vexames, humilhações e torturas físicas e psicológicas, alguns trabalhadores suicidaram-se e outros foram contidos e salvos pelos companheiros ao tentar suicídio.

Ao desencadear a repressão brutal aos trabalhadores, após o golpe de 1964, alguns ferroviários considerados mais perigosos foram imediatamente transferidos para o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), em Niterói, escoltados pelo então delegado de Macaé, Péricles Gonçalves.

Na prisão, foram recebidos por um tenente do exército e por uma tropa de polícia, colocados em fila indiana e iam, um por um, apresentando-se diante do oficial, para serem

[34] Ferroviário, sindicalista, vereador, que preso pela ditadura militar, teve seu mandato cassado em 1964.

identificados, respondendo perguntas para o preenchimento de uma ficha com dados pessoais, sendo fotografados de frente e de perfil.

Ao passarem diante da mesa, um dos soldados, violentamente arrancava-lhes os fechos de suas calças, da cintura à braguilha, fazendo com que suas calças arriassem, tendo os mesmos que segurá-las. A intenção era ridicularizá-los e abatê-los moralmente.

Depois, foram jogados em uma prisão úmida e sombria, onde permaneceram por três dias, sem água e sem comida, pois a comida servida era uma mistura de água salgada, feijão e arroz cru, que era jogada por baixo das portas, algumas vezes pisadas e chutadas pelos soldados, sendo impossível comê-la. A água era tomada com as mãos, em reservatórios destinados à descarga da privada, o que tornava as condições da prisão ainda mais infectas, exalando um cheiro insuportável. Quanto à punição aos opositores no campo do Legislativo, o Projeto n° 7/64 apresentava o seguinte teor:

> A Câmara Municipal de Macaé delibera: - Art. 1° - No interesse da paz e da honra nacional, ficam cassados os mandatos dos Vereadores Walter Quaresma Costa, Alberto Ramires da Costa do PSB, Alcebíades Vieira do PSB e, ainda dos suplentes Ricardo Moacir Leite e Santos, Waldir Curvelo, Abílio de Miranda do PSB, em virtude dos mesmos exercerem atividades políticas contrárias ao Regime democrático, conforme o Ato Institucional em seus Artigos 7° e 10° (Brasil, 1964).

De acordo com o parecer da Comissão de Constituição e Justiça:

> Esses [os vereadores] que agem assim subversivamente, não podem mais continuar no curso que nos outorgou a Democracia: fidelidade, Amor à Pátria e Respeito à Família. E o máximo que nosso Regime impõe contra um mínimo tenebroso que o onipotente impediu que eles nos impusessem. Dotado de extrema impiedade, de ignomínia, de traição e torpeza, a covarde e corrupta ação do bloco comunista em nossa terra cessou, mercê da ação dos homens de boa vontade guiados por Deus com a vitoriosa Revolução do glorioso dia 1° de abril de 1964, cujo o mérito consiste na devolução do Brasil brasileiro, aos brasileiros. Destarte ficam por deliberação da Câmara, baseado no parecer acima exposto, da Comissão de Constituição e Justiça, cassados os referidos mandatos. (Brasil, 1964, p. 71).

O parecer foi aprovado por unanimidade. Ao longo da história ferroviária brasileira, os trabalhadores atuaram também no campo parlamentar, elegendo diversos representantes. Sua força política, em Macaé, foi sendo ataca em diversas frentes, desde as punições trabalhistas à destruição das estruturas fundamentais para o exercício dos seus ofícios: o desmantelamento do setor ferroviário brasileiro.

3.3. Memórias de um ferroviário torturado

A narrativa histórica que reconstitui a vida de Lauro Martins, operário ferroviário, professor do SENAI e líder sindical e estudantil em Macaé/RJ, baseia-se em seu depoimento oral. O texto detalha sua formação política no ambiente apelidado de "Moscouzinha", sua atuação na fundação da UNE local, a sólida aliança entre ferroviários e intelectuais, e a intensa mobilização que antecedeu o Golpe de 1964. O relato aprofunda-se na experiência traumática da prisão, das torturas físicas e psicológicas e no impacto duradouro da repressão militar na comunidade macaense, destacando a perseguição específica aos ferroviários. A narrativa serve como um testemunho detalhado da resistência democrática e do custo humano da ditadura em uma cidade do interior fluminense.

Lauro Martins iniciou seu engajamento político ainda no curso médio, saindo da adolescência. Junto a um grupo de amigos, formou um *comitê de estudo político* para entender a estruturação e modificação de um país. Esse ambiente intelectual fervilhante rendeu a Macaé o apelido de *Moscouzinha*, em referência à sua efervescência ideológica de esquerda. Sua liderança natural o levou a fundar a Federação Estudantil de Macaé, embrião da União Nacional dos Estudantes (UNE) na cidade, da qual se tornou vice-presidente, tendo Carlos Emir, futuro prefeito, como presidente. A estratégia de mobilização era astuta e prática: para atrair os estudantes, a federação oferecia atividades recreativas como pingue-pongue e xadrez, adquiridos através de *vaquinhas*. Uma vez congregados, o trabalho de politização começava, ensinando-os a escolher uma pessoa para vereador, para prefeito, já sabia ter ideia do que fazia. Paralelamente à vida de líder estudantil, Lauro teve uma passagem pelo Exército como sargento artilheiro, onde desenvolveu habilidades como desmontar e montar uma metralhadora em minutos, mas optou por não seguir a carreira militar.

Sua trajetória profissional e sindical começou ao passar no exame para aluno aprendiz do SENAI Ferroviário. Foi neste ambiente que se inteirou das lutas por melhores salários e da força dos sindicatos. Os ferroviários da Leopoldina eram a coluna vertebral econômica de uma Macaé então pobre, a maior fonte de empregos da região, e constituíam uma classe coesa e combativa.

Sob a influência das leis trabalhistas de Getúlio Vargas, como a Semana Inglesa, que garantia o fim do turno aos sábados ao meio-dia, os ferroviários organizavam mutirões solidários. Aos sábados à tarde, uniram-se para construir e reformar as casas dos próprios

companheiros. Essa consciência de classe estendia-se além dos trilhos: os ferroviários apoiavam ativamente os camponeses na luta contra os latifúndios improdutivos, conscientizaram os camponeses de seus direitos e lutavam ao lado deles para que eles tivessem acesso a terra. Essa postura gerou a rejeição da elite comercial e política local, criando uma clara divisão entre a "classe operária" dos ferroviários e a "elite do comércio" que dominava a Câmara Municipal e a Prefeitura.

Uma das facetas mais ricas de sua atuação foi a sólida aliança entre os ferroviários e os intelectuais de Macaé. Professores e médicos orientavam os operários com palestras e chegaram a fundar o Partido Socialista Brasileiro (PSB) em 1961, convidando-os para participar da vida política formal, uma integração que, na prática, se mostrava difícil. Juntos, criaram salas de aula noturnas para adultos, combatendo o alto analfabetismo. Lauro, já atuando como professor de tecnologia industrial no SENAI, participou ativamente desse esforço. O objetivo era claro: alfabetizar os ferroviários para que não ficassem eternamente como *ajudantes* e tivessem chances de crescimento dentro da empresa. Esta iniciativa antecedeu e inspirou-se em princípios diferentes do MOBRAL, que seria criado posteriormente pela ditadura.

No dia 31 de março, às notícias que chegavam a Macaé eram desencontradas. O momento crucial foi quando, às 22h, as rádios saíram do ar, sinalizando que o Exército estava invadindo tudo e mergulhando a cidade em um *apagão informativo*.

Um episódio singular narrado por Lauro foi a aproximação do Major Costa Braga, comandante do Forte Marechal Hermes. Isolado e sem informações, o Major procurou os ferroviários porque estes, através do telégrafo, tinham mais notícias do que o próprio forte. Surgiu um boato de que uma força militar viria para tomar o Forte, e Lauro e seus companheiros saíram em uma missão de jipe para averiguar, sendo sobrevoados por um avião perto de São Pedro de Aldeia. A missão mostrou-se inútil, pois o golpe já havia vencido. O Major Costa Braga, identificado por Lauro como um “fiel escudeiro de Jango” e um “amigo de ideal”, foi rapidamente substituído por um comando de dois tenentes e dois sargentos e removido do cargo, sem que Lauro soubesse de seu paradeiro posterior.

A repressão em Macaé foi imediata e abrangente. “Foram 160 presos. Macaenses, entre intelectuais e ferroviários”. Aos intelectuais coube o primeiro impacto, por terem filiação partidária registrada. Lauro relata que a decisão de se entregar foi calculada. Alertado no trabalho para correr ao sindicato, ele foi procurado na escola onde lecionava. O diretor, constrangido, informou que o comando militar já o havia procurado três vezes, oferecendo-se para levá-lo à delegacia.

Lauro recusou: “não, senhor, eu vou por minha conta... o senhor não se meta nisso, não”. Ele não tinha “vergonha” de ser preso entre os alunos, mas queria poupar problemas à escola. Sua entrega foi, portanto, um ato de proteção à instituição e de controle sobre a própria narrativa.

Sua prisão foi marcada por sevícias. “Fui torturado, mas não soltei nada”, afirma. Ele detalha um método designado para quebrar a resistência psicológica: “Nós estávamos todos presos, no escuro. Não tinha dia, não tinha noite, com a roupa e o corpo, sem comer. Aí davam as pancadas e diziam para mim que iam me matar”. Ele ficou preso, em períodos intermitentes, por cerca de três a quatro meses, numa tática de prender e soltar para observar seu comportamento.

A arbitrariedade era total. “Teve gente que eles prenderam que nem sabia o quê que era”, relata. Sob tortura, pessoas eram forçadas a inventar mentiras, a dizer que eram comunistas para fazer a violência parar, levando à prisão de *inocentes, à beça*. O clima de terror era palpável: “o perigo seu era ser pego aonde ninguém vinha, se você ia, você ia ser fuzilado, porque ninguém sabia quem é que matou. O pessoal todo com medo de andar na rua”.

O impacto da repressão foi profundo e duradouro. Lauro reflete com amargura sobre os companheiros mais velhos: “a ditadura veio antecipar a época deles morreram. Morreram antes do que poderiam ter. Eles poderiam ter ido mais à frente. Muitos morreram até desgostoso”. Mesmo os que sobreviveram, “ficaram traumatizados por muitos anos com isso que fizeram com nós”.

CAPÍTULO 4 - COMO NASCE UMA COMISSÃO DA VERDADE?

4.1. O início

No que se refere à Comissão Nacional da Verdade (CNV) e às suas atividades em âmbito nacional, é fundamental compreender que sua criação decorreu da articulação de movimentos sociais. Esses movimentos envolveram familiares de mortos e desaparecidos, bem como setores da sociedade civil que, diante de condições políticas democráticas, encontraram circunstâncias propícias para buscar respostas a questões historicamente dolorosas. A elucidação dos desaparecimentos de opositores da ditadura militar, assim como a identificação de seus responsáveis, permanece como um dos principais objetivos da CNV.

Nesse processo, a CNV contribuiu para a reativação da memória sobre o último período ditatorial, mobilizando comoções sociais que impulsionaram a preservação da memória dos cidadãos cujas vidas foram ceifadas pela violência do Estado. Familiares de mortos, desaparecidos e ex-presos políticos estiveram na vanguarda desse movimento, que viria a se consolidar na CNV. Articulados com grupos como o *Tortura Nunca Mais*, a *Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos de São Paulo* e outras entidades de defesa dos direitos humanos, esses sujeitos foram fundamentais para romper o silêncio histórico e denunciar, inclusive internacionalmente, os crimes cometidos pela ditadura empresarial-militar. Conforme aponta Nadine Borges, “foram esses indivíduos e grupos que, ao longo das décadas, hastearam a bandeira da memória, da verdade e da justiça e jamais permitiram que se deixasse de lado a questão dos mortos e desaparecidos políticos no Brasil” (Borges, 2020, s/p).

Os movimentos sociais voltados à denúncia desses crimes começaram a se organizar ainda durante a ditadura, especialmente a partir da primeira metade da década de 1970, e permanecem ativos até os dias atuais, tanto na busca por desaparecidos políticos quanto na luta pela responsabilização dos agentes envolvidos em prisões ilegais, torturas e desaparecimentos. Em diferentes estados, familiares se organizaram para denunciar tais violações, contando com o apoio de setores da Igreja Católica e de outros grupos religiosos. Destaca-se, nesse contexto, a atuação da Arquidiocese de São Paulo e a formação do Projeto Brasil Nunca Mais, iniciativa ecumênica que resultou na publicação da obra Brasil Nunca Mais (1985), baseada em processos da Justiça Militar entre abril de 1964 e março de 1979, expondo sistematicamente as práticas de tortura perpetradas pelo Estado.

Com a promulgação da Lei de Anistia[35], em 28 de agosto de 1979, sob o princípio de ser ampla, geral e irrestrita, revelou-se, para muitos familiares, a ausência definitiva de seus parentes. Como afirma Maria do Amparo Araújo, "a anistia trouxe de volta os presos políticos, exilados e clandestinos para o convívio social e político. Mas muitos mortos e desaparecidos não voltaram sequer na forma de um atestado de óbito" (Araújo, 1995, s/p).

A luta por respostas não se encerrou com a anistia, sobretudo porque os números oficiais de desaparecidos não correspondiam à real dimensão das violações.

Em setembro de 1990, a abertura da chamada *Vala de Perus*, no Cemitério Dom Bosco, em São Paulo, revelou 1.049 ossadas de indigentes, presos políticos e vítimas dos Esquadrões da Morte. Diante disso, a então prefeita Luiza Erundina instituiu a Comissão Especial de Investigação das Ossadas de Perus, marcando um momento decisivo na luta pelo resgate arqueológico e histórico dessas memórias. A partir desse episódio, intensificaram-se as reivindicações pelo acesso aos arquivos da repressão. A pressão de familiares e de grupos como o *Tortura Nunca Mais* resultou na abertura de acervos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) no Rio de Janeiro, em 1992, da Polícia Federal em São Paulo, em 1994, além da descoberta de outras valas clandestinas, como no Cemitério de Ricardo de Albuquerque, no Rio de Janeiro, e no Cemitério de Santo Amaro, em Recife (Araújo, 1995).

De acordo com Tarrow (2009), os movimentos sociais decorrem do envolvimento de pessoas comuns que tentam exercer por meio contenciosos contra dos Estados nacionais ou opositores deste modo, o movimento social que forjou a CNV decorreu da capacidade de pessoas comuns aliarem a cidadãos mais influente para fazer frente a grupos hegemônicos que recusaram a memória. O apoio de uma prefeita cujo espectro político está localizado à Esquerda, neste sentido, favorece ao movimento social em questão.

Importante considerar que a Comissão Nacional da Verdade configura-se um movimento social ante os aspectos relacionados por Tilly (1978) tem uma história específica e relacionada a outras demandas da sociedade brasileira, que envolve tanto os apelos locais pelas "memórias reveladas", como as gerais, tais como as lutas pelas transparências das ações do Estado e principalmente na luta pela democracia brasileira. A luta da CNV é de interesse nacional.

O apelo feito pelos movimentos sociais reverberou na criação da Lei 9.140, de 1995, instituindo a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), e a Lei 10.559, de 2002, estabelecendo a Comissão de Anistia, durante o exercício presidencial de

[35] A Lei de 1979, segundo seus críticos, serviria como auto-anistia para os envolvidos nos crimes cometidos após a tomada do Estado em 1964, pois não houve criminalização desses.

Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Entre os muitos objetivos, a lei de 2002 assegurava a reparação econômica, de caráter indenizatório, a ser pago em prestação única ou em prestação mensal, permanente e/ou contínua.

As movimentações em torno das reparações foram levadas à 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos que reuniu, nos dias 15 a 18 de dezembro de 2008, por volta de duas mil pessoas, no aniversário de 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. O tema da conferência versou sobre "Democracia e Direitos Humanos" e a temática central se pautou sobre a necessidade de revisão e atualização do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH).

A 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, nomeada *Democracia, Desenvolvimento e Direitos Humanos: Superando as Desigualdades* definiu, no seu Eixo 7: *Direito à Memória e à Verdade* que no seu primeiro ponto declara a necessidade de "Reconhecimento do direito à memória e à verdade como direito humano e dever do Estado, passível de ser demandado de forma difusa; da tortura como crime imprescritível contra a humanidade; e de que a lei de anistia não perdoe crimes comuns praticados pelos agentes da ditadura.".

Este reconhecimento governamental, não somente impulsionou, como deu maior visibilidade, como legitimidade, às lutas encaminhadas pelas Comissões da Verdade.

Em 2009, no segundo mandato do Partido dos Trabalhadores (PT) no Poder Executivo federal, representado por Luiz Inácio Lula da Silva, foi atualizado o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), o PNDH-3 foi elaborado com o objetivo de atualizar o PNDH-1 de 1996 e o PNDH-2 de 2002, herança do ex-presidente FHC.

O PNDH-3 apresenta os eixos: (I) interação democrática entre Estado e sociedade civil, (II) desenvolvimento e direitos humanos, (III) universalizar direitos em um contexto de desigualdades, (IV) segurança pública, acesso à justiça e combate à violência e (V) educação e cultura em direitos humanos e agregou o eixo orientador de número VI: Direito à Memória e à Verdade (Borges, 2020).

Pode-se afirmar que a gênese da CNV se fez a partir da institucionalização do Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) através do Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009[36]. Em sua tese, Borges relata as movimentações sociais no Brasil que contribuíram para a inclusão do eixo VI. O autor expõe mais dois acontecimentos que

[36] Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm>. Acesso em: 13/08/2023.

antecederam a CNV e que teriam contribuído para a sua organização: I) A condenação em novembro de 2010 na Corte Interamericana de Direitos Humanos, no caso da Guerrilha do Araguaia, anos após a primeira petição apresentada, em agosto de 1995, feita pelo Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e pela Human Rights Watch/Americas, em nome de pessoas desaparecidas na Guerrilha do Araguaia e seus familiares, juntamente com peticionários da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos do Instituto de Estudos da Violência do Estado, a senhora Angela Harkavy e o Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro[37]; II) Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 153, que discorre sobre a Lei de Anistia de 1979, proposta pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) (Borges, 2020)[38].

Por iniciativa da Comissão de Anistia, em junho de 2008, ocorreu no ministério da Justiça uma audiência pública intitulada de *Limites e Possibilidades para a Responsabilização Jurídica dos Agentes Violadores de Direitos Humanos durante Estado de Exceção no Brasil*, reunião que contou com a presença do então ministro da Justiça, Tarso Genro, do ministro da Secretaria de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, do presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão, da procuradora da República Eugênia Augusta Gonzaga Fávero, autora da ação que visava imputar ao coronel da reserva Carlos Alberto Brilhante Ustra o crime de tortura.

Nesta ocasião, foram convidados juristas contra e a favor da tese de punição para os militares. Familiares de desaparecidos políticos, advogados, professores e ex-perseguidos políticos, advogados e representantes de entidades da sociedade civil, como João Vicente Goulart, filho do ex-presidente João Goulart; o ex-ministro de Direitos Humanos e perseguido político Nilmário Miranda; o presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cezar Britto; o jurista José Carlos Dias, ex-ministro da Justiça, além de dirigentes de várias seções estaduais do *Tortura Nunca Mais*[39] que estavam presentes.

A Folha de São Paulo publicou uma matéria do jornalista investigativo Lucas Ferraz com o seguinte cabeçalho: *Audiência, que discutirá crimes cometidos na ditadura, reunirá*

---

[37] Disponível em: <https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf>. Acesso em: 12/11/2025.
[38] A Lei da Anistia de 1979 não foi a primeira aplicada na História do Brasil. O esquecimento e a não responsabilização de crimes cometidos já foram aplicados em outros cenários. Podemos constatar este fato no Art. 34 da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891#, no entanto, a lei de 1979 se diferenciou das outras ao perdoar os agentes do Estado que praticaram tortura, constando no Artigo 1º: "É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares" (Borges, 2020).
[39] Disponível em: <https://www.oab.org.br/util/print/14152?print=Noticia> Acesso em: 12/11/2025.

ministros, advogados e sociedade civil; Exército não foi convidado[40]. A ausência dos militares nesta reunião não foi bem recebida. Ao se reivindicar a aplicabilidade da Lei de Anistia, esta geraria conflito entre o Direito à Verdade e à Memória e um possível Direito à punição dos responsáveis diretos pelos crimes do Estado no período ditatorial militar.

Como desdobramento da audiência, em 21 de outubro de 2008, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ingressou no Supremo Tribunal Federal com a Arguição De Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 153[41] questionando a validade da *Lei de Anistia*. Na arguição, consta:

> Acrescenta não ser possível, consoante o texto da Constituição do Brasil, considerar válida a interpretação segundo a qual a Lei n. 6.683 anistiaria vários agentes públicos responsáveis, entre outras violências, pela prática de homicídios, desaparecimentos forçados, abuso de autoridade, lesões corporais, estupro e atentado violento ao pudor. Sustenta que essa interpretação violaria frontalmente diversos preceitos fundamentais[42].

O objetivo da arguição foi fazer com que os crimes comuns cometidos pelos agentes do Estado durante a Ditadura Empresarial-Militar fossem julgados independentemente da blindagem concedida pela Lei de Anistia de 1979. O STF julgou o processo dois anos depois, negando a audiência pública para discutir a Lei da Anistia, pedido feito pela OAB diante da relevância do tema. A justificativa foi que atrasaria ainda mais o processo[43]. A arguição foi julgada improcedente pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) em julgamento finalizado em 29 de abril de 2010.

A decisão do STF foi:

> O tribunal, por maioria, julgou improcedente a arguição, nos termos do voto do Relator (Eros Grau), vencido os Senhores Ministros Ricardo Lewandowski, que lhe dava parcial provimento nos termos de seu voto, e Ayres Britto, que a julgava parcialmente procedente para excluir da anistia os crimes previstos no artigo 5, inciso XLIII, da Constituição[44].

A decisão contrária do STF à Arguição proposta pela OAB não foi o fim da discussão. Um dos desdobramentos trata-se da condenação do Estado Brasileiro pela Corte

---

[40] Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc3107200808.htm>. Acesso em: 18/08/2025.
[41] Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticianoticiastf/anexo/adpf153.pdf>. Acesso em: 18/08/2025.
[42] Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticianoticiastf/anexo/adpf153.pdf> p. 42. Acesso em:18/08/2025.
[43] Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/ministro-eros-grau-negou-pedido-de-realizacao-de-audiencia-publica-para-discutir-lei-da-anistia>. Acesso em: 20/08/2025.
[44] Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=612960>. Acesso em: 20/08/2025.

Interamericana dos Direitos Humanos em relação ao desaparecimento de 62 pessoas na Guerrilha do Araguaia[45] (1972-1975)[46].

Em sua tese, Borges afirma "a sentença relativa à Guerrilha do Araguaia foi uma espécie de peça que faltava para potencializar definitivamente a criação da CNV"[47]. A contradição na Lei nº 6.683/79 que não criminaliza atos praticados pelos agentes de repressão contra os opositores políticos[48] foi, também, apontada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que questionará o perdão concedido constitucionalmente aos responsáveis por matar e desaparecer com cidadãos brasileiros.

4.2. Comissão Nacional da Verdade à Brasileira

Em março de 2010, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) encaminhou para o Congresso Nacional o Projeto de Lei (PL) 7.376/2010 que determinava a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV).

Já no governo da presidenta Dilma Rousseff (2011-2014), do Partido dos Trabalhadores, a Comissão Nacional da Verdade começou a tomar forma. Sobre esta ocasião, Nadine Borges, quando convidada a Secretária-Executiva da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), relatou:

> Ao me convidar para a SDH, a ministra Maria do Rosário sinalizou expressamente que eu teria um papel técnico auxiliar no cumprimento da sentença da Corte, e, por isso, logo assumi a função na equipe que pensou a estratégia de aprovação do PL 7.376/2010 na Câmara. A presidência da Câmara dos Deputados era ocupada pelo deputado Marco Maia (PT), do mesmo partido da presidenta da República. Havia pressões externas e internas significativas em relação ao tema. Esse conjunto de fatores fez com que buscássemos apressar a aprovação do PL. A avaliação interna, no âmbito da SDH e do governo, era de que seria necessário aprovar a lei de criação da CNV rapidamente pois, caso contrário, aquela janela de oportunidade política poderia se fechar (Borges, 2020).

O ambiente democrático foi, portanto, a janela de oportunidades que possibilitou setores progressistas da sociedade brasileira apoiarem os movimentos sociais que se organizaram em torno das manifestações por averiguação e incriminação daqueles envolvidos

---

[45] "Trata-se do desaparecimento forçado de (..) pessoas militantes do Partido Comunista do Brasil que se insurgiram contra a ditadura e organizaram uma resistência rural de luta armada na região conhecida como Bico do papagaio, às margens do Rio Araguaia, na região Norte do Brasil, entre as divisas dos estados do Pará e Tocantins. O caso Gomes Lund resultou na quarta condenação do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos, sendo a primeira condenação relativa ao período da ditadura empresarial-militar" (Borges, 2020).
[46] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1512201020.htm>. Acesso em: 12/08/2025.
[47] Borges (2020).
[48] Disponível em: <https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf>. Acesso em: 12/08/2025.

com as práticas de punição e assassinatos de opositores políticos da ditadura. Deste modo, é importante considerar a presença acadêmica na esfera estatal concernente à constituição de Política Pública que envolva o Direito à Memória e à Justiça.

Sobre o envolvimento de acadêmicos, Borges representa este segmento ao apresentou em sua tese estratégias para que o PL virasse Lei:

I. Visitar o presidente da Câmara com os ex-ministros dos Direitos Humanos dos governos Lula e Fernando Henrique: José Gregori, Gilberto Sabóia, Paulo Sérgio Pinheiro, Nilmário Miranda, Mário Mamede Filho e Paulo de Tarso Vannuchi. Na visita o ex-ministro José Gregori afirma:

> Nós nos pusemos hoje, acima das paixões políticas, das visões ideológicas e partidárias, em um consenso e construímos um documento pedindo ao presidente da Casa que, ouvindo as lideranças, aprove ainda neste ano este projeto que cria a Comissão da Verdade[49].

II. O manifesto foi feito pelos intelectuais e artistas em defesa da Comissão da Verdade, composta por Marilena Chauí, Emir Sader, Caetano Veloso, Letícia e Sabatela, Hildegard Angel, em 20 de setembro de 2011.

III. Destacando neste manifesto que "A democracia não nos foi dada, ela foi conquistada por uma geração que não se calou diante da opressão" e por isso "chegou a hora da verdade que o Brasil tanto espera"[50]. Destaque como terceira e última estratégia a distribuição de informativos no plenário do Congresso Nacional que era composto por perguntas e respostas referente a Comissões da Verdade em outros países, o que ocorreu na data em que o PL 7.376/2010 foi aprovado.

O processo de aprovação do PL foi longo e com alguns percalços, com a ausência da Presidenta Dilma Rousseff que estava em Nova York, instruindo seus ministros por telefone, as possíveis articulações para que o projeto não fosse desmobilizado pela oposição. Os limites do PL foram desenhados entre as articulações dentro do Congresso, com pronunciamentos significativos para mobilizar a pauta. Borges apresenta o discurso da deputada Luiza Erundina (PSB):

---

[49] Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/221115-marco-maia-recebe-pedido-de-criacao-da-comissao-da-verdade>. Acesso em: 20/08/2025.

[50] Disponível em: <https://www.oabrj.org.br/noticias/intelectuais-firmam-manifesto-defesa-comissao-verdade>. Acesso em: 20/08/2025.

> Portanto, Sr. Presidente, aprovar essa Comissão com as dificuldades que evidentemente estão colocadas neste plenário certamente vai frustrar e adiar o pagamento de uma dívida que o Estado brasileiro e o Congresso Nacional devem aos familiares e, mais que isso, devem à democracia brasileira. Devemos ter a responsabilidade de não aprovar algo que não terá eficácia, que não terá efetividade e que vai frustrar a opinião pública, sobretudo as vítimas da ditadura militar[51].

Apesar das dificuldades enfrentadas dentro do Congresso, o PL foi aprovado e seguiu para o Senado, que também o aprovou. Nasceu assim a Comissão Nacional da Verdade, por meio da Lei 12.528/2011, sancionada no dia 18 de novembro de 2011.

A Comissão começaria os trabalhos no dia 16 de maio de 2012. A presidenta Dilma Rousseff foi responsável por escolher os membros que iriam compor a CNV, dando espaço para diversidade partidária e ideológica. Buscou juristas, psicanalistas de prestígio e reconhecimento público, ex-presos políticos do Regime, com a participação da presidenta[52].

Com o início dos trabalhos, a CNV se preocupou em organizar as documentações existentes e convocar as famílias dos mortos e desaparecidos, as organizações civis que já lutavam pelo direito à memória e instituições que poderiam auxiliar na reconstrução do Regime. A CNV se dividiu em III subcomissões: "As primeiras subcomissões instituídas foram: (I) pesquisa, geração e sistematização de informações; (II) relações com a sociedade civil e instituições; (III) comunicação externa" (Borges, 2020). As subcomissões produziram impacto significativo no futuro da CNV. Graças aos trabalhos feitos neste primeiro momento, começaria a surgir Comissões por todo o território nacional. Esta proliferação de Comissões pelo território Nacional foi definida pela Cristina Buarque de Hollanda como *comissionista*[53]. Para Buarque de Hollanda (2018), a formação das Comissões pode variar entre duas. A primeira seria a Comissão que nasceu com objetivo punitivo, marcado por denunciar os crimes cometidos pelo Estado durante o regime ditatorial ou período de guerra. O segundo motivo seria a busca pela Verdade, sem caráter punitivo, mas sim, como uma forma de veicular a História dos períodos que se debruçam a revelar.

O Brasil escolheu esquecer por 50 anos os crimes cometidos durante o período da Ditadura Empresarial-Militar. Hollanda caracteriza a CNV como pesquisa desapaixonante, a partir da descrição de Samuel Hopgood: Escritos em linguagem *moderna, sóbria, disciplinada* e orientada por uma vontade de *neutralidade*, eles se aproximaram da forma típica *dos relatórios de direitos humanos* (Hollanda, 2018).

---

[51] Borges (2020).
[52] Borges (2020).
[53] *DIREITOS HUMANOS E DEMOCRACIA: A experiência das comissões da verdade no Brasil na RBCS.*

Ao narrar sua experiência na CNV, Borges expõe sua desilusão e de outros companheiros de trabalho por acreditar "que com o término do trabalho da comissão, teria início um processo de atuação do Ministério Público e do Poder Judiciário a fim de dar seguimento à persecução penal dos perpetradores de graves violações de direitos humanos". De acordo com Borges, a presidenta Dilma e a Comissão, não foram capazes de difundir e reconstruir a narrativa histórica sobre os crimes e violências cometidos pela Ditadura Militar entre a população, não foi capaz de transgredir o esquecimento estabelecido no lastro histórico Brasileiro.

4.3. Os fluminenses contam sua Verdade

As movimentações políticas e sociais citadas anteriormente, tiveram no Rio de Janeiro grande adesão já que o estado foi um dos eixos centrais do Regime Empresarial-Militar. No ano de 2011 o Coletivo RJ Memória, Verdade e Justiça começou a defender a criação de uma Comissão da Verdade soberana e independente[54], fruto de uma articulação nacional influenciada pela formação da Rede Brasil Memória, Verdade e Justiça, provocada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República[55].

No bojo das mobilizações sociais, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), em setembro de 2011, recebe o Projeto de Lei nº 889-A/11 que seria responsável pela criação da Comissão Estadual da Verdade do Rio (CEV - Rio), após mais de um ano para ser aprovado no legislativo, uma vez que grande parte dos deputados não compactuavam com a ideia de uma Comissão da Verdade específica para o Estado do Rio de Janeiro[56].

Sancionada em plenário no dia 24 de outubro de 2012, a Lei 6.335/2012 instituiu a Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, com objetivo de investigar a violação dos direitos humanos no período entre 1946 e 1988. A Lei estabeleceu que a CEV-Rio teria o prazo de 24 meses a partir de sua instituição para corresponder a objetivos, como o de estabelecer os fatos e as circunstâncias dos casos de violações dos direitos humanos; identificar e tornar públicas as estruturas e as circunstâncias.

A CEV-Rio inaugurou suas funções oito meses após a sanção da Lei 6.335/2012, a partir do decreto nº 44.103 de 12 de março de 2013.

---

[54] Disponível em: <http://coletivorj.blogspot.com/p/sobre_27.html>. Acesso em: 26/08/2025.
[55] RELATÓRIO DA CEV-Rio, página 34.
[56] RELATÓRIO DA CEV-Rio, página 34.

Os objetivos citados na Lei 6.335/2012 se comprometeram com o direito à Verdade e à Memória, dois eixos fundamentais da Justiça de Transição. A CEV-Rio não foi capaz de implementar os outros três eixos: Justiça, Reparação e Implementação de reformas institucionais. O motivo identificado pela CEV-Rio, foi a interpretação conservadora conferida à Lei de Anistia de 1979[57], além de reconhecer que:

> Nos moldes de outras comissões da verdade, a CEV-Rio não teve competência jurisdicional ou persecutória. Ou seja, não lhe foi atribuída a possibilidade de responsabilizar civil ou criminalmente agentes envolvidos na prática de graves violações de direitos humanos durante a ditadura[58].

Na conclusão do relatório a CEV-Rio reconheceu que:

I. O golpe de Estado de 1964 foi resultado de uma ação articulada entre setores das Forças Armadas e frações das classes dominantes;
II. O modelo de desenvolvimento implementado pela ditadura gerou consequências nefastas para as classes trabalhadoras, tanto no meio rural quanto no urbano;
III. Os atos de violência do regime também atingiram aqueles que não se adequavam à sua concepção moral conservadora;
IV. A ditadura institucionalizou o Terror de Estado ao construir uma complexa estrutura para eliminar a oposição política, armada ou não, e as organizações de esquerda;
V. As graves violações de direitos humanos ocorreram em estruturas oficiais do Estado, com o planejamento, autorização e conhecimento da cúpula militar e política do regime;
VI. As forças de segurança foram remodeladas para servir à repressão e o Estado foi amplamente militarizado[59].

O legado deixado pelo período de arbítrio continua visível e presente ainda hoje. No artigo Art. 4º da Lei 6.335/2012 onde consta os objetivos a serem alcançados pela CEV-Rio. No item V fica estabelecido que a Comissão deve: “recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violação de direitos humanos”[60].

---

[57] RELATÓRIO DA CEV-Rio, página 34.
[58] RELATÓRIO DA CEV-Rio, página 34.
[59] RELATÓRIO DA CEV-Rio, página 34.
[60] Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rj/lei-ordinaria-n-6335-2012-rio-de-janeiro-institui-a-comissao-estadual-da-verdade-no-ambito-do-estado-do-rio-de-janeiro>. Acesso em: 27/08/2025.

Assim, foi recomendado: (A) Medidas e Reformas Institucionais; (B) Reformas Constitucionais e Legislativas; (C) Políticas públicas de memória e de educação em direitos humanos e (D) Medidas de seguimento das ações e recomendações da CEV-Rio, Subdivididas em 40 itens.

Dentre as recomendações da CEV-Rio se destacam, no item 27 as que se referem a Políticas públicas de memória e de educação em direitos humanos. A CEV-Rio orienta:

> (27) Criar Espaços de Memória e memoriais em locais que serviram, no período da ditadura militar, como centro de prisão, tortura e morte no estado do Rio de Janeiro, levando em consideração a diversidade social, racial, de gênero e dos segmentos LGBT.

Além dos Coletivos e da CEV-Rio, no Rio de Janeiro foram impulsionadas outras demandas sociais que buscavam respostas diante dos crimes cometidos pelo Estado entre 1946 e 1988. Entre estas pulsões pode-se destacar a criação de Comissões pela sociedade civil, promovidas por sindicatos e universidades; a Articulação Estadual pela Memória, Verdade e Justiça do Rio de Janeiro, composta por grupos da sociedade civil criado em 2012 e o Grupo Filhos e Netos por Memória, Verdade e Justiça fundado em dezembro de 2014.

Outras pulsões significativas no Rio de Janeiro foram os *esculachos*, que agiam de forma prática, direta e pacífica. Inspirados nos militantes argentinos, a Articulação Estadual pela Memória, Verdade e Justiça do Rio de Janeiro a partir de 2012, tinha como objetivo explanar publicamente os criminosos que transgrediram os direitos humanos[61]. E a campanha inaugurada em fevereiro de 2014, denominada *Ocupa DOPS: ocupar a memória para não esquecer a nossa história* que desejava transformar o prédio onde funcionou o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) em um memorial, conforme o item IV das recomendações feitas pela CEV-Rio. Este item propõe a criação de memoriais visando tornar públicos, como os acontecimentos ocorridos no interior do Ypiranga Futebol Clube em Macaé-RJ que tomam a relevância que este trabalho procura demonstrar:

> Construir memoriais para preservar a história de luta dos militantes presos, torturados e mortos pela ditadura, no DOI-CODI (Rio de Janeiro), no Ginásio Caio Martins (Niterói), no Ginásio Ypiranga Futebol Clube (Macaé), na Base Naval da Ilha das Flores (Niterói) e na antiga sede do Supremo Tribunal Militar (Rio de Janeiro), entre outros locais. Órgãos e instâncias competentes: Governo do Estado do Rio de Janeiro, Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, Prefeituras,Câmaras Municipais.

[61] RELATÓRIO DA CEV-Rio, página 34.

4.4. Macaé e sua Comissão da Verdade

Com o objetivo de examinar e esclarecer às violações aos Direitos Humanos no período de 1961 a 1985, especialmente sobre o Golpe ocorrido em 1964 para assim, contribuir com o direito à Memória e à Verdade Histórica[62], a Comissão Municipal da Verdade de Macaé teve por finalidade "acompanhar e subsidiar a Comissão Nacional da Verdade nos exames e esclarecimentos às graves violações aos Direitos Humanos praticadas no período de 1961 a 1985.", conforme seu Art. 1.

No seu Art. 2, a CMV indicou como prioridade "a apuração das violações aos direitos humanos cometidas no espaço territorial de Macaé, por representante do Estado, ocorridas no período referido no artigo anterior, em especial ao subsequente ao Golpe de 1964, a fim de contribuir para efetivação do Direito à Memória e à Verdade Histórica.".

No Art. 3, que discorre sobre sua composição, integrou sete pessoas de postura ética "identificados com a defesa da democracia, da institucionalidade constitucional e do respeito aos Direitos Humanos".

Assim, foi organizada a CMV, com dois vereadores em exercício de mandato., indicados pelo Presidente da Câmara Municipal;dois advogados indicados pela 15ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil/RJ; um advogado atuante no Estado do Rio de Janeiro, indicado pela OAB/RJ e dois macaenses indicados pela sociedade civil[63].

A comissão foi composta pela advogada Andréa Vasconcelos Meirelles e o ferroviário aposentado Lauro Martins, assumindo o cargo de presidente após o falecimento de Meirelles em 2015, como representante da Câmara Municipal de Macaé foi escolhido o vereador Luciano Diniz e Marcel Silvano. Michele Matoso, Ronaldo Linhares e Bruno Gomes representaram a OAB. Como representante da sociedade civil foram selecionados a professora universitária Cláudia Márcia Vasconcelos da Rocha e Lauro Martins, já citado como um dos presidentes.

A Lei N° 3.982/2013 Art. 4° reconhecia:

> Art. 4° A participação na Comissão Municipal da Verdade de Macaé - CMVM será considerada Serviço Público Relevante e os membros serão designados para mandato com duração até o término dos trabalhos da Comissão Municipal da Verdade de Macaé.

---

62 Disponível em: <https://transparencia.cmmacae.rj.gov.br/arquivos/3026/LEI%20ORDINARIA_3982_2013_0000001.pdf >. Acesso em: 08/09/2025.

63 Disponível em: <https://transparencia.cmmacae.rj.gov.br/arquivos/3026/LEI%20ORDINARIA_3982_2013_0000001.pdf>. Acesso em: 08/09/2025.

No Art. 5° a Lei estabelece que a CMVM terá dois anos para exercer suas atividades a partir de sua instalação e deveria apresentar um relatório conclusivo e circunstanciado de atividades e publicações de seu extrato, conforme o Art. 6°.

O Art. 6° determina: de um relatório conclusivo, funcionando nas dependências da Câmara dos Vereadores e custeada pelo Poder Legislativo, de acordo com o Art. 14°.

O então prefeito do Município de Macaé, Aluízio dos Santos Júnior (à época filiado ao Partido Verde - PV), garantiu no seu Art. 7°:

> Art. 7° A Comissão Municipal da Verdade de Macaé -CMVM colaborará com a consecução dos objetivos das Comissões Estadual e Nacional da Verdade, dentre os quais:
> I. – Auxiliar no esclarecimento dos fatos, na identificação e na apresentação pública das estruturas, locais, instituições e circunstâncias relacionadas à prática de violações aos Direitos Humanos referidos nesta lei e ocorridos no período disposto no artigo 1º;
> II. – Buscar informações sobre eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade concernente à prática de violações aos Direitos Humanos;
> III. – Encaminhar à Comissão Nacional da Verdade toda e qualquer informação obtida que possa auxiliar no alcance dos objetivos aqui expostos;
> IV. – Colaborar com todas as instâncias do Poder Público para apuração de violações de Direitos Humanos, observadas as disposições legais;
> V. – Recomendar a adoção de medidas e Políticas Públicas preventivas;
> VI. – Promover, com base nos informes obtidos, a reconstrução da história dos casos de graves violações de Direitos Humanos, observadas as disposições legais, bem como colaborar para que seja.

Em seu penúltimo artigo a Lei determina:

> Art. 14° A Comissão Municipal da Verdade de Macaé - CMVM funcionará nas dependências da Câmara Municipal de Macaé e suas despesas custeadas pelo Poder Legislativo.

4.5. Forma-se a Comissão Municipal da Verdade de Macaé - CMVM

O que Hollanda (2018) definiu como *comissionismo* chegou ao Norte fluminense em 31 de Junho de 2013, no município de Macaé, Estado do Rio de Janeiro, através da Lei N° 3.982, quando o então presidente Aluízio dos Santos Júnior, instituiu a Comissão Municipal da Verdade no âmbito do Município de Macaé e de outras providências.

A ideia de *comissionismo* relaciona-se às teorias de organização dos movimentos sociais, desenvolvidas por Tilly e Tarrow quanto ao enquadramento que sugerem sobre suas interrelações de objetivos e práticas sociais. Também as adesões escalonares sociativas podem ser analisadas pelo prisma da Sociologia do Conflito, na busca por consenso, como finalidade comum das Comissões Municipais, Estaduais e Nacional da Verdade.

Para entender o que levou Macaé a entrar para pequena lista de nove municípios, dentre as noventa e duas cidades do Estado do Rio de Janeiro a gerir uma Comissão da Verdade, faz-se necessário falar sobre a advogada Andréa Vasconcellos Meirelles, neta do fotógrafo, jogador de futebol e ex-preso político, Armando de Sá Vasconcellos[64] publicamente de esquerda, que em 2013 ocupava o cargo de presidente da subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) na cidade.

Meirelles era amiga de três personalidades que corroboram para o nascimento da Comissão na município: I) O advogado e sindicalista Wadih Nemer Damous Filho, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Rio de Janeiro entre 2007 à 2012 e presidente da Comissão da Verdade do Rio de Janeiro entre 2013 à 2015; II) O vereador Luciano Antônio Diniz Caldas e III) O médico e até então prefeito de Macaé, Aluízio dos Santos Júnior, do Partido Verde (PV).

Motivada pelo histórico de seu avô, pelo passado da cidade e por possuir um cargo de destaque, sendo possível propor a criação da Comissão em Macaé, a advogada apresentou a proposta da Lei para o prefeito e amigo Dr. Aluizio que acolheu de imediato a solicitação.

Apesar de constar na Lei N° 3.982/2013 a assinatura do prefeito Dr. Aluízio, a Câmara dos Vereadores assumiu a direção da Comissão. A participação do prefeito se restringiu à adesão do projeto. À Câmara dos Vereadores coube o registro e armazenamento das atas, o que infelizmente não ocorreu. Não existem registros sobre a CMVM para além do livro publicado e de sua sessão extraordinária de lançamento.

A Câmara dos Vereadores que recebe a proposta da Comissão é uma Câmara com a maioria dos parlamentares de Direita, presidida por Eduardo Cardoso Gonçãlves da Silva do o antigo Partido Popular Socialista (PPS), atual Cidadania. O projeto de lei foi encabeçado pelo vereador Luciano Antônio Diniz Caldas, que na época estava ligado ao Partido dos Trabalhadores (PT), atualmente vereador do município pelo Cidadania, convidou o até então companheiro de partido e vereador Marcel Silvano (PT) para contribuir com a proposta.

Diniz realizou articulações políticas para que o projeto da Comissão fosse aprovado sem problemas. De forma estratégica, e por reconhecer a posição política dos parlamentares, sabia por experiência que os projetos de uma Câmara necessitam de negociações políticas. Em uma Câmara conservadora, com pouca participação feminina, ocupado em sua maioria

[64] CARVALHO, Meynardo Rocha de. Memórias ferroviárias e ditadura civil-militar: identidade de classe, poder e esquecimento em Macaé. 2020. 354 f. Tese (Doutorado em Memória Social) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

por idosos, Diniz entendeu que não poderia discursar sobre a beleza e a importância de uma Comissão, caso fizesse poderia atrapalhar a sua aprovação.

O vereador aproveitou a volumosa quantidade de matérias que são votadas por dia, em torno de setenta, combinado com o *modus operandi* dos parlamentares já idosos e cansados pela quantidade de trabalho, Diniz introduz na votação o projeto da Lei N° 3.982/2013 na pauta sem alarme algum, conduziu a votação junto com o presidente da Câmara e por unanimidade conseguiu aprovação da Lei.

Uma vez aprovado o projeto, foi necessário realizar a contratação da equipe técnica responsável por trabalhar na CMVM. Foi realizado um processo seletivo, de forma informal, através de indicações. Em janeiro de 2014, o historiador Meynardo Rocha de Carvalho, figura conhecida no município por ter trabalhado como professor de história em várias escolas públicas e privadas, morador de Macaé desde 2004, atual diretor da Escola do Legislativo e diretor do Centro de Cultura do Legislativo, foi escolhido para ocupar o cargo de coordenador geral com a justificativa de já ter realizado diversas pesquisas sobre o município de Macaé.

As contratações dos estagiários não fugiram à regra do processo seletivo que contratou o historiador. Toda equipe trabalhou sem a institucionalização necessária, pois o decreto de posse dos estagiários e do coordenador geral não foi publicado no Diário Oficial de Macaé. A nomeação não foi institucionalizada pois argumentou-se que a indicação de nomes pelos dois vereadores, poderia causar competição interna e despertar o desejo de outros parlamentares de possuírem sua própria equipe. Por este motivo toda CMVM recebeu remuneração de forma informal.

O estabelecimento da Comissão em Macaé não se deu por um apelo social em busca da responsabilização dos envolvidos nos crimes cometidos durante a Ditadura dentro do território, mas sim pelo interesse pessoal da advogada Andréa Meirelles.

Ao assumir a presidência dessa Comissão, Meirelles por desempenhar muitas funções como presidente da OAB, não constitui de imediato à CMVM. Houve um espaço temporal entre a consolidação e a votação da lei, e a prática dessa. A Comissão seria reconhecida, nos primeiros momentos, através de notícias de sua criação, pelo início dos levantamentos e viagem a Brasília.

A Comissão de Macaé se encontrava às margens do que foi o epicentro da Comissão Nacional da Verdade, não foi capaz de causar abalo significativo na sociedade macaense por não ser algo pulsante da população.

Mesmo entendendo que o trabalho da CMVM não seria fácil, o coordenador Meynardo, em abril de 2014 foi desafiado a organizar uma sessão extraordinária para a

devolução simbólica dos mandatos dos vereadores cassados e de seus suplentes, pelo Regime em 1964, nas primeiras semanas de trabalho. Walter Quaresma Costa (PSB), Alberto Ramires da Costa (PSB), Alcebíades Vieira (PSB), Ricardo Moacir Leite e Santos (PSB), Valdir Curvelo (PSB) e Abílio de Miranda (PSB) por desempenharem atividades divergentes ao Regime.

Em maio de 2014 a CMVM foi convidada pela CNV para um encontro em São Paulo, a fim de que os representantes trocassem as experiências, dificuldades e resultados das comissões convidadas. Meynardo foi representando Macaé, apesar da CMVM existir há dez meses, só possuía notícias de jornal falando sobre sua fundação. Talvez porque nos municípios as relações são muito próximas, às prefeituras marcadas por famílias tradicionais e poderosas, as comissões municipais foram as que mais estavam sofrendo os abalos e as que menos conseguiram avançar.

Desamparado pela própria Comissão que passava pela substituição de presidente, uma vez que Andréa é retirada do cargo por ser convocada pelo prefeito Dr. Aluízio a assumir a pasta de Desenvolvimento Social. O Sr. Lauro Martins foi colocado como novo presidente da Comissão, que ao assumir sinaliza que não possuía experiência burocrática, apenas a vivência da Ditadura. Meynardo se colocou, então, como secretário do ex-ferroviário, ajudando-o a dirigir as ações da CMVM que com a saída de Meirelles perdera força.

A saída da advogada acompanhou a substituição dos membros, mas estes nunca apareceram para colaborar com os trabalhos da Comissão, ocupavam apenas o cargo para cumprir a lei.

Vivenciando todas essas dificuldades, a Câmara dos Vereadores proporcionou à equipe da CMVM uma sala relativamente equipada para que os trabalhos enfim começassem, porém não foi isso que ocorreu. Uma vez que nas duas convocações realizadas os únicos participantes foram, o Meynardo Carvalho, o presidente Lauro Martins e o vereador Luciano Diniz.

Parcela da sociedade civil que deveria participar da composição da Comissão, como determina o Art. 3° da Lei Lei N° 3.982/2013, composta por organizações de ex-ferroviários, presos políticos e familiares dos macaenses que padeceram na mão dos militares, não aceitou participar. No primeiro momento, alguns se empolgaram, mas começaram a desistir de comparecer. Assim, Lauro Martins ocupou a posição de presidente e representante da sociedade civil, junto com a professora Cláudia Márcia Vasconcelos da Rocha.

A CMVM não obteve a oficialização por completo da Câmara, mas ao mesmo tempo, foi patrocinada pela mesma. Como se não bastasse a informalidade a que o pesquisador e os

estagiários foram submetidos, a equipe narra um episódio ocorrido com uma das estagiárias ao encontrar um parente e vereador do município no prédio da antiga Câmara Municipal, atual Museu do Legislativo, sede da Comissão, sobre o motivo que a levou a estar naquele espaço. Ao declarar sua posição, a estagiária foi surpreendida com o seguinte comentário: “Ah, que nada, isso não vai dar em nada, isso é uma bobeira, deveriam ter matado mais gente e feito pior, porque o Brasil não estaria como está hoje”(Carvalho/LEIT, 2025)

A presidência do Sr. Lauro Martins foi marcada por nortear a CMVM para um lugar apenas de registro histórico da Ditadura no município para as futuras gerações, sem a pretensão de criar embates.

A Comissão funcionou em diálogo constante com a CNV e, principalmente, com a CEV-Rio, já que entre um dos motivos de sua criação destaca-se em sua lei de instituição a contribuição com a Comissão Estadual e a Comissão Nacional.

Talvez, pelos horários dos eventos que ocorriam no período da tarde e em dias de semana, a participação da sociedade civil não alcançou a adesão esperada pela equipe da CMVM. Mesmo assim, a Comissão foi ganhando dimensão significativa com debates e publicações em jornal, embora restritos ao conhecimento daqueles que dessa participavam. Desta ausência, uma importante lacuna foi demonstrada, já que a Comissão da Verdade deveria ter, especialmente, a obrigatoriedade de promover a conscientização sobre o seu objeto de investigação.

Mesmo enfrentando muitas dificuldades, quando a CMVM tomou fôlego, em dezembro de 2014, a mesma foi cancelada em função de um desentendimento político envolvendo o Prefeito Dr. Aluisio (PV), o presidente da Câmara dos Vereadores Eduardo Cardoso Gonçalves (PPS) e o vereador Luciano Diniz (PT), pilar principal da Comissão. Onde em um cenário hipotético o presidente Eduardo Cardoso Gonçalves seria afastado do cargo e que o prefeito indicaria o vereador Luciano para ocupar sua função.

O escritório da CMVM recebeu uma ligação informando que a Comissão seria encerrada, solicitando que Meynardo dispensasse os estagiários e esvaziassem a sala. Todo o processo que a Comissão teve para conquistar a confiança dos cidadãos, com a justificativa de ser um trabalho sério, amparado pelo poder executivo e legislativo do município com a promessa de ser transformado em um livro para ser difundido entre a população, o presidente da Câmara posicionou-se por não mais remunerar a equipe e pelo encerramento do projeto, instruindo Meynardo a publicar as pesquisas já realizadas no *Facebook* do projeto. A perseguição ao vereador Luciano Diniz fez com que o projeto da CMVM fosse desmontado.

4.6. Comissão da verdade no Ypiranga F.C.

Em 26 de setembro de 2014 , a Comissão da Verdade de Macaé, acompanhada pela Coordenadoria da Comissão da Verdade do Rio, visitou a atual Delegacia da Polícia Federal[65] (Figura 50), Clube Ypiranga (Figura 51) e o Forte Marechal Hermes, que não autorizou a visita da Comissão. A visita possuía como objetivo de observar in loco o estado destes dois imóveis importantes para atuação do Regime Militar.

Figura 50 - Sr. Lauro visitou a Delegacia da Polícia Federal onde ficou preso com a CNV e CEV-Rio



Fonte: CARVALHO, Meynardo Rocha de. Relatório da comissão da verdade de Macaé. Macaé: Câmara Municipal de Macaé, 2016.

[65] Em 1964 foi implementado no prédio o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).

Figura 51 - Alfândega do Porto de Imbetiba



Fonte: CARVALHO, Meynardo Rocha de. Relatório da comissão da verdade de Macaé. Macaé: Câmara Municipal de Macaé, 2016.

Figura 52 - Sr. Lauro na quadra do ginásio do Clube Ypiranga, onde ficou preso



Fonte: CARVALHO, Meynardo Rocha de. Relatório da comissão da verdade de Macaé. Macaé: Câmara Municipal de Macaé, 2016.

A Comissão não enfrentou dificuldades apenas em relação ao acesso ao Forte Marechal Hermes. O historiador responsável pela Comissão relata que houve dificuldades de acessar o Clube Ypiranga por não saber o paradeiro das chaves dos portões.

Meynardo Carvalho relata em entrevista:

> - Quando a Comissão da Verdade do Rio solicitou uma visita a esses lugares de memórias em Macaé, foi muito bacana esse dia, foi maravilhoso. Nós tivemos uma enorme dificuldade de conseguir a chave do Clube Ypiranga, porque ninguém sabia, entre aspas, onde estava essa chave. Então, nós procuramos, íamos nos órgãos, Secretaria de Cultura, não sei o quê, não conseguia a chave. E a visita estava marcada, tipo assim, acho que foi numa sexta-feira, se não me engano. E, tipo, na quinta-feira, nós ainda não tínhamos a chave e não conseguimos achar essa chave. E aí, eu precisei recorrer ao vereador Luciano Diniz, na ocasião, e falei, olha, nós vamos passar uma maior vergonha, porque estão vindo membros da Comissão do Rio e da Comissão Nacional, a visita está marcada para amanhã, já tem mais de um mês, e ninguém consegue dar conta da chave do Clube Ypiranga. E aí, eu me lembro que ele falou assim, não, eu vou falar direto com o prefeito. Aí, óbvio, o vereador falou direto com o prefeito, a chave estava no Solar dos Mellos, que não queria nos ceder a chave. Obviamente, o Solar dos Mellos não é um bloco. Existem pessoas ali dentro, existiam pessoas que estavam com má vontade com esse projeto. Inclusive, foi muito curioso, porque depois eu soube que uma dessas pessoas, talvez tenha sido a que reteve a chave, disse que não sabia como eu era uma pessoa que estava enfiada em todos os projetos nessa cidade.
> - É, então, essa chave chegou lá, nós já estávamos todos em frente ao prédio, eu, o Sr. Lauro, os estagiários, os membros das comissões do Rio e da Verdade Nacional, aguardando alguém chegar com a chave pra gente entrar. E aí chegou um funcionário tipo serviços gerais, do solar dos melos, e abriu o clube pra que nós pudéssemos entrar. Então, você vai percebendo que, na verdade, assim, é um pouco o que o Foucault fala, né? Os micropoderes e, também, podemos dizer as micro-vontades. Existe uma macro-vontade de fazer, mas isso passa por N fatores, inclusive as vaidades.
> - Por que esse historiador está fazendo e não eu estou fazendo? Bom, enfim, isso tudo, quando não tem uma legitimidade institucional, que, assim, bote mesmo... Vamos pensar a Comissão Nacional. A Comissão Nacional, ela foi criada como um órgão do governo federal para fazer isso.
> - Então, isso é uma coisa, isso é uma força. Eles falavam direto com a presidente da República com facilidade. Aqui, não. Aqui é aquilo que eu falei. É aquela ondinha que chega já muito fraca, tendo que superar todas as questões e características dessa política local, dos interesses locais, das más-vontades locais, etc., para poder conseguir fazer acontecer.

A crítica que Meynardo faz ao distanciamento escalonar entre as Comissões Municipais e Nacional converge para a análise marxiana do processo de alienação entre setores hegemônicos e subalternos, que não se compatibiliza nos termos de *sociação* de Simmel (2026) quanto à Sociologia do Conflito. Portanto, nota-se que as escalas de participação não se fazem representar horizontal e verticalmente de forma equivalente.

4.7. A montagem de um quebra-cabeças incompleto

O historiador Meynardo Carvalho não conseguiu aceitar o descaso da Câmara dos Vereadores diante de um projeto tão importante para a História do país e do município. Motivado pela responsabilidade com sua profissão e empático às feridas abertas pelos entrevistados, pela confiança a ele depositado, Carvalho resolveu não publicar o material no Facebook, decidiu transferir o escritório para sua própria casa, para tratar os dados já coletados, com a ajuda do estagiário responsável pelo *designer*, que seria responsável pelo projeto gráfico do livro e uma estagiária formada em História, que possuía formação completa Letras, tornou-se responsável por auxiliar a correção e escrever sobre o Clube Ypiranga.

De forma filantrópica, Carvalho iniciou a montagem deste quebra-cabeças incompleto, custeando a alimentação e transporte do estagiário que morava na cidade vizinha de Rio das Ostras - RJ, aos sábados, dia que se dedicavam a este trabalho. No final do expediente o historiador usava seu carro para o ex-estagiário em sua casa, custeando todas as despesas com seu próprio dinheiro por uma ética profissional.

Em julho de 2015, ficou pronto o material que Carvalho entendeu como o suficiente para ser publicado. O relatório foi encaminhado para o Vereador Luciano Diniz, que dirigiu para o presidente da Câmara dos Vereadores, na tentativa de concluir o trabalho que se iniciou em 2013. A Câmara dos Vereadores ainda seguia sob a presidência do Eduardo Cardoso Gonçalves (PPS), que engavetou mais uma vez a CMVM.

Carvalho, em 2015, foi convidado a participar do projeto de comemoração do centenário da Associação Comercial de Macaé. Lançado e celebrado no dia 13 de maio de 2016, recebido com muita empolgação pela população. Um evento que marcou a memória dos cidadãos que participaram e discutiram por um exemplar do livro sobre a Associação Comercial macaense, e fez com que o historiador se fizesse respeitar por representantes da Câmara.

Um mês e meio depois do evento de comemoração do centenário da Associação Comercial de Macaé, no dia 30 de junho de 2016, Carvalho foi convidado pela primeira vez a um evento da Câmara dos Vereadores para o lançamento do Museu do Legislativo. Em um momento de descontração, o vice-presidente da Câmara na época, Maxwell Souto Vaz (do Partido Solidariedade), vice-presidente da Câmara, questionou Carvalho sobre o trabalho da CMVM.

Após este encontro, Maxwell Vaz solicitou os dados necessários para realizar a publicação publicação do relatório da Comissão de Verdade, liderada por Meynardo[66], obedecendo trâmite licitatório.

Em dezembro de 2016 o relatório foi publicado, mas por questões da agenda política da Câmara, só seria possível lançar após o recesso do Legislativo.

Só em março de 2017, quatro anos após a instituição da Lei Lei N° 3.982/2013 é marcada uma sessão solene para o lançamento do Relatório da Comissão da Verdade Macaé. Marcada por protestos contra o então Presidente da República Michel Temer MDB), que havia assumido após o golpe cometido ao mandato da Presidenta eleita Dilma Rousseff.

Foram produzidos mil exemplares do relatório, que foram distribuídos para a população presente na sessão solene, foi doado às escolas municipais, universidades e ao museu da cidade. O que sobrou foi distribuído entre o gabinete do vereador Luciano Antonio Diniz Caldas (PT) e do Marcel Silvano da Silva Souza (PT), apoiadores do projeto que pudessem distribuir para quem quisesse.

No momento em que essa dissertação é escrita, o Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Macaé-RJ só pode ser acessado no Solar dos Mellos e por quem garantiu seu exemplar na sessão solene. O arquivo digitalizado está indisponível no site da Câmara dos Vereadores.

4.8. Afinal, como nasce uma Comissão da Verdade?

Pode-se concluir que a construção das Comissões da Verdade abordadas neste capítulo foi resultado dos movimentos sociais definidos por Charles Tilly como “interação contenciosa” de longo prazo, que começou ainda na ditadura, envolvendo demandas mútuas entre desafiantes e detentores de poder, em um contexto favorável. Tilly critica a tradição sociológica por não incluir os estudos das disputas entre elites nas análises dos movimentos sociais, uma vez que ambos são da mesma natureza, se diferenciando apenas em sua organização e no uso de violência (Alonso, 2009).

De forma complementar, Tarrow apresenta como a mudança na Estrutura de Oportunidades Políticas (EOP) é capaz de abrir espaço para que novos grupos políticos se formem e consigam reivindicar necessidades e pautas não debatidas em outros momentos (Alonso, 2009). É graças a essas mudanças na EOP, que se inicia nos dois primeiros anos do mandato do presidente Lula, mas que toma forma no mandato da ex-presidenta Dilma

[66] DINIZ (2025).

Rousseff. A criação de uma Comissão Nacional da Verdade se manifestou no momento propício, com a condenação na Corte Interamericana e toda movimentação social de grupos militantes contra os crimes “esquecidos” da Ditadura, unidos ao histórico de tortura da então presidenta fez com que o Brasil, mesmo que com dificuldades pudesse chegar a criação da CNV, que chega no Estado do Rio de Janeiro e posteriormente no municipio de Macaé.

O caso de Macaé permite entender que para formação de uma Comissão Nacional, às relações individuais de capital social são fundamentais para que o projeto fosse constituído, as relações políticas partidárias da Câmara dos Vereadores importam. Não havendo uma luta pela Verdade, e sim por uma articulação política capaz de aprovar um projeto através de disputas ideológicas.

Ao afirmar que a coordenação dos movimentos sociais necessita da solidariedade para que possa surtir algum efeito, Tarrow (1978) aponta que a solidariedade deve ser considerada a partir da observação das estruturas de mobilização como: organizações civis e informais que são responsáveis por fortalecer a organização. A mobilização social é definida como o processo no qual um determinado grupo cria solidariedade e assim, adquire controle sobre os recursos necessários para sua ação.

A análise da constituição da Comissão de Macaé se enquadra nos estudos de Tilly e Tarrow, uma vez que motivada por uma rede de solidariedade que a advogada Andrea Vasconcellos consegue influenciar na criação da CMVM, através das modificações na EOP somado ao seu histórico familiar com o passado ditatorial no município, seu posicionamento político e ainda sua relação próxima com figuras políticas capazes de tornar o projeto real.

Mas, diferentemente da CNV, que obteve visibilidade proporcionada por negociações públicas, no contexto local, não houveram os discursos calorosos das capitais. A CMVM não nasce de uma comoção social. Com uma baixa institucionalização demonstra-se que esta não nasceu da luta nos espaços públicos, nem pela força da Memória mas sim, por atores políticos que em momentos propícios (democráticos) conseguem, através do conhecimento político local, instaurar uma Comissão que por sua baixa institucionalização passa por situações complicadas, como o pagamento de forma informal e a esvaziamento do potencial político democrático da Memória que visava preservar.

Pode-se afirmar que a mobilização dos familiares de mortos e desaparecidos políticos organizou-se de forma solidária ao demandar a inclusão do direito à Memória e à Verdade no cenário de política institucional, favorecida pela conjuntura democrática e que consequentemente a favoreceu a própria democracia, nas lutas por Direito, Justiça e transparência das ações do Estado.

O período democrático da vida política brasileira que se iniciou com a Nova República e com a atual Constituição brasileira possibilitou a convergência das questões críticas dos movimentos sociais em relação à construção de uma Memória oficial da Ditadura.

Ao se contraporem às narrativas elogiosas do regime, Ferreira e Lotta (2016) distinguem nos grupos sociais , alguns indivíduos que consideram “burocratas ativistas”, aqueles absorvidos pela política, graças à aproximação de governantes, motivada pelo ativismo, assim, beneficiando suas lutas. Dentre as iniciativas dos “burocratas”, o PNDH-3 levou os militares a temerem os possíveis desdobramentos que daria a anexação do eixo VI, principalmente por tratar da Lei da Anistia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação tratou de investigação interdisciplinar sobre os processos de construções de memória e de esquecimentos concernentes às violações de direitos humanos perpetradas durante a Ditadura Empresarial-Militar (1964-1985), tomando como locus empírico o município de Macaé, no Rio de Janeiro. A análise, ancorada nos campos da Sociologia Política, da História Social e da Sociologia da Memória, estruturou-se em torno de três eixos entrelaçados: a constituição e o desmantelamento da organização operária ferroviária; a perversão do espaço lúdico do Clube Ypiranga em instrumento de terror estatal; e a gênese, atuação e extinção da Comissão Municipal da Verdade (CMVM). Através desta tríade analítica, o trabalho demonstrou como as dinâmicas locais de poder, resistência e silenciamento iluminam padrões estruturais mais amplos do autoritarismo brasileiro e revelam os limites intrínsecos da justiça de transição quando operacionalizada em escalas municipais.

Ao ser apresentada a formação sócio-histórica da *A Princesinha do Atlântico*, a partir da implantação da Estrada de Ferro Leopoldina, demonstrou-se que o processo de formação de uma classe trabalhadora organizada e combativa que conferiu à cidade a alcunha de "Moscouzinha Brasileira", apresentou-se como um dos pilares combativos da Ditadura Empresarial-Militar, situando a cidade de Macaé entre os focos da resistência ao golpe militar e à instalação do regime de exceção.

Metodologicamente, a Dissertação valeu-se de triangulação de fontes que incluiu análise documental de arquivos municipais e da imprensa operária, além do recurso da Metodologia da História Oral, demonstrada, tanto pelo procedimento metodológico, quanto pela análise do testemunho do ferroviário Lauro Martins, tornado fonte histórica.

Os depoimentos do Sr. Lauro Martins, juntamente com a história do Clube Ypiranga e seu processo de decadência conduziram a análise sobre um viés da História da cidade de Macaé em que o *Mundo do Trabalho* se destaca nas lutas por direitos trabalhistas e civis, conectadas com as lutas dos trabalhadores e cidadãos brasileiros, especialmente na segunda metade do século XX.

A pesquisa evidenciou que o golpe de 1964 representou um projeto deliberado e violento de desagregação dessa solidariedade de classe, expondo a seletividade da repressão estatal e a conivência ativa das elites locais. Teoricamente, o capítulo contribuiu para descentralizar a análise do regime ditatorial, demonstrando sua extensão e capacidade de

reconfigurar, de modo traumático, as relações de poder e sociabilidade no cotidiano das cidades do interior.

Ao dedicar-se à análise do *modus operandi* dos sócios do Clube Ypiranga sobre o uso daquele espaço, este trabalho demonstrou a transformação simbólica de um espaço de sociabilidade e lazer em instrumento de violência política. Apoiando-se nas teorias do lúdico e da sociabilidade (Agulhon, Baechler 1992), a dissertação tratou da descrição e da interpretação da conversão do ginásio do clube em cárcere temporário para mais de 160 presos políticos.

A metodologia que combinou Sociologia Política, pesquisa histórica, observação etnográfica e registro fotográfico contemporâneo do estado de abandono do edifício apresentou análise que revelou que a violência ditatorial operou em dupla dimensão: uma agressão física imediata aos corpos dos detidos e uma agressão simbólica de longo alcance, ao desvirtuar um espaço consagrado ao jogo, à festa e ao convívio comunitário.

A degradação material do Ypiranga, documentada visualmente, foi interpretada como a materialização física de um esquecimento ativo, constituindo-o como um "lugar de memória" (Nora, 1993) consagrando-os como um "lugar de trauma" negado e silenciado, onde a ruína arquitetônica espelha o apagamento deliberado do passado.

Ao apontar a cronologia das vicissitudes combativas da Comissão da Verdade de Macaé, investigou-se os meandros políticos e institucionais que envolveram a criação e a finalização da Comissão Municipal da Verdade da cidade. Utilizando o instrumental da Sociologia dos movimentos sociais (Tilly, 1978; Tarrow, 2009) e o conceito de capital social (Alonso, 2009), demonstrou-se que a CMVM não emergiu de uma mobilização societal robusta em prol da verdade e da memória, mas de uma articulação política circunstancial, mediada por redes pessoais e inserida nas disputas partidárias locais.

A metodologia, baseada em análise documental legal e entrevistas com seus articuladores, revelou um quadro de fragilidades institucionais: informalidade na contratação, desinteresse dos membros nomeados, pressões políticas e, por fim, descontinuidade administrativa.

A publicação solitária do relatório em 2016, fruto do empenho individual de seu coordenador, sintetizou de modo eloquente o abismo entre a retórica nacional sobre justiça de transição e a precariedade das estruturas locais destinadas a implementá-la. Este caso expõe as limitações do *comissionismo* (Hollanda, 2018) em contextos onde falta uma cultura política democrática consolidada e uma vontade institucional sustentada.

O debate teórico-conceitual no qual se insere as Memórias do período ditatorial que ainda enfrentam disputas e investidas negacionistas aponta tanto para uma questão fundamental das Ciências Sociais e Humanas no Brasil: o desconhecimento sobre o uso da violência de Estado que atingiu amplamente todo o território nacional, quanto a permanência de, em tempos de Democracia, das tentativas de apagamento das resistências populares em quaisquer campos de atuação da sociedade brasileira, seja em relação ao trabalho.

O uso dos estudos sobre a Memória Coletiva, demonstrou que a memória constitui um campo de conflito onde projetos políticos antagônicos que disputam narrativas sobre o passado e, por consequência, os rumos do presente. A noção de "memórias subterrâneas" (Pollak, 1989) foi central para acessar as experiências dos ferroviários e demais perseguidos de Macaé, resgatados dos escombros do Clube Ypiranga e que a cidade desconhece.

A metodologia da História Oral serviu como ferramenta epistemológica crucial para desafiar narrativas oficiais e dar voz a experiências marginalizadas. A análise abordou o "esquecimento" não como uma decorrência natural do tempo, mas como uma prática social ativa, resultado de um conjunto de ações e omissões que visam perpetuar o silêncio sobre os crimes do Estado. Assim, a disputa pela memória em Macaé revela-se uma disputa pelo próprio significado da democracia e da cidadania no âmbito local.

A pesquisa demonstrou que a experiência de Macaé revela a intrínseca relação entre violência política, controle do espaço social e da memória nacional. A transformação do Clube Ypiranga, de espaço de lazer ao de tortura e, atualmente, em escombros, simboliza a apropriação perversa dos mecanismos de sociabilidade pelo autoritarismo,.

Sobre a trajetória frágil e interrompida da CMVM, o trabalho expõe as limitações estruturais da justiça de transição no Brasil quando descentralizada para o âmbito municipal, demonstrando que as relações patrimonialistas que conduzem mantêm fragilidade institucional e demonstram outra fragilidade: a falta de uma cultura política de direitos humanos.

Ao abordar Estudos sobre o Autoritarismo, esta dissertação oferece contribuições substantivas para os campos do conhecimento que dialoga: a Sociologia Política e os Estudos da Memória Social. Ao apontar as demonstrações da violência do Estado ditatorial brasileiro no período que se abre com o golpe militar de 1964 e que se estende à década de 1970 em uma cidade do interior do Estado do Rio de Janeiro, como as demonstrações de terror e a perversão do cotidiano. A pesquisa amplia a compreensão sobre as estratégias repressivas para além dos aparatos centrais do exercício estratégico da violência, demonstrando sua

penetração na vida social ordinária e a utilização de instituições comunitárias para quebrar solidariedades e infligir humilhação.

Quanto aos Estudos sobre Memória e Justiça de Transição, o trabalho contribui para demonstrar que os limites municipais da justiça de transição afetaram a atuação da CMVM. Demonstra-se, ainda, que a pesquisa revelou armadilhas da descentralização em contextos desprovidos de recursos, autonomia e que a fragilidade de uma cultura política democrática ainda persiste em solo brasileiro dada a percepção da ignorância da população de Macaé em relação aos acontecimentos violentos que tiveram lugar no "mais amado" durante a Ditadura Empresarial-Militar.

Ao centrar a narrativa nos relatos ferroviários, a pesquisa posiciona a classe ferroviária como sujeito central, vítima da repressão e resistência pelo combate ativo à Ditadura, e como sujeitos históricos construtores de memórias coletivas que podem ser comparáveis a de outros setores da sociedade brasileira, contribuindo para se constatar que a mitificação da passividade do povo brasileiro contribui para a manutenção do status quo da subalternização e do apagamento da importância dos movimentos sociais no Brasil.

Em relação à contribuição do uso das ferramentas teóricas e metodológicas apresentadas, a dissertação aponta para a importância da interdisciplinaridade, com o entrelaçamento da análise histórica, da observação etnográfica espacial, e quanto ao uso de ferramentas metodológicas consonantes: a metodologia da História Oral e o uso de roteiros de entrevistas semi-estruturadas contribuem para potencializar a Sociologia Política quanto ao "resgate" de "memórias difíceis" em contextos de documentação fragmentada.

A pesquisa contribui para o reconhecimento da potência da análise empírica dos espaços e da escuta das vozes subterrâneas para a compreensão dos processos políticos.

Portanto, esta investigação considera, ainda, que a democracia brasileira permanece um projeto inacabado e frágil, enquanto as violências do passado recente não forem integralmente reconhecidas e punidas, de modo crítico e plural.

Sendo Macaé um microcosmo do desafio nacional, a Dissertação tem por intuito contribuir para dar visibilidade às *memórias subterrâneas* dos ferroviários e demais perseguidos. Configura-se, portanto, como ato político de reparação simbólica e de reafirmação do direito à verdade como alicerce indispensável de uma ordem democrática.

As implicações possíveis deste estudo apontam para a importância de pesquisas que visem a apreensão da história recente brasileira, devendo demonstrar a necessidade das sociedades locais acessarem suas histórias específicas, a partir da pesquisa acerca daqueles edifícios que se tornam, por conta das suas degradações propositais, em mausoléus de

memórias, como é o caso do Clube Ypiranga que, atualmente, é reivindicado como memorial, ao contar, documentalmente, com a divulgação pedagógica do relatório da CMVM e a incorporação desta História ao currículo escolar.

Embora parcela da sociedade civil macaense reconheça a importância de divulgar a memória das arbitrariedades que ocorreram no interior do Clube Ypiranga como instrumento de educação cívica, visando demonstrar a importância da história local na conquista pela democracia brasileira e justiça social, assim como, a contribuição das lutas sociais contra o autoritarismo, os escombros do Clube surgem para a maioria dos cidadãos macaenses como um empecilho ao desenvolvimento urbano e à uma estética civilizada.

Macaé revela a profunda interligação entre violência política, controle do espaço social e gestão da memória. A transformação do Clube Ypiranga em cárcere simboliza a apropriação e perversão dos mecanismos de sociabilidade pela ditadura, enquanto a trajetória frágil da Comissão Municipal da Verdade expõe as limitações estruturais da justiça de transição no Brasil quando descentralizada para o âmbito municipal, onde prevalecem lógicas clientelistas e a falta de uma cultura institucional robusta de direitos humanos.

O trabalho argumenta que o esquecimento não é o resultado de um conjunto de ações e omissões que perpetuam o silêncio sobre os crimes do Estado, impedindo a plena democratização da memória e, por consequência, da própria democracia. Ao visibilizar às memórias subterrâneas dos ferroviários e demais perseguidos de Macaé, esta dissertação busca contribuir para as discussões da Sociologia Política sobre autoritarismo, resistência e os difíceis caminhos da construção democrática no Brasil.

REFERÊNCIAS

AGULHON, Maurice. **O círculo burguês**: a sociabilidade na França burguesa de 1810 a 1848. Tradução de Sérgio Salles. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

ALONSO, Angela. **As teorias dos movimentos sociais**: um balanço do debate. Lua Nova, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.

ARAÚJO, Maria do Amparo. **Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil**: Nunca Mais. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BAECHLER, Jean. **Nature et histoire**. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.

BASTIEN, Carlos. "A noção de crise no senso comum e nas ciências sociais". **Vértice**, II Série, 14, Lisboa: 1989, p.11-19.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BORGES, Nadine Monteiro. **Memória, verdade e justiça**: a Comissão Nacional da Verdade e os limites da justiça de transição no Brasil. 2020. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

CARNEIRO, Marcia. **Escatologias integralistas e os desdobramentos geracionais da Fidelidade ao Sigma de 1930 à atualidade**. Curitiba: Appris, 2026 (no prelo).

CARVALHO, Meynardo Rocha de. **Memórias ferroviárias e ditadura civil-militar**: identidade de classe, poder e esquecimento em Macaé. 2020. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

CARVALHO, Meynardo Rocha de. **Relatório da comissão da verdade de Macaé**. Macaé: Câmara Municipal de Macaé, 2016.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do estado. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, Daniela D.; LOTTA, Gabriela S. **Burocratas**: atores entre as fronteiras do Estado e da sociedade. Trabalho apresentado no 40º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2016.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FONSECA, Eliton. **Estação Bendegó**: memórias dos trabalhadores da Leopoldina. Macaé: SINDIPETRO, 1996.

FRANCO, Maria da Conceição Vilela. **Parecer sobre o valor histórico-cultural do Clube Ypiranga**. Macaé: [s.n.], 2014.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. **Direitos humanos e democracia**: a experiência das comissões da verdade no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 33, n. 96, 2018.

HUIZINGA, Johan. **Homo ludens**: o jogo como elemento da cultura. São Paulo: Perspectiva, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 8. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2021.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia**. Tradução: José Paulo Netto. - 1. ed, São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **Grundrisse**: Manuscritos Econômicos de 1857-1858 - Esboços da Crítica da Economia Política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. Brumário de Luiz Bonaparte. In: Karl Marx e Friedrich Engels. **Obras Escolhidas**. São Paulo, Alfa-Ômega, vol. 1, s/d.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. Karl Marx. In: Karl Marx e Friedrich Engels. **Obras Escolhidas**. São Paulo, Alfa-Ômega, vol. 1, s/d.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A história oral como fonte de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 7-17, 1992.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2021.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

PARADA, Antônio Alvarez. **Macaé**: memórias recentes. Macaé: Gráfica Macaense, 1995.

PEDRETTI, Lucas. Silêncios que gritam: apontamentos sobre os limites da comissão nacional da verdade a partir do seu acervo. **Revista do Arquivo**, São Paulo, 2020.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento**: movimentos sociais, confronto político e democracia. Petrópolis: Vozes, 2009.

TILLY, Charles. **From mobilization to revolution**. Nova York: McGraw-Hill, 1978.

VECCHIOLI, Virginia. **Políticas de memoria**: herramientas estrategicas para su estudo, 2021.

DOCUMENTOS OFICIAIS E RELATÓRIOS

BRASIL. **Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979**. Concede anistia e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 ago. 1979. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm>. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995**. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação em atividades políticas, nos períodos de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 dez. 1995.

BRASIL. **Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002**. Estabelece normas de reparação aos anistiados políticos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 nov. 2002.

BRASIL. **Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011**. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2011.

BRASIL. Presidência da República. **Projeto de Lei nº 7, de 1964**. Brasília, DF, 1964.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DO RIO DE JANEIRO. **Relatório final**. Rio de Janeiro: ALERJ, 2016.

COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE DE MACAÉ. **Relatório final**. Macaé: Câmara Municipal de Macaé, 2016.

MACAÉ (Município). **Decreto nº 097, de 2007**. Declara de utilidade pública para fins de desapropriação o imóvel do Clube Ypiranga. Diário Oficial de Macaé, Macaé, 2007.

MACAÉ (Município). **Lei Municipal nº 3.982, de 31 de junho de 2013**. Institui a Comissão Municipal da Verdade de Macaé. Diário Oficial de Macaé, Macaé, 2013.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Lei nº 6.335, de 24 de outubro de 2012**. Institui a Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 24 out. 2012.

JORNAIS E PERIÓDICOS (ARTIGOS)

AUDIÊNCIA, que discutirá crimes cometidos na ditadura, reunirá ministros, advogados e sociedade civil; Exército não foi convidado. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 6, 31 jul. 2008.

VISITA de Getúlio Vargas ao Norte Fluminense. **Correio do Amanhã**, Rio de Janeiro, p. 2, 12 mar. 1943.

YPIRANGA: decadência de um símbolo. **O Debate**, Macaé, p. 4, 6 mar. 2009.

FONTES ELETRÔNICAS E ICONOGRÁFICAS

ALMEIDA, Daniella. C**omissão de Anistia pede recuperação da memória contra a ditadura.** Agência Brasil, Brasília, 30 mar. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-03/comissao-de-anistia-pede - recuperacao-da-memoria-contra-ditadura>. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL, MACAÉ. **Câmara distribui Relatório da Comissão da Verdade às escolas**. Portal da Câmara Municipal de Macaé, Macaé, 24 mar. 2017. Disponível em: <https://macae.rj.gov.br/noticias/leitura/noticia/camara-distribui-relatorio-da-comissao-da-verd ade-as-escolas>. Acesso em: 20 abr. 2023.

CARNEIRO, Marcia. Memória - escudo e espada. In: CARNEIRO, M. **Do sigma ao sigma – entre a anta, a águia, o leão e o galo – a construção de memórias integralistas**. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2007, pp. 17-51.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Gomes Lund e outros ("Guerrilha do Araguaia") vs. Brasil.** Sentença de 24 de novembro de 2010. Disponível em: <https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2025.

FILHO, William Helal. **Vala de Perus**: O cemitério clandestino onde a ditadura militar escondeu as ossadas de vítimas da repressão. Blog do Acervo - O Globo, Rio de Janeiro, 4 set. 2020. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/blog-do-acervo/post/vala-de-perus-descoberta-do-cemiterio-c landestino-onde-foram-enterradas-vitimas-da-ditadura.html>. Acesso em: 20 mar. 2023.

ORIGENS DO GOLPE. **Memórias da Ditadura**. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/origens-do-golpe/>. Acesso em: 18 mar. 2023.

SIMMEL, Georg. O conflito como sociação. **Revista Brasileira da Emoção**, v. 10, nº. 30, p. 568-573. Disponível em: <https://www.cchla.ufpb.br/rbse/SimmelTrad.pdf>. Acesso em: 14/01/2026.

VANNUCHI, Camilo. **Vala de Perus**: Uma biografia. Memórias da Ditadura. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/vala-de-perus-uma-biografia/>. Acesso em: 18 mar. 2023.